

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**Rio de Janeiro - Ano 18 - Nº52
Janeiro / Abril - 2012**

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 18, Nº 52, (jan./abr.2012) – Rio de Janeiro: CIFEFiL. 167 p.

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**

CDU 801 (05)

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)

Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397 / 603 – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ

pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e **www.filologia.org.br/revista**

Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Pereira da Silva
Vice-Diretora:	Profa. Me. Cristina Alves de Brito
Primeira Secretária:	Profa. Dra. Delia Cambeiro Praça
Segunda Secretária:	Profa. Dra. Regina Céli Alves da Silva
Diretor de Publicações	Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva
Vice-Diretor de Publicações	Prof. Dr. José Mario Botelho

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe:	José Pereira da Silva
-----------------------	-----------------------

Conselho Editorial

Adriano de Souza Dias	Afrânio da Silva Garcia
Álvaro Alfredo Bragança Júnior	Amós Coêlho da Silva
Antônio Elias Lima Freitas	Antônio Sérgio Cavalcante da Cunha
Claudio Cezar Henriques	Darcilia Marindir Pinto Simões
Delia Cambeiro Praça	Eduardo Tuffani Monteiro
José Mario Botelho	José Pereira da Silva
Maria Lúcia Mexias Simon	Nataniel dos Santos Gomes
Regina Céli Alves da Silva	Vito César de Oliveira Manzolillo

Diagramação, editoração e edição	José Pereira da Silva
Projeto de capa:	Emmanuel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

0. EDITORIAL.....	05
1. <i>A Penna</i> : instrumento de preservação e memória – <i>Maria Angélica Rocha Fernandes</i>	07
2. A questão ortográfica na <i>Gramática da Linguagem Portuguesa</i> (1536), de Fernão de Oliveira – <i>Maurício Silva</i>	17
3. A sinonímia léxica – <i>Paulo Mosânio Teixeira Duarte</i>	35
4. Alguns aspectos fonológicos e morfossintáticos do galês – <i>João Bittencourt de Oliveira</i>	47
5. Entre o regional e o universal – <i>Odiombar Rodrigues</i>	66
6. Estudo comparativo de sufixos nas línguas romena e portuguesa – <i>Nilsa Areán-García</i>	81
7. Filologia: uma ciência antiga e uma polêmica eterna – <i>Expedito Elosio Ximenes</i>	93
8. O professor de EJA: aspectos relevantes – <i>Maria Teresa Gonçalves Pereira</i>	116
9. O uso do celular como recurso pedagógico nas aulas de língua portuguesa – <i>Regina Cláudia Pinheiro</i> e <i>Marcia Linhares Rodrigues</i> ...	122

RESENHAS

10. Uma tese de tupi antigo I – <i>Eduardo Tuffani</i>	134
11. Encontros com Roland Barthes 1: variações sobre a escrita – <i>Regina Céli Alves da Silva</i>	163
INSTRUÇÕES EDITORIAIS	167

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o número 52 da *Revista Philologus*, com nove artigos e duas resenhas, dos seguintes professores, filólogos e/ou linguistas: Eduardo Tuffani (p. 134-162), Expedito Eloísio Ximenes (p. 93-115), João Bittencourt de Oliveira (p. 47-65), Marcia Linhares Rodrigues (p. 122-133), Maria Angélica Rocha Fernandes (p. 07=16), Maria Teresa Gonçalves Pereira (p. 116-121), Maurício Silva (p. 17-34), Nilsa Areán-García (p. 81-92), Odiombar Rodrigues (p. 66-80), Paulo Mosânio Teixeira Duarte (p. 35-46), Regina Céli Alves da Silva (p. 163-166) e Regina Cláudia Pinheiro (p.122-133).

No primeiro artigo, a Prof^a Maria Angélica busca, através da crítica textual a autenticidade da produção do jornal *A Penna*, para resgatá-lo, analisá-lo e preservá-lo já que o mesmo faz parte do legado sócio cultural de Caetitê, sudoeste baiano.

No segundo, Maurício Silva analisa a constituição da ortografia portuguesa a partir das observações feitas por Fernão de Oliveira em sua *Gramática da Linguagem Portuguesa* (1536), destacando os procedimentos gráficos e fonológicos propostos pelo autor, com a finalidade de estabelecer uma norma gráfica para a língua portuguesa.

No terceiro, Paulo Mosânio mostra que a sinonímia “real” é caso raro por entrarem em jogo fatores de natureza diatópica, diastrática e diafásica, como emotividade, valoração, intensidade etc., concluindo que só de uma perspectiva “intelectiva”, referencial, se pode falar em sinonímia nos dois primeiros fatores.

No quarto, João Bittencourt discute o *status* atual do galês como língua minoritária na Grã-Bretanha, demonstra e analisa seus aspectos fonológicos e morfossintáticos, para despertar o interesse por estes fascinantes estudos na comunidade acadêmica.

No quinto, Odiombar estabelece uma ponte entre o regional e o universal nos *Contos Gauchescos*, examinando linguagem e os temas abor-

dados, incentivando os professores a abordarem os textos de Simões de forma abrangente e atualizada, despertando nos alunos o apreço por tão rico repertório.

No sexto, Nilsa estuda os sufixos romenos e seus equivalentes (quando existem) na língua portuguesa no contexto do GMHP, comparando os sufixos no romeno e no português, assim como suas origens.

No sétimo, Expedito discute alguns conceitos de filologia, acrescentando o percurso dos estudos filológicos no Brasil e destacando os principais nomes no princípio de nossa história cultural, assim como a introdução da linguística nos currículos acadêmicos e o silenciamento da filologia. Por fim destaca o seu progresso a partir do final do século XX.

No penúltimo artigo, Maria Teresa trata da Educação de Jovens e Adultos, refletindo sobre a atuação do professor na formação da consciência crítica e do papel do cidadão na sociedade e sobre os conteúdos e as estratégias no ensino de português.

Por fim, Regina Cláudia demonstra o poder de síntese dos alunos ao produzirem resumos e enviá-los através do celular, utilizando apenas 121 caracteres, cujos resultados indicam terem conseguido fazer seus interlocutores compreenderem a narrativa e se motivarem. Ela demonstra que o celular é um instrumento pedagógico poderoso, que concentra várias mídias e contribui para o desenvolvimento comunicativo dos alunos.

A resenha crítica do professor Eduardo e a resenha técnica da professora Regina apontam para o importante e esperado *Dicionário de Tupi*, de Eduardo Navarro, com importantes contribuições críticas a uma obra ainda mais importante e ansiosamente esperada, e para um livro de Roland Barthes, do qual só uma parte saiu publicada em vida do autor.

Por fim, o CiFEFiL agradece por qualquer crítica que nos puder enviar sobre esta publicação, para melhorarmos o periódico cada vez mais qualificado e importante para a maior interação entre os profissionais de linguística e letras e, muito especialmente, para os que atuam diretamente com a filologia em seu sentido mais restrito.

Rio de Janeiro, abril de 2012.

José Pereira da Silva

A PENNA: INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA

Maria Angélica Rocha Fernandes (UESB e UNEB)
mariaangelica19@ig.com.br

RESUMO

Este trabalho se inicia após prazerosa pesquisa realizada no município de Caetité-BA, ministrando a disciplina *Crítica Textual: edições e estudos*, no período de janeiro de 2011, em um curso de férias, oferecida pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Campus VI, no intuito de perceber através das ferramentas da crítica textual a memória, a história, as vidas que permeiam o texto escrito tornando este fiel a seu ato de criação. Assim, escrever é guardar, é aprisionar em forma de letras a história que ao longo dos anos vai se perdendo ou se moldando aos interesses dominantes. Desde seu surgimento, a escrita é sem dúvida o divisor de águas do desenvolvimento de uma sociedade vista que, a oralidade por si só não garante que a tradição seja perpetuada. Iniciada a mais de quatro milênios a.C. esta técnica tão comum nos dias atuais, em síntese, esse trabalho tem como objetivo buscar a autenticidade da produção do jornal *A Penna*, bem com resgatá-lo, analisá-lo e preservá-lo já que o mesmo faz parte do legado sócio cultural de Caetité, sudoeste baiano.

Palavras-chave: Crítica textual. Ecdótica. Jornal. História. A Penna.

Este presente trabalho se inicia após prazerosa pesquisa realizada no município de Caetité, ministrando a disciplina *Crítica Textual: Edições e Estudos*, no período de janeiro de 2011, em um curso de férias oferecido pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Campus VI, no intuito de perceber através das ferramentas da crítica textual a memória, a história, as vidas que permeiam o texto escrito tornando este fiel a seu ato de criação. Assim, escrever é guardar, é aprisionar em forma de letras a história que ao longo dos anos vai se perdendo ou se moldando aos interesses dominantes. Desde seu surgimento, a escrita é sem dúvida o divisor de águas do desenvolvimento de uma sociedade vista que, a oralidade por si só não garante que a tradição seja perpetuada. Iniciada a mais de quatro milênios a.C. esta técnica tão comum nos dias atuais “por si

mesmo, pode ser difundida, em sua totalidade, em todos os tempos e em todos os lugares, dispensando a presença de quem o fez e, consequentemente, suprimindo a dependência de quem a recebe” (QUEIROZ, p. 65).

Desta forma, os antigos manuscritos até as mais modernas edições via *internet* preservam, cada uma em seu período, a memória sócio-histórica de um povo o que nos permite hoje analisar, resgatar, preservar e enriquecer o patrimônio cultural que cada vez se torna mais fidedigno e consistente. Acerca desta importância, afirma Patueli em seu artigo intitulado “A Crítica Textual e o Patrimônio Cultural” que os objetivos da crítica textual “vão de encontro com o ato de resguardar a memória de uma sociedade através da restituição, conservação e fixação dos textos escritos ao longo do tempo, publicados em seus mais variados suportes” (p. 45). Esta ciência, que tem seu marco maior a inserção metodológica por Karl Lachmann, vem ao longo de sua existência se delineando e sendo o ponto chave de grandes discussões acerca de sua nomenclatura. No entanto, seu trabalho árduo resiste aos processos de indagações sobre o texto, as reconstituições, o cotejo de várias edições, anotações e recolha de testemunhos.

Desta forma, o contraditório silêncio dos acervos revela ao crítico os mais diversos caminhos que foram percorridos por um texto o qual carrega consigo todas as emoções, os valores, os feitos e as experiências que permearam a sua criação o que garante a humanidade reconstruir sua identidade após tamanhas rupturas do tempo.

A presteza da crítica textual se faz não somente nesta análise, mas ao passo que nos revela e nos reinsere numa história da qual fazemos parte e que por longos anos se fez distante de nós. A memória de um povo é sem dúvida a narração de sua própria existência. A linguagem constitui-se como canal transmissor, ideológico e/ou representativo de um povo, que por sua vez constrói sua história. Assim como a história utiliza a linguagem para ser transmitida, a linguagem também faz uso da história para percorrer seu caminho construtivo e agregar a si as representações que realmente dão significação necessária à sua existência. Nessa perspectiva, faz-se necessária a observação do processo histórico pelo qual produções escritas (artística ou não) puderam caracterizar-se no legado que hoje temos. Para tanto, torna-se pertinente evidenciar o papel da crítica textual como fator positivo na busca, reconstrução e preservação de um patrimônio sociocultural, uma vez que a escrita também é a fonte do progresso humano. Em síntese, esse trabalho tem como objetivo buscar a autenticidade da produção do jornal *A Penna*, bem com resgatá-

lo, analisá-lo e preservá-lo já que o mesmo faz parte do legado sócio cultural de Caetité. É importante então frisar que a crítica textual como estudo dos textos antigos e da sua preservação (ou corrupção) ao longo do tempo, tem contribuído para a reflexão do papel da linguagem na história visto que o entrelaçamento entre ambas promove conhecimento perpétuo, tais como a percepção das relações sociolinguísticas. O contexto histórico do período era agitado, Caetité estava sendo considerada a terra de eleição, pois contava com a participação no cenário cultural e político baiano, como referência nas grandes decisões. Em 12 de outubro de 1867: a vila foi elevada a cidade e D. Pedro I a elege como destino para o herói da Independência da Bahia; Major José Antonio da Silva Castro, (Perequidão), possivelmente ainda não havia um grande apogeu literário.

1. Caetité – do final do século XIX a meados do século XX

A história de Caetité permeia longos anos de domínio, tradição e política. Seu território originalmente foi habitado por indígenas que mais tarde daria origem ao núcleo de catequese de nossa região. Graças a estes também, permanece hoje em nossa linguagem inúmeras palavras dentre as quais o nome de origem da cidade (CAA (mata) ITA (pedra) ETÉ (grande), referência à formação rochosa a leste da cidade, conhecida por "pedra redonda".

É de crer que o sotaque português tivesse transformado a palavra indígena CAETÉ para CAETITÉ, nome que oficialmente recebeu a nova freguesia criada, em 1754 sobre a invocação de Sant'Ana, como sede na antiga aldeia (MENDES, 1996, p. 22).

Com a exploração e escoamento do ouro que saía da Chapada, Caetité passa a pertencer a Vila de Rio de Contas, emancipada de Jacobina; No findar do século XVIII, as articulações populares fez com que Caetité se transformasse em vila. Segundo Mendes (1996) em seu livro *Caetité: a Terra, a Cultura e sua Gente*, “O município (...) tinha todas as condições naturais para prosperar e ter uma vida própria e independente. Tinha criação de animal, vegetal e mineral de muitas variedades” (p. 26). A partir daí se inicia o desenvolvimento nas áreas de educação como primeiro estabelecimento de ensino do Alto Sertão, Escola Normal e na área política com a eleição de um governador filho da terra. Além disso, a fundação do jornal *A Penna* e o surgimento da “Typografia e Editora” de mesmo nome proporcionaram amplo desenvolvimento da produção historiográfica local. Outro fator marcante da época era que toda a cidade

era voltada para a Praça Rodrigues Lima, onde se localizava o Mercado Público e concentrava todo o comércio da nascente cidade. Suas ruas principais eram a Rua Barão de Caetité, a Rua São João, a Constantino Fraga também chamada de Rua Saldanha, a Rui Barbosa (Coreia) e a do Progresso conhecida como Rua do Açougue. A política deste período se dividia entre dois grupos que foram liderados de um lado por Dr. Ovídio Antunes Teixeira que exerceu total influência por mais de 60 anos e do outro o Sr. Durval Públio de Castro. As descobertas minerais e o destaque na educação devido a Anísio Teixeira permitiram a elevação desta cidade a grandes patamares. Permeada de grandes talentos que por muitas vezes permanecem esquecidos, Caetité é sem dúvida uma fonte inesgotável de riquezas culturais, prontas para serem desveladas.

A necessidade de resgatar o patrimônio cultural de um povo não é uma preocupação recente, já que desde a Grécia Antiga utilizava-se dessa técnica. Foi iniciada aproximadamente entre os anos 322 a 146 a. C, com o objetivo de preservar e divulgar os conhecimentos dos eruditos da época. Com esse mesmo propósito o arquivo Público Municipal de Caetité situado na praça Dr. Deocleciano Teixeira, número 52 – Centro, e a Casa Anísio Teixeira, localizada na praça da catedral, número 57, em Caetité – BA, vêm prestando o trabalho de preservar o patrimônio histórico-cultural da cidade.

- O jornal *A Penna* foi fundado por João Gumes em 05 de março de 1897, com publicações quinzenais que circulavam mediante assinaturas, compreendendo exatamente o Alto sertão Baiano que era formado por toda a Serra Geral e partes das microrregiões econômicas Médio São Francisco, Chapada Diamantina e Sudoeste Paraguaçu.
- *A Penna* tinha três grandes metas: defender o desenvolvimento da agricultura, lutar pela abertura da estrada de ferro e combater o despovoamento do Alto Sertão.
- João Antonio dos Santos Gumes nasceu em Caetité, aos 10 de maio de 1858, filho do casal de professores João Antonio dos Santos Gumes e Dona Anna Luísa das Neves Gumes. Estudou em escola primária, aos 18 anos formou-se em magistério primário, dedicando também à profissão de advogado. Além destes cargos foi também escrivão da coletoria geral, tesoureiro e secretário da Intendência de Caetité, autodidata, musicista, dramaturgo, jornalista, arquiteto, tipógrafo e escritor (suas obras são:

A Vida Campestre, Abolição, Intriga Doméstica, Origem do Nome Caeteté, Seraphina, A Sorte Grande, Pelo Sertão, O Sampauleiro e Os Analphabetos).

- Assim como João Gumes que teve um papel importante no desenvolvimento da cidade destacamos outras personalidades como, a figura de Aristides Spínola, ex-governador de Goiás, César Zama, o educador Anísio Teixeira que implantou a primeira Escola Normal transformando depois em Instituto que leva seu nome e que muito contribuiu para o avanço da educação no Brasil. Tivemos também grandes poetas como Maria Zita, Camillo de Jesus Lima, Tânia Martins, entre outros e no campo da música destaca-se o cantor Waldick Soriano de renome nacional.

2. Análise crítica das edições

- Nesse sentido, Fabiana Patueli (2006), destaca que a crítica textual serve como um importante aliado ao resgate da memória de uma sociedade, já que procura restituir os textos literários ao projeto literário do autor, a fim de reconfigurar legitimamente o legado cultural em que se configura as obras literárias escritas em uma determinada época (p. 47).

2.1. Edições analisadas:

2.1.1. Descrição do documento 01

Anúncio de capa: Agricultura

- Texto sobre o tema agricultura que será tratada nos próximos periódicos, datada de 20 de junho de 1897, ano I, nº 8, impresso em tinta preta, vertical, em uma única folha, em uma coluna contendo oito linhas (material de edição fac-similar em cd escaneado pela Empresa Gráfica da Bahia em 1997 – executado com o programa eDoc Imaging CD).

2.1.1.1. Transcrição do documento:

Graças à gentileza de alguém, que tem-nos remetido uma collecção de escriptos sobre agricultura, vamos de hoje por diante, dentro da orbita traçada por

- 5- nosso programa, enriquecer a nossa folha com uma sessão sobre tão importante assumpto. Oxalá aproveitemos nossos esforços! O nosso solo é feracíssimo e adapta-se a todas as culturas. O que é preciso é que se trabalhe com methodo e perseverança. A canna de asucar, o fumo, o café, o algodão, os cereaes, a mandioca, as plantas de pomar as hortalicas, etc; compensam entre nós de sobejo moirejar do lavrador e, para provar do que avançamos sem receio de sermos contestados, chamamos a attenção dos nossos oppo-
91- sitores para as pequenas e raras lavouras de homens perseverantes que em constante e desvelado moirejar, affeitos ao trabalho em com-
96- tinuação dos eus antepassados, com amor entrenhado à gleba, sem se preocuparem com a grandeza e esplendor S. Paulo, vão colhendo fartos
101- proventos que dão para sua subsistencia e deixam-lhes grandes reservas em pecúlio e generos que enceleiram para o imprevisto. Destes conhece-
106- mos alguns que, na sua idéa fixa de desenvolverem as suas propriedades e fazenda, conseguem alargar a gleba, augmentar o rebanho tranquilla e felizmente.

João Gumes

2.1.1.2. Relação das abreviaturas

Linha 100 – 1- S= São (Paulo)

2.1.2. Descrição do documento 03

Matéria de capa: Poema – O professor primário.

Poema de Olavo Bilac em homenagem ao professor, editada em 05 de junho de 1930, ano XIX, nº 490, escrito em tinta preta em uma única folha contendo duas colunas verticais e 118 linhas (material de edição fac-similar em cd escaneado pela Empresa Gráfica da Bahia em 1997 – executado pelo programa eDoc Imaging CD).

2.1.2.1. Transcrição de um trecho do poema.

O professor, quando professora, já não é um homem: - a sua individualidade annula-se; elle é a Pátria, visível e palpa

- 18 vel, raciocinando no cerebro e falando pela sua bocca.
A palavra que elle dá ao discipulo, é como a hóstia, que, no templo, o sacerdote dá ao commungante. E' a eucharistia cívica. Na lição ha a transubstanciação do corpo, do sangue, da alma de toda nacionalidade
- 23-
- 28- Este é o mais bello dever, e o mais nobre sacrificio do

professor: - a abdicação de si mesmo. Abdicação, que é conquista engrandecimento. Porque, depois da investidura, o sarcerdote é tudo, quando deixa de ser homem – é a Nação.

33-

(Excerto do *Boletim da Liga de Defesa Nacional*, Rio, novembro, 1927)

Aqui se percebe uma mudança na grafia, a palavra *órgão* anteriormente era escrito *orgam* e *comerciais* como *commerciaes*. Outra diferença está relacionado às grafias das palavras *Caetité* e *Brasil*, que na primeira década do século XX eram escritas da seguinte forma: *Caeteté e Brazil*, passando a partir da segunda década a serem escritas – *Caiteté e Brasil*. Desse mesmo modo nas transcrições acima podemos encontrar algumas palavras que exemplificam o modelo de escrita da época: *collecção* (terceira linha do documento 01); *assumpto* (sétima linha do documento 01); *idéa* (linha 106 do documento 02); *eucharistia* (linha 23-24 do documento 03).

3. Conclusões

Conforta-nos saber que aliados à crítica textual, passamos da teoria para prática, materializando os principais conceitos da disciplina: fixar, comentar, interpretar texto, mostrar a história da criação do texto, estudo dos códigos da escrita entre outros. Assim o jornal *A Penna* é importante por preservar o resgate da memória cultural desse período da história de Caetité permitindo não só reconstruir a vida cultural local, mas, principalmente, contribuindo para a reescritura de um capítulo da historiografia literária baiana, inserindo o nome de um escritor com uma produção expressiva e significativa como a do caetiteense João Antônio dos Santos Gumes.

Já que a crítica textual desempenha papel importante quando se trata de fixação de um texto por meio do empenho de resgatar a memória de uma sociedade, contribuindo para a formação de um patrimônio sociocultural consistente, vimos por meio da análise do jornal *A Penna*, importante meio de valorizar esse patrimônio histórico, e o resgate por meio desse exame de sua história. Mesmo de forma parcial foi possível perceber que tais documentos têm a capacidade de comunicar através do tempo e do espaço, já que a partir dessa análise tivemos a oportunidade de recuperar hoje parte dessa história.

Portanto; verifica-se que apesar dos anos as palavras se fazem perpétuas e nos permitem perceber uma realidade que não é mais a nossa. Em suma, o percurso histórico e sociocultural, permite conceber que a linguagem escrita conserva o que a oralidade não se encarrega de transmitir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Penna: edição fac-similar em cd escaneado pela Empresa Gráfica da Bahia em 1997 – executado pelo programa eDoc Imaging CD. Acervo do Arquivo Público Municipal de Caetité. Jornal *A Penna*: Biblioteca Anísio Teixeira – Caetité - Bahia.

História de Caetité. Disponível em:

<<http://www.camaracaetite.ba.gov.br/?lk=6>>. Acesso em: 11-01-2011.

João Gumes: Cem anos em um. Disponível em:

<http://br.oocities.com/acadcaetiteenseletras/index_historia_jgumes.html>. Acesso em: 07-01-2011.

MENDES, Bartolomeu. *Caetitê: A terra, a cultura e sua gente*. Caetitê-BA, 1996.

PATUELI, Fabiana da Costa Ferraz. *A crítica textual e o patrimônio cultural*. Disponível em:

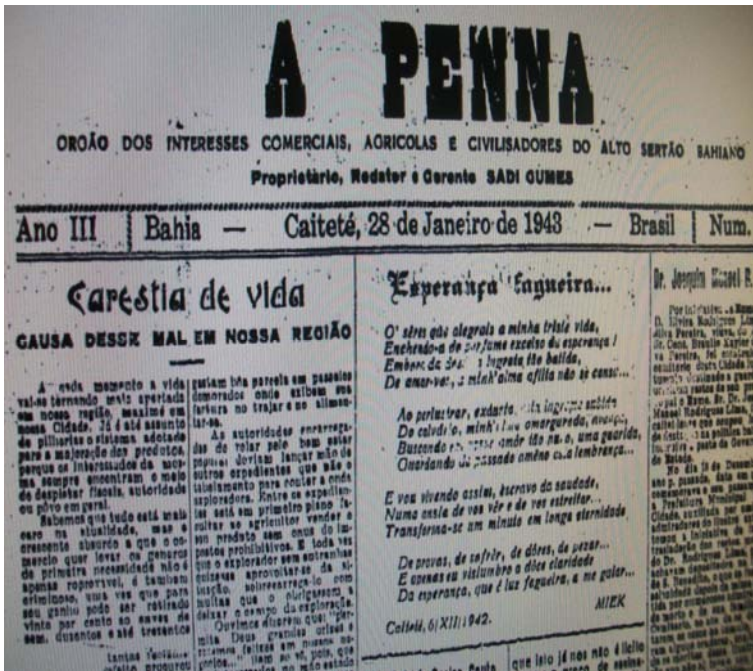
<<http://www.filologia.org.br/ixsenefil/anais/03.htm>>. Acesso em: 05-06-2006.

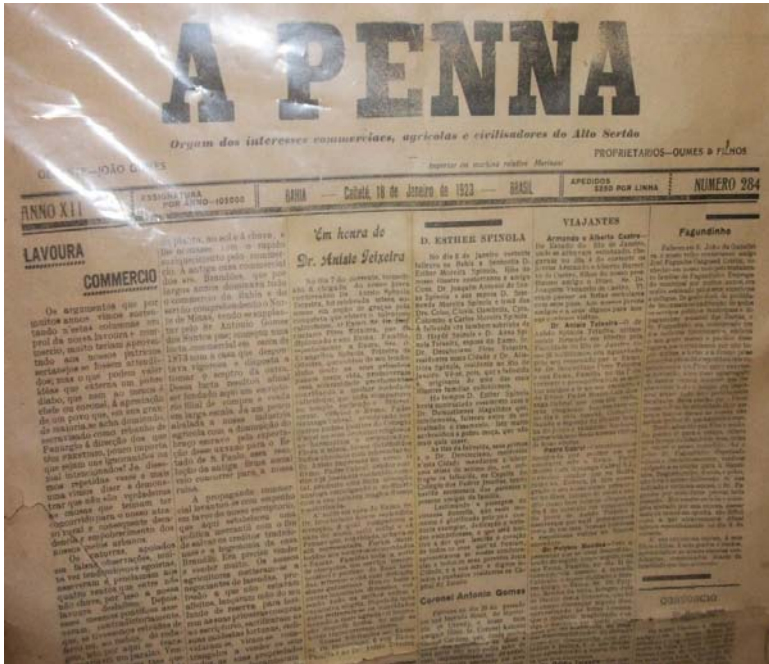
SOUZA, Antônio Pereira. *Fragmentos de história: Contribuições Teóricas sobre história e literatura*. Rio de Janeiro: Tmais. Oito, 2008.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. *Textos de imprensa: problemas na sua edição*. Disponível em:

<<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/10/17.htm>>. Acesso em: 10-01-2011.

ANEXOS:





**A QUESTÃO ORTOGRÁFICA
NA GRAMÁTICA DA LINGUAGEM PORTUGUESA (1536),
DE FERNÃO DE OLIVEIRA¹**

Maurício Silva (USP e UNINOVE)
maurisil@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem o propósito de analisar a constituição da ortografia portuguesa a partir das observações feitas por Fernão de Oliveira em sua *Gramática da Língua Portuguesa* (1536), destacando os procedimentos gráficos e fonológicos propostos pelo autor, com a finalidade de estabelecer uma norma gráfica para a língua portuguesa.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Ortografia. Fernão de Oliveira. Gramaticografia.

A história do estudo da linguagem humana, no mundo ocidental, coincide, em muitos sentidos, com a história da elaboração das gramáticas dos idiomas que constituem nossa tradição linguística. Assim, da Grécia antiga aos dias atuais, é possível perceber uma relativa simetria entre o desenvolvimento de um cabedal cada vez mais amplo de especulações linguísticas e a formalização de um conjunto de regras prescritivas – o que foi, com efeito, a gramática antiga –, o qual, de certo modo, espelhava esse desenvolvimento, fazendo com que a produção de gramáticas das línguas vernáculas fosse, portanto, diretamente proporcional à evolução do ideário linguístico ocidental.

Desse modo, numa perspectiva histórica, pode-se dizer que desde Aristóteles já se assistia ao embate, ainda iminente, entre concepções di-

¹ Publicado anteriormente em *Revista Alfa*, Universidade Estadual Paulista (Unesp), São José do Rio Preto, Vol. 50, No. 01: 23-38, 2006.

versas das funções da linguagem, as quais levariam, na Roma imperial, à consideração da gramática como uma típica *ars recte loquendi* (Cf. STEFANINI, 1994). Na Idade Média, chegou-se, a partir dessa consideração, à dicotomia entre uma gramática fundamentalmente “pedagógica”, tendo como modelo a obra de Donato, e uma gramática essencialmente normativa, inspirada em Prisciano. Mas é mesmo a partir da Era Moderna, em particular do Renascimento, que se pode falar num processo de gramatização mais consistente, o que redundaria numa distinção mais funcional entre os conceitos de normativismo e descritivismo.²

É ainda no Renascimento que as línguas vernáculas começam a adquirir a mesma importância que o latim, seja por meio de trabalhos esporádicos e não gramaticais a respeito da linguagem (como o *De Vulgari Eloquentia*, de Dante Aleghieri), seja por intermédio de obras de estudiosos da língua (como a *Gramática de la Lengua Castellana*, de Antonio de Nebrija). Particularmente no que se refere à língua portuguesa, a primeira gramática de que se tem notícia foi a de Fernão de Oliveira, com sua *Gramática da Linguagem Portuguesa* (1536), a qual já foi definida uma vez como “um conjunto de curiosas reflexões, de tipo ensaístico (...), uma miscelânea linguística e cultural” (BUESCU, 1984, p. 15). Nessa época também, a ortografia já conquistara uma relativa importância no âmbito dos estudos gramaticais (ao lado da Fonética, da Morfologia e da Sintaxe), sendo que, em Portugal, o mesmo Fernão de Oliveira, por meio de sua obra, foi o primeiro gramático da língua portuguesa a realizar uma tentativa parcialmente frustrada de reforma e unificação da grafia vernácula, inaugurando uma linhagem de ortógrafos que perdura – com maior ímpeto e vigor combativo – até os dias atuais.³

A intenção desse trabalho é analisar a referida obra de Fernão de Oliveira, sob o ponto de vista histórico e linguístico, explorando suas reflexões acerca da ortografia da língua portuguesa, a fim de destacar as soluções gráficas encontradas pelo autor, bem como esclarecer a original nomenclatura gramatical difundida por sua obra durante o século XVI, a qual seria ora adotada, ora contestada por outros gramáticos do mesmo período.

² Cf. Auroux (1992). Para a ocorrência, durante o Renascimento, das perspectivas normativista e descritivista, a conformar as gramáticas modernas, consultar Mattos e Silva (1997 e 2000).

³ Cf. Burney (1962). A rigor, contudo, não se pode considerar Fernão de Oliveira o primeiro *ortografista* da língua portuguesa, posição ocupada por Pero de Magalhães Gandavo, com suas *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da lingua portuguesa* (VASCONCELOS, 1933).

Partindo da hipótese de que – no que concerne à ortografia – Fernão de Oliveira se situa no intervalo entre a *tradição* e a *inovação*, exprimindo um dilema que só poderia ser equacionado por intermédio de propostas ousadas para a resolução dos problemas gráficos, pode-se afirmar que sua gramática rejeita parcialmente uma longa tradição linguística – representada pela gramática latina –, buscando conciliar a necessidade de afirmação da autonomia da língua portuguesa e de manutenção da consciência de sua origem distinta, imprimindo assim uma marca bastante pessoal em suas considerações linguísticas.

É por isso que, apesar da evidente filiação de sua gramática, de um lado, às obras latinas do mesmo gênero e, de outro lado, da já citada gramática de Nebrija, Fernão de Oliveira faz uma obstinada apologia da língua portuguesa, procurando desvincular-se definitivamente tanto desses modelos tradicionais quanto de outros mais próximos, como o galego, o qual, por sua vez, se mantinha naturalmente mais ligado ao castelhano, com quem estabelecia uma relação de dependência política.⁴

Exemplos vários do discurso encomiástico promovido pelo Fernão de Oliveira podem ser facilmente verificados ao longo de sua obra, como nos revela o já bastante citado trecho abaixo transcrito:

O estado da fortuna pode conceder ou tirar favor aos estudos liberais e esses estudos fazem mais durar a glória da terra em que florescem. Porque Grécia e Roma só por isto ainda vivem, porque quando senhoreavam o Mundo mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender suas línguas e em elas escreviam muitas boas doutrinas, e não somente o que entendiam escreviam nelas, mas também trasladavam para elas todo o bom que liam em outras. E desta feição nos obrigaram a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu, esquecendo-nos do nosso. Não façamos assim, mas tornemos sobre nós agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné que sejamos ensinados de Roma (OLIVEIRA, 1975, p. 42).

O tom de exortação presente neste excerto não deve causar estranheza, numa época de autoafirmação das novas potências ibéricas frente à tradição escolástica do latim. Trata-se, como se sabe, de um período em que os vernáculos neolatinos adquirem autonomia plena, afirmando-se como línguas independentes. Desse modo, a obra de Fernão de Oliveira não estaria imune a uma leitura ideologizada, uma vez que o próprio au-

⁴ Para as gramáticas latinas e espanhola como modelo de Fernão de Oliveira, consultar Fávero (1996) e Bastos (1981). Para a tentativa de diferenciação com o galego, cuja ortografia permanecerá por muito tempo mais arcaica que a portuguesa, consultar Schlieben-Lange (1993, p. 201-216) e D'Azevedo (1897-1899, p. 261-268)

tor reconhece a imposição do grego e do latim às civilizações conquistadas, quando os povos que esses idiomas representam “senhoreavam o Mundo [e] mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender suas línguas”. Para Fernão de Oliveira, é mais do que uma questão de justiça perante Portugal que, agora, se coloca como nação preponderante no cenário europeu, mas principalmente trata-se de uma questão de valorização de um idioma que necessita urgentemente ser estudado, esquadrinhado e gramaticalmente consolidado.

Nesse sentido, seu discurso encomiástico, de fundo nacionalista, apresenta também uma vertente pedagógica, a partir da qual Fernão de Oliveira exorta seus pares a se envolver no trabalho de ensino e de expansão da língua portuguesa:

...e não desconfiemos da nossa língua porque os homens fazem a língua, e não a língua os homens. E é manifesto que as línguas grega e latina primeiro foram grosseiras e os homens as puseram na perfeição que agora têm (...) apliquemos nosso trabalho a nossa língua e gente e ficará com maior eternidade a memória dele e não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas, que a possamos ensinar a muitas outras gentes e sempre seremos delas louvados e amados. (OLIVEIRA, p. 43/45)

Posturas apologéticas como estas, presentes ao longo da gramática de Fernão de Oliveira, adquirem sentido pleno, como sugerimos, num período de particular projeção para Portugal, cujo Renascimento adquire uma instigante especificidade.⁵

É preciso lembrar, contudo, que, como sugere Peter Burke, apesar da valorização das línguas vernáculas pelos gramáticos renascentistas, na mesma época intelectuais europeus defendiam o uso do latim, apontando, portanto, para a manutenção da tradição latina (Cf. BURKE, 1995), o que aliás é possível de se verificar – como já sugerimos – na própria gramática de Fernão de Oliveira, cuja principal referência linguística parece ser ainda a célebre *Techné Grammatiké* de Dionísio Trácio. Por isso, se por um lado os gramáticos renascentistas, particularmente os portugueses, procuram apresentar conceitos inovadores em relação à língua portuguesa, por outro lado, não rejeitam completamente o legado latino, como já salientou Buescu: “o latim, prestigioso modelo, antepassado venerável é, para eles [os gramáticos portugueses], irreversivelmente, uma língua morta, cuja herança os seus descendentes directos não enjeitam, mas, a partir da qual, reinvestem e transformam”. (BUESCU, 1998, p. 15-31)

⁵ Cf. Carvalho (1980). Para a apologia da língua portuguesa em Fernão de Oliveira, consultar Buescu (1984) e Batista (2002, p. 53-61).

Para além da problemática das fontes e influências na gramática de Fernão de Oliveira – para empregar uma terminologia comparatista – ou do discurso encomiástico, de clara intenção litigiosa, que subjaz à sua inquietação pedagógica, avulta toda uma preocupação técnica, que se manifesta como um agrupamento de definições preliminares de diversos componentes da gramática da língua portuguesa, os quais poderiam ser tomados como um conjunto conceitual linguístico preliminar.

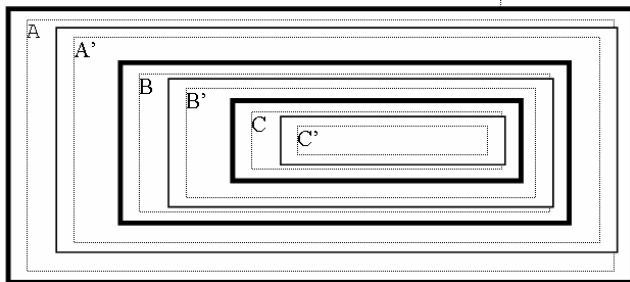
Dividindo a primeira parte de sua gramática, na mais pura tradição latina, em três itens: letras, sílabas e vozes, o autor já manifesta, de início, seu evidente pendor para as considerações de natureza fonético-fonológica, buscando refinar sua definição na exposição de cada um destes componentes gramaticais.

Assim, tratando do primeiro deles, o gramático português afirma que “letra é a figura de voz. Estas, dividimos em consoantes e vogais. As vogais têm em si voz, e as consoantes não, senão junto com as vogais” (OLIVEIRA, 1975, p. 46). Comentando esta curiosa passagem da gramática lusitana, Leonor Lopes Fávero lembra que, para Fernão Lopes, o conceito de *letra* refere-se a “unidades fônicas e sua representação gráfica”, como aliás faziam os latinos com seu conceito de *littera*, devendo-se, nesse sentido, distingui-lo dos conceitos de *figura* ou *senal* (representação gráfica pura) e de *pronúnciação* (unidade fônica pura) (FÁVERO, 1997). Talvez a principal ressalva que se possa fazer acerca desse comentário diga respeito à classificação da pronúnciação como sendo *unidade* fônica, quando na verdade parece tratar-se de *representação* fônica, uma vez que o primeiro termo caberia melhor para definir o conceito de voz.

Com efeito, embora Fernão de Oliveira não seja explícito no que considera como sendo voz, é fácil inferir por suas observações tratar-se da unidade sonora, da competência acústica das letras, no sentido saussuriano e, portanto, mais abstrato, de imagem acústica. Nesse esquema, a concretização físico-fisiológica da voz ficaria a cargo da *pronúnciação*, onde, para Fernão de Oliveira, a voz adquire real concretude, razão pela qual o gramático quinhentista afirma que as consoantes não possuem voz, mas podem ser *pronúnciadas* ao lado de uma vogal. De fato, ao que parece, o conceito de voz teria sido retirado da tradição medieval da gramática modista, segundo a qual a voz representava um *significante*, mas não necessariamente um *significado*, já que, para a Idade Média, a faculdade simbólica (*ratio signandi*) era constituída – à maneira de Saussure – por um conceito e por uma imagem acústica, a esta última cabendo a denominação de *vox*. (Cf. STEFANINI, 1994)

Definindo, em seguida, a sílaba, Fernão de Oliveira afirma que “*sílaba* é uma só voz, formada com letra ou letras, a qual pode significar por si ou ser parte de dicção, e assim as vogais, ainda que sejam em ditongo, podem fazer sílaba sem outra ajuda, e as consoantes não, senão misturadas com as vogais” (OLIVEIRA, 1975, p. 46). Novamente, ressalta na concepção de sílaba o caráter abstrato do conceito de voz, o qual possuiria, de acordo com sua exposição, uma mesma imagem acústica para duas ou mais letras. Ao definir sinal, por sua vez, afirma Fernão de Oliveira: “às figuras [das] letras chamam os Gregos caracteres, e os Latinos, notas, e nós lhe podemos chamar sinais. Os quais hão de ser tantos como as pronúncias” (OLIVEIRA, 1975, p. 46).

Diante de um quadro tão complexo – em que, inclusive, Fernão de Oliveira parece confundir tradições gramaticais distintas, como a dos estoicos gregos e dos modistas romanos – é necessário refazer o percurso, a fim de tentar melhor compreender sua exposição. Adotando uma forma esquemática, podemos sugerir a seguinte divisão: para uma voz (*vox*), corresponde uma pronúnciação; para uma letra (*littera*), corresponde um sinal. Voz e letra juntam-se, por fim, para formar a linguagem, figurada, segundo Fernão de Oliveira, pelo entendimento. Verifiquemos o esquema abaixo, em que A corresponde ao entendimento, B corresponde à voz e C corresponde à letra; do mesmo modo, A' corresponde à linguagem, B' corresponde à pronúnciação, C' corresponde ao sinal:



Enquanto que A, B e C estariam num âmbito da abstração, A', B' e C' estariam num âmbito da concretude. Assim, resumidamente, para Fernão de Oliveira, o *entendimento* possui uma *linguagem*, por meio da qual ele se realiza (“figura”) concretamente; a linguagem contém, por sua vez, a *voz*, que para se realizar depende da *pronúnciação*, a qual não é senão a representação fônica da mesma voz; possui também a *letra*, representada graficamente pelo *sinal*. Por isso, segundo o gramático lusita-

no, enquanto as consoantes não possuem voz (mas possuem sinal), as vogais não têm letras correspondentes suficientes:

não diremos logo que temos as mesmas letras nem tantas como os Latinos, mas temos tantas figuras como eles e quase as mesmas ou imitação delas. E, contudo, não deixa de haver falta nesta parte, porque as nossas vozes requerem que tenhamos trinta e duas ou trinta e três letras. (OLIVEIRA, 1975k p. 47)

A partir dos conceitos aqui expostos, pode-se ter uma ideia mais precisa do tratamento dado por Fernão de Oliveira à ortografia da língua portuguesa.

A história da ortografia portuguesa – melhor dizendo, de sua sistematização e aprofundamento analítico – inicia-se no século XVI, para em seguida conhecer intermináveis propostas de reforma, unificação e transformação, movimento que atinge o paroxismo no século XX.⁶ Fernão de Oliveira assume, nesse contexto, um papel preponderante, seja pelo valor inaugural que suas anotações possuem, seja pela minúcia e perspicácia com que trata do problema ortográfico do português, seja ainda pela originalidade de seus achados para algumas questões que – até os dias atuais – ainda persistem sem solução consensual.

É o que se percebe quando analisamos, mais a fundo, o tratamento dado às letras que, segundo o autor, compõem o alfabeto português. Para o gramático lusitano, nosso alfabeto é composto de 33 letras, entre vogais e consoantes: “no nosso *a b c* há aí trinta e três letras, todas nossas e necessárias para nossa língua, das quais oito são vogais (...) e vinte e quatro consoantes” (OLIVEIRA, 1975, p. 48). O fato de a soma das partes não condizer com o todo – já que oito mais vinte e quatro resulta em 32 – deve-se à consideração, por Fernão de Oliveira, no cômputo final, do *h*, que no seu esquema ortográfico funciona ora como letra, ora como sinal de aspiração. Evidentemente, tal fato deve-se, a nosso ver, menos a uma inovação metodológica do que a uma desatenção aritmética, já que mais adiante ele vai propor a ocorrência, em português, de dois sinais gráficos: o de abreviatura (~) e o de aspiração (h), não havendo razão para o autor somar este último ao seu quadro consonantal composto, antes, de vinte e quatro unidades.

A despeito desse lapso, sua gramática apresenta aquela que pode

⁶ Para a questão ortográfica do português no século XX, consultar Estrela (s.d.), Houaiss (1991) e Silva (2001).

ser considerada – do ponto de vista estritamente ortográfico – sua maior inovação: a proposição de três novos sinais gráficos para representar as oito vogais do português, já que, segundo constata, nosso idioma possui oito vozes vocálicas, mas apenas cinco figuras. Daí propor a divisão do sistema vocálico português em vogais grandes (abertas) e vogais pequenas (fechadas), com exceção do *i* e do *u*, cuja pronúncia é única. Não bastasse essa divisão, Fernão de Oliveira propõe também a adoção de uma nova grafia, por meio da qual as vogais abertas pudessem aparecer sob outra constituição gráfica: respectivamente α (em oposição ao *a* fechado), ε (em oposição ao *e* fechado) e ω (em oposição ao *o* fechado).

Assim, teríamos ao final o seguinte quadro, resultante de suas inovações ortográficas:

voz./ pronúnciação	letra / sinal
a	A
á	α
e	E
é	ε
i	I
o	o
ó	ω
u	u

O quadro, por si só, já nos revela a criatividade e ousadia de Fernão de Oliveira no que diz respeito à ortografia do português. Não contente com essa intervenção inicial, o eminente gramático procura ainda – num ímpeto descritivista que, temporariamente, se sobrepõe ao seu normativismo – registrar de modo sistemático a grafia e a pronúncia das mesmas vogais, num esforço inovador de minuciosas *descrições articulatórias* dos fonemas, bem como suas respectivas *descrições gráficas*, motivo que teria levado um estudioso de sua obra, reconhecendo o pioneirismo dessas digressões ortográficas, a considerá-lo um “observador perspicaz, senhor de uma grande sensibilidade auditiva e capaz de descrever minuciosamente a articulação de todos os fonemas e respectivos símbolos gráficos” (PINTO, 1961).

Desse modo, Fernão de Oliveira propõe as seguintes explicações, no que tange à pronúncia das vogais:

1. *letra a* (pequeno/fechado): “a sua pronúnciação é com a boca mais aberta que das outras vogais e toda a boca igual”;
2. *letra α* (grande/aberto): “a pronúnciação é com a mesma forma da

boca, senão quando traz mais espírito”;

3. *letra e* (pequeno/fechado): “a sua voz não abre já tanto a boca e descobre mais os dentes”;
4. *letra ε* (grande/aberto): “não tem outra diferença da força do *e* pequeno, senão quando enforma mais o espírito”;
5. *letra i* (vogal): “pronuncia-se com os dentes quase fechados e os beijos assim abertos como no *e* e a língua apertada com as gengivas de baixo e o espírito lançado com mais ímpeto”;
6. *letra o* (pequeno/fechado): “sua pronunção faz isso mesmo: a boca redonda dentro e os beijos encolhidos em redondo”;
7. *letra ω* (grande/aberto): “tem a mesma pronunção com mais força e espírito”;
8. *letra u* (vogal): “[esta letra] aperta as queixadas e prega os beijos, não deixando entre eles mais do que só um canudo por onde sai um som escuro”.

Ressalte-se o emprego de formas referenciais marcadas pela visibilidade, presentes em suas descrições, como “beijos *assim* abertos”, “faz *isso mesmo*” ou “um som *escuro*”.

Já no que se refere à grafia das vogais, sua explicação afigura-se bastante insólita, sobretudo em função de seu empenho descritivista:

1. *letra a* (pequeno/fechado): “tem a figura de um ovo com um escudete diante e a ponta do escudo em baixo, cambada para cima”;
2. *letra α* (grande/aberto): “tem figura de dois ovos ou duas figuras de ovo, uma pegada com a outra, com um só escudo diante”;
3. *letra e* (pequeno/fechado): “tem figura de arco de besta com a polgueira de cima de todo em si dobrada, ainda que não amassada”;
4. *letra ε* (grande/aberto): “parece uma boca bem aberta com sua língua no meio”;
5. *letra i* (vogal): “sua figura é uma haste pequena, alevantada, com um ponto pequeno redondo em cima”;
6. *letra o* (pequeno/fechado): “[sua figura] é redonda toda por inteiro, como um arco de pipa”;

7. *letra o* (grande/aberto): “parece duas faces com um nariz pelo meio ou dois *oo* juntos ambos”;
8. *letra u* (vogal): “sua figura é duas hastes alevantadas direitas, mas em baixo são atadas com uma linha que sai de uma delas”.

É curioso perceber como, no discurso de Fernão de Oliveira, as referências para a descrição da grafia das letras seguem de perto a realidade cotidiana mais comum, revelando a intenção didática de sua gramática.

Em relação ao sistema consonantal, os achados são outros, mas igualmente marcados por inovações mais ou menos criativas. Primeiro, temos um quadro em que as consoantes são alocadas, a partir de uma perspectiva da pronúncia (aliás, para as consoantes, com exceção das letras *j* e *v*, o autor não expõe uma descrição gráfica, mas apenas fonológica), segundo uma categorização, *a priori*, em letras mudas, letras aspiradas e semivogais:

B	Letra muda
C	Letra muda
Ç	Letra muda
D	Letra muda
F	Letra muda
G	Letra muda
H	Letra muda
J	Letra muda
L	Semivogal
M	Letra muda
N	Letra muda
P	Letra muda
Q	Letra muda
R	Semivogal
RR	Letra muda
S	Semivogal
SS	Letra muda
T	Letra muda
V	<u>Letra muda</u>
X	Letra muda
Z	Semivogal
Y	Letra muda
Ch	Letra aspirada
Lh	Letra aspirada
Nh	Letra aspirada

Por conter a letra *h*, o quadro de Fernão de Oliveira possui vinte e

cinco consoantes, e, não, vinte e quatro como o autor tinha equivocadamente proposto antes. Esse quadro pode ser melhor explicitado a partir da exposições de alguns conceitos pertinentes aos fonemas consonantais, numa tentativa de resgate do discurso metalinguístico presente em sua gramática.

Com efeito, para Fernão de Oliveira as letras mudas receberiam essa denominação por não possuírem, em si mesmas, nenhuma voz, propriedade adquirida apenas no contato com uma vogal; já as semivogais – ao contrário daqueles conceitos que hoje em dia recebem semelhante denominação – seriam aquelas letras que, embora façam o papel de consoantes, quando em posição inicial ou medial no vocábulo, possuem voz independente quando em posição final (l, s, r, z); finalmente, as letras aspiradas seriam aquelas que, embora sem figura própria, adquirem vozes (quando ao lado de vogais) diferentes de outras semelhantes não aspiradas – em outros termos, são os chamados dígrafos, letras que representam um fonema aspirado a partir do acréscimo do *h* (ch, lh, nh).

Portanto, no que se refere à exposição acerca da pronúncia das consoantes, Fernão de Oliveira propõe as seguintes explicações:

1. *letra b*: “[pronuncia-se] entre os beiços apertados, lançando para fora o bafo com ímpeto e quase com baba”;
2. *letra c*: “pronuncia-se dobrando a língua sobre os dentes queixais, fazendo um certo lombo no meio dela diante do papo, quase chegando com esse lombo da língua ao céu da boca e impedindo o espírito, o qual por força faça apartar a língua e faces e quebre nos beiços com ímpeto”;
3. *letra ç*: “esta letra *c* com outro *c* debaixo de si virado para trás, nesta forma *ç*, tem a mesma pronúncia que *z*, senão que aperta mais a língua nos dentes”;
4. *letra d*: “[sua pronúncia] deita a língua dos dentes de cima com um pouco de espírito”;
5. *letra f*: “[sua pronúncia] fecha os dentes de cima sobre o beiço de baixo”;
6. *letra g*: “[sua pronúncia] é como a do *c*, com menos força de espírito”;
7. *letra h*: “se é letra consoante, como alguns quiseram e o traz Diomedes gramático, há mister própria força e se a tem ou não, ou se é

boa a pronúncia que lhe dão alguns Latinos, eles o vejam. Nós, Portugueses, não lhe damos mais as vogais com que se mistura. E dizem os Latinos que se podem misturar com todas as vogais”;

8. *letra j* (i consoante): “a sua pronúncia é semelhante à do *xi*, com menos força, e esta mesma virtude damos ao *g*, quando se segue depois dele *e* ou *i*, mas a mim me parece que com o *i* consoante o podemos escusar”;
9. *letra l*: “[sua pronúncia] lambe as gengivas de cima com as costas da língua, achegando às bordas dela os dentes queixais”;
10. *letra m*: “[sua pronúncia] muge entre os beiços apertados, apanhando para dentro”;
11. *letra n*: “[sua pronúncia] tine (...) tocando com a ponta da língua as gengivas de cima”;
12. *letra p*: “a força ou virtude do *p* é a mesma que a do *b*, senão que traz mais espírito”;
13. *letra q*: “[apesar de Diomedes e Quintiliano considerarem essa letra sobeja], nós a havemos mister na nossa língua, assim para algumas dicções que de necessidade têm *u* líquido, como *quase*, *quando*, *quanto*, *qual*, e outras semelhantes, como também para quando se seguem *i* ou *e*, para tirar a dúvida que pode haver entre *c* e *ç*”;
14. *letra r* (singelo): “[pronuncia-se] com a língua pegada nos dentes queixais de cima, e sai o bafo tremendo na ponta da língua”;
15. *letra r* (dobrado) [rr]: “[sua pronúncia é a mesma que a do *r* singelo, senão que este dobrado arranha mais as gengivas de cima”;
16. *letra s* (singelo): “é letra mimosa, e, quando a pronunciamos, levantamos a ponta da língua para o céu da boca e o espírito assobia pelas ilhargas da língua”;
17. *letra s* (dobrado) [ss]: “pronuncia-se como o outro, pregando mais a língua no céu da boca”;
18. *letra t*: “tem a mesma virtude do *d*, com mais espírito, todavia tira o *t* para fora”;
19. *letra v* (u consoante): “[sua força] é como a do *f*, mas com menos espírito”;
20. *letra x*: “pronuncia-se com as queixadas apertadas no meio da boca,

os dentes juntos, a língua ancha na boca e o espírito ferve na humildade da língua”;

21. *letra z*: “[sua pronúncia] zine entre os dentes cerrados, com a língua chegada a eles e os beiços apartados um do outro”;
22. *letra y*: “as mais das vezes, quando vem uma vogal logo atrás outra, nós, pronunciamos entre elas uma letra como em *meio, seio, moio, joio*, e outras muitas. A qual letra a mim me parece ser *y*, e não *i* vogal, porque ela não faz sílaba por si, nem tampouco *j* consoante na força que lhe nós demos, mas em outra quase semelhante àquela, muito enxuta e sem nenhuma mistura de cuspinho”.

As explicações, por sua vez, limitam-se ao número de vinte e duas consoantes, pois Fernão de Oliveira optou por não apresentar isoladamente a pronúncia das três letras aspiradas, já que as mesmas são pronunciadas como as correspondentes surdas (c, l, n), mas apenas com o acréscimo do sinal de aspiração, como o próprio autor já havia explicado anteriormente, quando de sua definição dos tipos de fonemas consonantais em português.

Algumas observações curiosas podem ser feitas acerca da exposição dos fonemas consonantais pelo gramático português. Em primeiro lugar, é interessante notar que, para Fernão de Oliveira, é errado escrever as letras *m* ou *n* no final das sílabas, já que no seu lugar deveria aparecer o til, marca de nasalização que os substituiria com melhor proveito. Além disso, o autor faz uma ressalva sobre a letra *k*, que foi suprimido de seu quadro de consoantes, pois, segundo ele, “não faz nada, nem eu vi nunca em escritura de Portugal esta letra *k* escrita” (OLIVEIRA, 1975, p. 50). Finalmente, procurando mais uma vez inovar em suas considerações ortográficas, Fernão de Oliveira propõe o uso da letra *q* apenas para os casos em que o *u* é pronunciado (quando, qual, quase), sendo desnecessário em *todos* os casos em que o *u* não for pronunciado, substituindo-se o *q* pela velar surda, mesmo antes de *e* e *i* (cadeira, ceixume, cina, começo); proposta semelhante é feita ainda em relação ao *j*, que o gramático português sugere que se substitua pelo *g*, antes de *e* ou *i*.

Mais curioso ainda é o fato de Fernão de Oliveira – num recurso mnemônico talvez inconsciente – procurar reproduzir os fonemas consonantais explicados por meio de palavras que tragam em si mesmas as letras referidas; trata-se, neste caso, de uma espécie rara de metalinguagem com *mise-en-abîme*, provocando um sagaz efeito de aliteração. É assim que, ao explicar a pronúncia da letra *b*, o autor emprega termos como

beijos, bafo, e baba; ao explicar a letra *d*, emprega *deita* e *dentes*; ao explicar o *f*, opta pelo verbo *fechar*; ao explicar o *l*, prefere o verbo *lamber*; para a letra *m*, escolhe o verbo *mugir*; para o *n*, escolhe *tine*, acompanhado de uma sequência de palavras que provoca um singular efeito de aliteração (*tocando, ponta, língua, gengivas*); para o *r* dobrado, escolhe o verbo *arranhar*; para explicar o *t*, usa os recursos fonológicos das palavras *virtude, todavia* e *tira*; para o *x*, emprega *queixada*; finalmente, para o *z*, usa *zine*.

Assim, coube a Fernão de Oliveira a tarefa de estabelecer, pela primeira vez, um sistema ortográfico para o português, uma vez que “ao lado do propósito de se respeitar a origem latina da língua, percebia-se a existência de traços especiais da fonologia portuguesa, que requeriam um tratamento diferenciado, [pautando-se pelo] princípio da simplificação ortográfica, não querendo admitir que um fonema fosse representado de duas ou mais maneiras diferentes ou que um único símbolo pudesse valer para fonemas distintos” (MONTEIRO, 1998. Cf. tb. BUESCU, 1984). Discussões acerca da simplificação ortográfica, aliás, não era incomum na época, fato já presente em Quintiliano, mas que se torna objeto de acirrados debates durante o Renascimento europeu (Consultar KIBBEE, 1990), o que não causa surpresas numa época em que – sobretudo no que se refere ao português – se vivia uma situação de evidente caos ortográfico, havendo necessidade de uma sistematização que, aliás, já começa a se formar desde pelo menos o século XIII.⁷

Espécie de fundador da filologia portuguesa – já que, como salientou Rebelo Gonçalves, antes dos gramáticos portugueses não se pode dizer que houvesse filólogos no sentido rigoroso da palavra (Cf. GONÇALVES, 1936) –, Fernão de Oliveira pode ser considerado também, como sugerimos, um de nossos primeiros ortógrafos e foneticistas, devido à maestria de suas exposições acerca da pronúncia e grafia dos fonemas do português e devido à tentativa de sistematização de seu uso, o que o colocava, logo de início, no centro da disputa entre as tendências normativistas e descritivistas dos estudos linguísticos.

Curiosamente, apesar de adiantar alguns fatos da ortografia da língua portuguesa que apareceriam bem depois, como na célebre *Ortografia Nacional* (1904) de Gonçalves Viana (Cf. AGUIAR, 1984), Fer-

⁷ Para a questão do caos ortográfico na época e sua sistematização desde o século XIII, consultar Toledo Neto (1995 e 1999) e Fonseca (1985).

não de Oliveira revela plena consciência da importância do hábito e de sua incidência sobre a consolidação e uso da ortografia portuguesa, transformando-o, em muitos sentidos, em verdadeiro princípio norteador de suas considerações, apesar de suas propostas de simplificação ortográfica e de adoção de uma ortografia mais fonêmica do que etimológica. Seguindo de perto, nesta matéria, as propostas de Quintiliano – crítico dos exageros ortográficos que propugnava pela simplificação –, o gramático português vê, portanto, no *costume*, um imperativo contra a qual seria praticamente impossível lutar.

Não obstante, propõe uma série de regras que, a rigor, insere-se numa clara tendência ao normativismo gramatical, já bastante em voga desde Donato e sua *Ars Maior*. Definindo a gramática como a “arte que ensina a bem ler e falar”, Fernão de Oliveira (1975, p. 43) emprega uma série de exemplos que, em conjunto, podem ser tomados como modelos de um uso exemplar da língua, marca acentuada de seu normativismo gramatical.⁸ Trata-se de uma evidente intenção pedagógica, a qual serviria até mesmo como referência para o ensino do português no Brasil. (Cf. CASAGRANDE; BASTOS, 2002, p. 53-62)

Apesar dessa preocupação pedagógica, que via no projeto de se ensinar o bem falar uma necessidade, não podemos nos esquecer da importância que a sistematização gráfica adquire nesse período de franco desenvolvimento da imprensa escrita, o que, fatalmente, determinaria o aparecimento de teorias voltadas, exclusivamente ou não, para a reforma da ortografia. Como já sugeriu Roger Chartier, “o papel dos editores de texto e dos revisores na sistematização gráfica e ortográfica das línguas vernaculares foi muito mais determinante do que as proposições de reforma ortográfica feitas por certos escritores que queriam impor uma ‘escritura oral’, completamente governada pela pronúncia”.⁹

Este, como outros fatos, não desmerece o trabalho de Fernão de Oliveira como ortógrafo da língua portuguesa. Antes, faz avultar ainda mais a ousadia e a originalidade daquele que, com incontestável razão,

⁸ O emprego dos exemplos na gramática de Fernão de Oliveira foi estudado por Leite (2001, p. 289-309). Para Maria Helena Moura Neves, o uso de exemplos constitui “a marca mais evidente do caráter normativo dos manuais tradicionais de gramática” (MOURA NEVES, 2002, p. 43-52). Uma perspectiva divergente, já que considera a gramática de Fernão de Oliveira “mais descritiva do que propriamente normativa”, pode ser encontrada em Bastos (1981).

⁹ CHARTIER (2002, p. 28). A mesma opinião é compartilhada por BUESCU (1983, p. 72 *et passim*; e 1984, p. 32 *et passim*).

pode ser considerado o primeiro grande pensador da língua portuguesa no contexto da cultura europeia renascentista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Gentil de. Ortografia portuguesa e etimologia. *Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo: Unisinos, vol. 21, N^{os} 79-80, 1984.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Unicamp, 1992.

BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa. *Contribuição à história da gramática portuguesa. O século XVI*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1981.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Nossa língua e essoutras: O tratamento da diversidade linguística em Fernão de Oliveira. In: IMAGUIRE, Lúgia; ALTMAN, Cristina (Orgs.). *As línguas do Brasil: tipos, variedades regionais e modalidades discursivas*. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 53-61.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. A língua portuguesa, mãe e não madrastra. Uma busca equívoca, mas eficaz: a gramática universal. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua portuguesa. História, perspectivas, ensino*. São Paulo: Educ, 1998, p. 15-31.

_____. *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

_____. *Historiografia da língua portuguesa. Século XVI*. Lisboa: Sá da Costa, 1984.

BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Unesp, 1995.

BURNEY, Pierre. *L'orthographe*. Paris: Presses Universitaires, 1962.

CARVALHO, Joaquim Barradas. *O renascimento português: em busca de sua especificidade*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.

CASAGRANDE, Nancy dos Santos; BASTOS, Neusa Barbosa. Ensino de língua portuguesa e políticas linguísticas: séculos XVI e XVII. In: BASTOS, Neusa Barbosa. *Língua portuguesa. Uma visão em mosaico*. São Paulo: Educ, 2002, p. 53-62.

CHARTIER, Roger. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 28.

D'AZEVEDO, Pedro A. A respeito da antiga orthographia portuguesa. *Revista Lusitana. Arquivo de Estudos Filológicos e Ethnológicos relativos a Portugal*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, vol. V, 1897-1899, p. 261-268.

ESTRELA, Edite. *A questão ortográfica*. Reforma e acordos da língua portuguesa. Lisboa: Editorial Notícias, s.d.

FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções linguísticas no século XVIII. A gramática portuguesa*. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. História das ideias linguísticas: gramáticos e ortógrafos portugueses dos séculos XVI e XVII. *Filologia e Linguística Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, nº 01, p. 95-105, 1997.

FONSECA, Fernando V. Peixoto da. Remarques sur l'orthographe de l'ancien portugais. *Revue de Linguistique Romane*. Strasbourg: Société de Linguistique Romane, tome 49, n^{es} 193/194, p. 183-187, jui. 1985.

GONÇALVES, F. Rebelo. História da filologia portuguesa. *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, tomo IV, fasc. 1/2, p. 1-13, 1936.

HOUAISS, Antônio. *A nova ortografia da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1991.

KIBBEE, Douglas. French Grammarians and Grammars of French in the 16th Century. In: NIEDEREHE, H.-J.; KOERNER, K. *History and Historiography of Linguistics. Studies in the History of the Language Sciences*. Amsterdam/Philadelphia: John Behjamins, vol. 51, p. 301-314, 1990.

LEITE, Marli Quadros. O discurso dos exemplos nas gramáticas portuguesas do século XVI. In: URBANO, Hudinilson *et alii*. *Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 289-309.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Contradições no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 2000.

MONTEIRO, José Lemos. As ideias linguísticas de Fernão de Oliveira. *Confluência*. Rio de Janeiro, nº 15, p. 98-116, 1998.

MOURA NEVES, Maria Helena de. Heranças: a gramática. In: BASTOS, Neusa Barbosa. *Língua portuguesa. Uma visão em mosaico*. São Paulo: Educ, 2002, p. 43-52.

OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Org. por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1975.

PINTO, Rolando Morel. Gramáticos portugueses do renascimento. *Revista de Letras*. Assis, vol. 02, p. 123-145, 1961.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. O multilinguismo como tema da linguística na Península Ibérica no século XVI. In: _____. *História do falar e história da linguística*. São Paulo: Unicamp, 1993, p. 201-216.

SILVA, Maurício. Reforma ortográfica e nacionalismo linguístico no Brasil: uma abordagem histórico-discursiva. *Letras*, Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, vol. 20, nº 1/2, p. 99-122, dez. 2001.

STEFANINI, Jean. *Histoire de la grammaire*. Paris: CNRS, 1994.

TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. Aspectos da variação gráfica no português arcaico: as variantes consonantais no *Livro de José de Arimateia* (Cod. ANTT 643). In: RODRIGUES, Ângela C. S. et alii (Orgs.). *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 55-63.

_____. Relação grafema/fonema no português antigo. *Estudos Linguísticos. Anais do Seminário do Gel*. São Paulo, nº 24, p. 636-642, 1995.

VASCONCELOS, Frazão de. Ortografistas portugueses dos séculos XVI a XVIII. *Separata da "Língua Portuguesa"*. Lisboa, vol. III, fasc. VIII, p. 01-08, 1933.

A SINONÍMIA LÉXICA

Paulo Mosânio Teixeira Duarte (UFC)
iorbrunus@gmail.com

RESUMO

Nosso artigo versa sobre sinonímia lexical. Nele nos deteremos em autores de gramáticas normativas portuguesas para em seguida focarmos linguistas como Ulmann (s/d), Palmer (s/d) e Lyons (1979). Nosso propósito é mostrar que a sinonímia “real” é caso raro por entrarem em jogo fatores de natureza diatópica, diastrática e diafásica. Fatores como emotividade, valoração, intensidade, previstos no léxico serão avaliados, e concluímos que só de uma perspectiva “intelectiva”, referencial, melhor dizendo, pode-se falar em sinonímia nos dois primeiros fatores, dado que, para nós, um fator como a intensidade descarta a existência de sinônimos.

Palavras-chave: Sinonímia. Léxico. Palavras evocativas. Emotividade. Valoração.

1. Introdução

Um dos assuntos mais polêmicos em semântica é a sinonímia, devido à variedade de fatores que interferem no fenômeno, acerca dos quais falaremos oportunamente.

Bloomfield (1933), respeito dela, assevera:

Nosso pressuposto fundamental implica que cada forma linguística tem um significado constante e específico. Se as formas são foneticamente diferentes, supomos que os significados das mesmas também são diferentes (1933, p. 145) (tradução nossa).

Bréal (1992), num capítulo “A Lei da Repartição”, põe em dúvida a existência da sinonímia. Convém, antes, definir o que Bréal chama de repartição: “A ordem intencional em virtude da qual as palavras que deveriam ser sinônimas, e que o eram efetivamente, tomaram, entretanto sentidos diferentes e não pode mais ser empregada uma por outra” (1992, p. 33).

Afirma o autor que a linguagem tem valor para a troca de ideias, para a expressão dos sentimentos e a discussão dos interesses e, por isso, ele se recusa a aceitar uma sinonímia que seria inútil. Ou os termos sinônimos diferem ou um deles desaparece.

Vários fatores interferem na não existência da sinonímia. Um deles: quando duas línguas, ou mesmo dois dialetos, entram em contato, há um trabalho de classificação que consiste em atribuir valores às expressões inicialmente sinônimas. Se um idioma é dado como superior ou inferior, seus termos podem adquirir prestígio ou ficar desprestigiados. Na Bretanha, *verbi gratia*, segundo Bréal, os jardins eram denominados *courtils*. Uma vez conhecida a palavra *jardin*, um sentimento de desprezo se associou à denominação rústica.

A influência das ciências, da filosofia e da literatura pode também ter influência decisiva. Por exemplo: Platão, no âmbito filosófico, sentiu necessidade de distinguir dois termos que antes eram sinônimos: *archai* (dos princípios) e os *stoicheia* (os elementos: fogo, terra, ar).

Outro fator a ser considerado é a evolução conceitual na psicologia dos povos. Um exemplo é a raiz *man*, que parece ter servido no princípio para denominar as operações mentais em sua totalidade, o pensamento ou a paixão. Com o passar do tempo, estabeleceram-se distinções, em nível verbal, entre as duas citadas operações.

Posto isto, vamos falar mais detidamente no fenômeno sinonímia, aqui no domínio lexical, vez que há a sinonímia frasal ou paráfrase, que, dada a complexidade, merece outro trabalho, pois envolve aspectos e fatores bem diferenciados da sinonímia lexical. Começamos por incursionar na sinonímia nas gramáticas tradicionais de língua portuguesa para em seguida adentrarmos a sinonímia na visão da linguística moderna, com referência a autores como Ulmann (s/d), Palmer (s/d) e Lyons (1979).

2. A sinonímia nas gramáticas normativas

Existem autores que se limitam a definir a sinonímia em diversos termos. Dividi-los-emos nos seguintes aspectos:

- a) Sinonímia em termos conceituais: Cunha (1986, p. 96) fala de sinônimos quando as palavras apresentam uma semelhança geral de sentido, como próximo/perto, *feliz/ditoso*.

- b) Sinonímia em termos conceituais e tipologia: Pereira (1943, p. 171-172) se refere à sinonímia quando há palavras *diversas* na forma e idênticas ou semelhantes na significação. Sem definir os tipos, apresenta dois tipos: sinônimos perfeitos, como *cara/rosto, beijo/lábio, mortal/letal* e sinônimos imperfeitos, a exemplo de *bom/misericordioso, cavalo/corcel*.
- c) Maciel (1911, p. 351) remete a palavras com a mesma ideia ou afirmação (paráfrase). Depois corrige o que assevera afirmando haver semelhança, não identidade de sentido. Reconhece, pois, como geral a sinonímia imperfeita, sendo rara a perfeita.
- d) Sinonímia em termos conceituais, tipologia e fatores intervenientes: Silva Jr. e Andrade (1894, p. 173) estranhamente falam de sinônimos como palavras que pertencem à mesma categoria gramatical e idêntico sentido, mas depois admite a necessidade de existir a mesma classe gramatical e reconhece que, no uso, há nuances diversas de sentido. Identifica como fator interveniente a mesma extensão, no sentido lógico do termo. Reconhece sinônimos perfeitos, a exemplo de *avaro/avarento, arrote/eructação, espectro/abantesma* e imperfeitos, mas não exemplifica. Admite como fatores para a sinonímia: a polionímia, a tendência para nomear diversamente os objetos, a renovação erudita via cultura literária, a criação vernácula com suas potencialidades, a importação estrangeira, o vocabulário plebeu e a gíria e as diferenças dialetais. A sinonímia perfeita é, para os autores, fato raro, devido à restrição de sentido, como em *nédio/nítido, rezar e recitar*.

Maciel (1911, p. 105-109) acolhe os sinônimos como vocábulos de significação idêntica ou semelhante: *júbilo/contentamento, regozijo/alegria*, identifica os de natureza perfeita e os de natureza imperfeita, podendo haver os de mesma raiz ou orgânicos ou de natureza imperfeita ou raízes distintas.

Cegalla (1983, p. 203) reconhece a existência de identidade ou semelhança de sentido. No segundo caso, interfere: a maior ou menor amplitude de significados (*veículo/carro*), o uso corrente ou literário, técnico ou científico. Só uma ressalva: hiperônimos como *veículo*, que contém o termo *carro* só se dão no nível do texto não do léxico.

Lima (1976, p. 448-451) apresenta uma exposição densa e enxuta.

Acolhe a sinonímia imperfeita como predominante, pois interferem a tecnicidade ou usualidade da palavra, o emprego corrente ou literário o uso nobre ou plebeu, que é, reconhecamos, critério vago. Não há registro literário apenas porque a palavra é erudita. O termo *plebeu*.

Notamos que os gramáticos referidos se atêm aos significados ditos referenciais. Basta que vejamos os exemplos de Cunha (1986) feliz/ditoso, sendo o segundo vocábulo de cunho formal. Silva Jr. e Andrade (1894) sinonimizam regozijo, de natureza formal, e alegria, da linguagem corrente em termos de frequência. Chega a dar como sinônimos *fantasma* e *abantesma*, este último de caráter arcaico. Pereira (1943) dá como sinônimos *mortal* e *letal*, este mais formal.

3. A sinonímia em perspectiva linguística

3.1. A perspectiva de Ullmann

Ullmann (s.d.) reconhece que há uma grande dose de verdade nas afirmações contrárias à possibilidade de uma completa sinonímia. Admite, porém, que não é verdade inquestionável. Exemplifica com a linguagem técnica. Dá como exemplos os termos da Fonética *espirantes* e *fricativas*, que o mesmo autor, segundo ele, pode usar indiferentemente. Exemplifica também com os termos da Linguística: *semântica* e *semasiologia*, e da Medicina: *cecitus* e *typhlites* (inflamação do intestino cego). Em alemão, temos: *Lautlehre* e *Phonetik*, (Fonética), *Formenlehre* e *Morphologie* (Morfologia), *Bedeutungslehre* e *Semantik* ou *Semasiologia* (Semântica). Não concordamos com Ullmann *in totum*. Basta que tomemos como exemplo a Química e a Farmácia. O que na primeira se chama ácido clorídrico na segunda se chama cloreto de hidrogênio. Os exemplos podem se multiplicar entre estas duas ciências referidas e a mineralogia.

Ullmann, porém, remete a recentes estudos sobre formação de terminologias industriais, os quais mostraram que vários sinônimos surgiram em torno de uma invenção.

Ullmann admite, contudo, que, feita a contabilidade, poucas palavras são completamente sinônimas no sentido por não serem permutadas em qualquer contexto, sem que isto acarrete a mais leve alteração do significado objetivo. Apoiar-se nas conclusões de Collinson, que podem ser assim estabelecidas:

- a) um termo é mais geral que outro: *recusar/rejeitar*;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- b) um termo é mais intenso que outro: *repudiar/rejeitar*;
- c) um termo é mais emotivo que outro: *gana/vontade*;
- d) um termo pode implicar aprovação ou censura moral enquanto o outro é neutro: *parco, frugal/econômico*;
- e) um termo é mais profissional que outro: *óbito/morte*;
- f) um termo é mais literário que outro: *passamento/morte*;
- g) um termo é mais coloquial que outro: *recusar/declinar*;
- h) um termo é mais local ou dialectal que outro: *tangerina/mexericã*
- i) um dos sinônimos pertence à linguagem infantil: *papá/pai*.

Podemos esquematizar a proposta de Ullmann conforme o que assenta Martins (1989, p. 105-07).

- a) Distinção em termos de diferença objetiva: um termo é mais geral: *carro/automóvel, cortar/decepar, morrer/perecer*.
- b) Distinção em termos de intensidade: *berrar/gritar; suplicar/pedir; gargalhar/rir/sorrir*.
- c) Distinção quanto ao teor emotivo e avaliativo: *abandonar/deixar; maníaco/sistemático*.
- d) Distinção em termos de valores evocativos (que, segundo Bally (1951, p. 203), dizem respeito à origem ou à variedade sociolinguística de uma palavra):
 - um termo é mais profissional que outro: *cirurgia/operação; escabiose/sarna*.
 - um termo é mais literário que outro: *venusto/belo; falaz/enganador; ósculo/beijo*.
 - um termo é mais coloquial ou mais vulgar que outro: *bagunça/desordem; boia/comida; unha-de-fome/avaro; milico/soldado*.
 - um termo é mais real ou dialetal que outro: *vasquim/escasso; quicé/faça; quengo/cabeça*.

Há que destacar-se, como a própria autora reconhece, que é difícil

traçar uma distinção clara entre os parâmetros *b* e *c* porque intensidade e emotividade se imbricam. Há que se ir mais além: a dificuldade estabelecer limites entre intensidade, emotividade e valoração, pois são subespécies da função expressiva da linguagem. Por exemplo, a palavra *esquelético* é mais intensa que *magro* e mais “valorativa” e emotiva. Os três traços ou dois deles podem comparecer, mas se aparece intensidade, temos por bem descartar sinonímia.

Se um termo é mais intenso, que outro, não há sinonímia, pois esta conotação já está prevista no léxico, não havendo sobreposição de sentidos mesmo quando nos limitamos à referencialidade.

Ademais, não se pode falar de um termo mais literário que outro em função do caráter raro do termo, porque o caráter erudito de um termo não implica sua literariedade, vez que a literatura não se compõe necessariamente de palavras eruditas.

A distinção, em termos de caráter evocativo de cunho diatópico, é um problema porque, se numa região, uma palavra é usada e noutra é questionável falar de sinonímia a não ser que nos atenhamos a ela em termos referenciais. O mesmo se diga dos valores evocativos.

Apesar do exposto, não se vá inferir que não existam palavras cujos significados não se cruzam. *Generoso* na expressão *rapaz generoso* pode ser substituído sem problemas por *bondoso*.

A sinonímia parcial pode dar-se em conformidade com o contexto. A admissão deste tipo de sinonímia é acatada entre diversos linguistas, a exemplo de Câmara Jr.:

Há necessariamente coincidências múltiplas, e a equivalência significativa de duas ou mais palavras, possível em princípio, ainda é mais possível numa dada situação linguística, onde só funciona uma parte do campo semântico que cada palavra abarca. É fácil afirmar, por exemplo, diferenças de acepção entre termos como *luta* e *guerra*, tomados isoladamente; mas numa frase sobre “a guerra na Coreia” se pode usar, em substituição, *luta* sem qualquer prejuízo do alcance informativo (1978, p. 54-5).

Na linguística textual, observou Fávero (1991, p. 24): “o importante é a identidade referencial, pois a sinonímia não é um problema puramente léxico, mas textual”. Mas valores conotativos podem interferir e afetar a sinonímia, repetimos, e podem ter implicação estilística. Em essência, o que pensa Fávero se associa ao mesmo parecer de Guimarães (1990, p. 31), para quem são lexemas sinônimos os que possuem identidade referencial. Fazemos a mesma ressalva feita a Fávero.

Assentada a possibilidade da sinonímia parcial como regra, indagamos se existem métodos para aferi-la. Um dos métodos propostos é o da substituição. Por este método, pode-se inferir sinonímia entre *dirigir* e *governar* em determinados contextos, mas não em todos. Ullmann (s.d., p. 296) chama atenção para o fato de que pode não haver sobreposição no que tange aos aspectos estilísticos. Embora próximos quanto ao significado objetivo, dois itens lexicais podem diferir quanto aos registros ou níveis de estilo, o que interfere obviamente na permutação deles.

A tecnicidade, quando restrita e não divulgada na linguagem comum é questionável. *Óbito* e *escabiose* constituem sinônimos de *morte* e *sarna*, respectivamente em termos de referencialidade, mas não em termos de valores “técnicos”. Salientemos que, quando itens lexicais se disseminam na linguagem cotidiana perdem o caráter técnico e desfazem sinonímia, a exemplo de *mania* (doença mental) e *mania* (hábito), *neurótico* (oposta à psicose) e *neurose* (louco, obsessivo), *paranoico* (transtorno delirante) e *paranoico* (desconfiado). Na linguagem cotidiana, algum sofre redução, como *neura* e *noia*, de *neurose* e *paranoia*, respectivamente.

Palmer (s.d., p. 77), todavia, não vê com muito entusiasmo o método da substituição, pois ele indica somente a possibilidade de coocorrência. Por outro lado, não parece que haja necessariamente uma relação íntima entre essas possibilidades e a proximidade de significado.

Um critério proposto por Ullmann é o da investigação dos opostos. Deste modo, *declinar* é mais ou menos sinônimo de *recusar* quando significa o oposto de *aceitar*, mas não quando se opõe a *elevantar-se*. Isto, porém, não descarta o método anteriormente descrito, pois é exatamente no contexto em que *recusar* e *declinar* podem se alternar, porque ambas tem o antônimo *aceitar*. Isto sem falar nas diferenças estilísticas e os níveis de registros sempre em jogo. Ou seja: o método de Ullmann depende da subjetividade do analista.

Ullmann (s.d., p. 297) propõe adicionalmente um método de diferenciar sinônimos, que consiste em agrupá-los numa série em que os seus significados e tonalidades distintivas se destacam por intermédio de contraste. Convenhamos, todavia, que nem sempre é fácil estar atento para sutilezas de tais séries, das mais diversas ordens entre significados. Isto depende e muito da argúcia daquele que analisa. A distinção é mentalista e supõe *a priori* conhecimento das distinções pelo analista, sendo dada, pois, *a posteriori*. Mais uma vez, entra em jogo a subjetividade do lin-

guista.

3.2. A proposta de Lyons

Lyons (1979, p. 476), mais enxuto na classificação da sinonímia, apela somente com dois conceitos: o de sinonímia total e o de sinonímia completa. Para o primeiro tipo, estipula uma condição: possibilidade de intercâmbio em todos os contextos. Para a segunda, usa como parâmetro a equivalência entre os significados cognitivo e afetivo.

Existem, então, em termos de combinatória, quatro possibilidades:

- a) sinonímia completa e total;
- b) completa, mas não total;
- c) incompleta, mas total;
- d) incompleta e não total.

Lyons, na verdade, apenas organiza o que já estabelecera Ullmann, quando este afirmava só se considerar como sinônimas as palavras que se podem substituir em qualquer contexto sem a mais leve mudança ou no sentido cognitivo ou no afetivo.

Como vemos, Ullmann mistura dois critérios: o contexto e a natureza do sentido (cognitivo ou afetivo), e Lyons os separa.

A admissão das quatro possibilidades combinatórias, inspiradas em Ullmann, é, no entanto, provisória em Lyons. Vejamos por quê.

O linguista é ciente das objeções feitas à distinção entre significado cognitivo e afetivo. A primeira objeção é a seguinte: os valores afetivos de um lexema não se separam, na linguagem cotidiana, o que nos parece sujeito à discussão. Para ele, associações afetivas se superpõem frequentemente ao chamado significado intelectual. Contra isso objeta Lyons (1979).

Não há necessidade de discutir aqui a validade psicológica das distinções entre as várias “faculdades” mentais sobre que se basearam originalmente as distinções entre significados “cognitivo” e “não cognitivo” sem necessariamente subscreverem a ideia de que o “intelectual” é profundamente distinto do “afetivo”. No que diz respeito ao uso da língua, é verdade, sem dúvida, que se pode preferir uma palavra a outra por causa de suas diferentes associações afetivas e evocativas. Mas a importância disso varia consideravelmente de um estilo ou situação para outra (1979, p. 477).

Outra objeção apontada por Lyons e, segundo ele, de maior monta é a seguinte: não há uniformidade conceitual no tratamento de distinção *sinonímia cognitiva/sinonímia não cognitiva*. Citamos este exceto de Lyons (1979).

Mas é sempre a sinonímia “cognitiva” que se define em primeiro lugar. Ninguém jamais fala de palavras como “sinônimos afetivos”, mas sim, “sinônimos cognitivos”. Bastaria esse fato para mostrar que “afetivo” está sendo usado como um termo polivalente que engloba um grande número de fatores bastante distintos e que podem influir na escolha dum sinônimo num contexto ou numa dada situação. O que é necessário é que se examine cada um desses fatores nos termos que lhes sejam apropriados. De nada adianta servir-se da categoria, sem dúvida importante, das conotações “afetivas” para tudo o que se pode fazer entrar na categoria do significado “cognitivo” (1979, p. 478).

A despeito dos prós apontados em favor da distinção entre significado cognitivo e afetivo, Lyons julga preferível restringir o termo *sinonímia* ao que os semanticistas chamam *sinonímia cognitiva*. Assim, crê por bem não mais estabelecer diferença entre sinonímia completa e incompleta.

De fato, a distinção entre significado cognitivo e afetivo é posta em termos muito vagos. Convém que atribuamos um valor mais operacional ao que se entende por afetivo, caso contrário, dependendo do autor, o termo adquirirá matizes diversos. Ora dirá respeito apenas ao que implica emoção; ora se vinculará aos aspectos relativos ao emissor, sendo neste caso sinônimo de *expressivo*. Pode-se chegar inclusive ao extremo de atribuir ao termo *afetivo* amplo espectro de abrangência: será inferido por exclusão, por negação do significado intelectual.

Um dos autores que contesta a oposição entre significado cognitivo e emotivo é Palmer (s.d., p. 76). Apresenta, para tanto, três argumentos:

- a) nem é fácil determinar com exatidão o que é significado “cognitivo”, nem razoável tentar defini-lo em termos de propriedades físicas. Deveríamos, sobretudo, notar que nesse sentido muitos verbos e adjetivos têm pouco ou nenhum significado cognitivo;
- b) há, por exemplo, palavras em inglês que são usadas com fins puramente valorativos, sendo notório o caso dos adjetivos *good* e *bad*, embora não se considere que não deveriam ocupar um lugar especial na linguística;

- c) fazemos juízos de toda a espécie e não apenas em termos de bom e mau. Fazemos juízos sobre o tamanho e usamos os termos adequados: *gigante/anão*, *montanha/colina*, etc. e fazemos ainda outro tipo de juízo quando escolhemos as palavras. O significado das palavras não é apenas uma questão de factos “objetivos”; há nele muito de “subjeto”, e não é possível distinguir claramente entre uma coisa e outra.

Para muitos autores que acolhem o significado emotivo, há várias dimensões oponíveis aos chamados significados intelectuais. Queremos dizer: seria preciso um maior refinamento deste tipo de significado, o que não é tarefa fácil. Há várias propostas entre as quais a de Eco (1974, 1989). Leech (*apud* BIDERMAN, 1978, p. 147), um dos autores, por exemplo, oferece os seguintes tipos de significado, entre outros, os quais se podem contrapor ao significado intelectual o significado:

- a) conotativo: o que é comunicado em razão daquilo a que a língua se refere;
- b) estilístico: o que é comunicado sobre as circunstâncias sociais dos usos linguísticos;
- c) afetivo: o que é comunicado dos sentimentos e atitudes do locutor/escritor;
- d) refletido (*sic*): o que é comunicado através da associação com outro sentido da mesma expressão.

Eco (1974, p.42) considera o significado emotivo em meio a vários tipos de conotação termo que não definiremos aqui por nos levar demasiado longe. Entre eles, os conexos com a própria definição do lexema (Vênus = estrela da manhã), com os valores positivos ou negativos em torno do lexema (conotações axiológicas), com um dos perfis de significado atribuíveis ao item lexical. Ou seja, abrange a valoração também. Em outra obra (ECO, 1989), Eco opõe denotação a conotação em termos imprecisos, o que faz o autor alongar-se, por isso no assunto por deixar meio nebulosa a noção de denotação. Por isso não trataremos da extensão do significado emotivo.

Como vimos, o significado emotivo, agora chamado conotação emotiva, é apenas um aspectos entre outros, que, como halo, ficam em torno do signo verbal. Dois lexemas podem diferir, por exemplo, quanto às conotações axiológicas ou emotivas, embora apresentem sinonímia do ponto de vista estritamente conceptual.

4. Conclusão

Perini (1995) descrê de uma definição precisa do fenômeno sinônimo. Para Perini, “a noção de sinonímia permanece intuitiva e bastante nebulosa” (1995, p. 249). Afirma o autor que os chamados dicionários de sinônimos apresentam na verdade palavras de significados muito próximos, sendo, de fato, dicionários de ideias afins.

O autor tenta estabelecer um critério para a sinonímia, com base no conceito de implicação mútua: dadas duas palavras A e B, se A implica B e B implica A, haveria sinonímia. Contra-argumenta com duas palavras, *costume* e *hábito*, cujos significados se implicam reciprocamente. Todavia, a língua impõe restrições de emprego a uma e outra. Por exemplo: é lícito falar de *usos* e *costumes da nossa tribo*, mas não *usos* e *hábitos da nossa tribo*.

No entanto, apesar de todas as objeções contra a existência da sinonímia, existem autores que optam por enfoque menos radical sobre o assunto, embora admitam que sejam muitos os fatores interferentes, que limitam a sinonímia e põem em xeque o fenômeno enquanto pura identidade de significados. Se tomada em plano puramente referencial, a sinonímia torna-se mais fácil de ser descrita, mas se perdem de vista fatores de importância referidos aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLY, Charles. *Traité de stylistique française*. Paris: Klincksieck, 1951.
- BIDERMANN, Maria Tereza Camargo. *Teorias linguísticas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- BLOOMFIELD, Leonhardt. *Language*. New York: Holt Company, 1993.
- BREÁI, Michel. *Ensaio de semântica*. Campinas: Pontes, 1992.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- CEGALLA, Domingos Pascoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Nacional, 1983.
- CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FENAME, 1986.

- ECO, Umberto. *As formas do conteúdo*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. *Tratado geral de semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- FÁVERO, Leonor. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.
- GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. São Paulo: Ática, 1990.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- LYONS, John. *Introdução à linguística teórica*. Lisboa: Presença, s/d.
- MACIEL, Maximino. *Gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1911.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística*. São Paulo: EDUSP, 1989.
- SILVA JR., Pacheco da; ANDRADE, Lameira de. *Grammatica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Classica de Alves & C. 1894.
- PALMER, F.R. *Semântica*. Lisboa. Edições 70, s/d.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva da língua portuguesa*, 1943.
- PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.
- ULMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, s/d.

ALGUNS ASPECTOS FONOLÓGICOS E MORFOSSINTÁTICOS DO GALÊS

João Bittencourt de Oliveira (UERJ/CiFEFiL)
Joao.bittencourt@bol.com.br

RESUMO

Juntamente com o irlandês (*Gaeilge*), o bretão (*Brezhoneg*), o gaélico escocês (*Gàidhlig*), o córnico (*Kernewek*) e o manx (*Gaelg*), o galês (*Cymraeg*) é uma língua céltica ainda falada como língua comunitária no País de Gales (*Cymru*), situado numa península a oeste da Grã-Bretanha, por cerca de 659.000 pessoas, sendo a maioria bilíngue, e na colônia galesa (*yr Wladfa*) na Patagônia, Argentina (*yr Ariannin*) por algumas centenas de pessoas. Há também comunidades de falantes do galês na Inglaterra (*Lloegr*), Escócia (*yr Alban*), Canadá, Estados Unidos (*yr Unol Daleithiau*), Austrália (*Australia*) e Nova Zelândia (*Seland Newydd*). Os mais antigos exemplos da literatura galesa são os poemas de Taliesin, que retratam Urien, rei e herói lendário do século VI, de Rheged, antigo reino britânico de *Yr Hen Ogledd* (o Velho Norte), onde atualmente é o sul da Escócia, e *Y Gododdin*, tradicionalmente atribuído ao bardo Aneirin, que descreve uma batalha entre Celtas e guerreiros anglos de Northumbria que teria ocorrido por volta de 600 AD. Não se sabe ao certo quando esses poemas foram compostos, nem quando foram, pela primeira vez, compilados. Antes disso, tudo o que se escrevia no País de Gales era em latim. No presente trabalho, dando continuidade ao estudo das línguas célticas, pretende-se discutir o status atual do galês como uma língua minoritária na Grã-Bretanha, demonstrar e analisar seus aspectos fonológicos e morfofossintáticos, visando a despertar o interesse, na comunidade acadêmica e nos estudantes de letras, por estes fascinantes estudos.

Palavras-chave: Galês. Línguas Célticas. Filologia.

1. Considerações históricas

Durante a Idade do Ferro, a região onde hoje se situa o País de Gales, como toda a Bretanha ao sul do estuário do Rio Forth (gaélico escocês: *Linne Foirthe*), foi dominada pelos Britônicos (Celtas) e pela *língua britônica*. Os romanos, que iniciaram sua conquista da Bretanha em 43 AD, de início fizeram operações militares onde é atualmente o nordes-

te do País de Gales em 48 contra os *deceangli* (uma das tribos célticas da região), e ganharam total controle da região com a derrota de outra tribo, os *ordovices* em 79. Os romanos deixaram a Bretanha no século V, abrindo as portas à invasão anglo-saxônica. A partir daí, a língua e a cultura britônicas começaram a se ramificar, e diversos grupos distintos se formaram. O povo galês era o mais numeroso dentre eles.

Diversos reinos se formaram na área atualmente denominada País de Gales no período pós-romano. Após a expansão dos anglo-saxões (séculos V-IX), o País de Gales era o único território céltico autônomo sobrevivente ao sul da Bretanha; durante séculos seus povos guerreavam entre si e contra os ingleses, os irlandeses, e os nórdicos. No século VIII, para reforçar a defesa das fronteiras galesas, o rei Offa de Mércia construiu uma muralha de terra entre a Inglaterra e o País de Gales, que ficou conhecida como "Dique de Offa" (galês: *Clawdd Offa*). No século IX, Rhoddrio, o Grande (galês: *Rhoddri Mawr*), uniu o país pela primeira vez desde os romanos.

O cenário mudou abruptamente, entretanto, com a chegada dos normandos, em 1066, liderados pelo duque de Normandia William I (ou Guilherme, o Conquistador). Como consequência, a língua galesa foi suplantada até certo ponto, particularmente em South Pembrokeshire (galês: *De Sir Benfro*) e parte de Gower ou Península de Gower (galês: *Gwyr or Penrhyn Gŵyr*), pelo flamengo e pelo inglês.



Figura 1: Mapa mostrando a migração dos Britônicos para o oeste durante a invasão anglo-saxônica. Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/Britons_\(historical\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Britons_(historical))

Em 1282, durante a invasão de Eduardo I da Inglaterra, o último príncipe galês nativo, Llewelyn op Gruffydd, foi morto. Em 1301, o filho de Eduardo foi coroado *Príncipe de Gales*, título de nobreza atribuído aos primogênitos dos monarcas britânicos. Historicamente, o País de Gales pode ser considerado como a primeira colônia inglesa, e serviu quase imediatamente após a Conquista Normanda como um trampolim para a invasão e colonização da Irlanda. Em 1485, Henrique VII assumiu o trono inglês e o País de Gales foi efetivamente incorporado na Inglaterra, durante o reinado de Henrique VIII, pelos *Atos das Leis em Gales 1535-1542* (inglês: *Laws in Wales Acts 1535 and 1542*, galês: *Y Deddfau Uno 1535 a 1542*), que unificaram a Inglaterra e Gales como uma só nação, tornando o inglês a língua da administração pública, da educação e dos negócios. Já havia, entretanto, um código de leis galesas, *Cyfraith Hywel* (“As Leis de Howel”) que foi gradativamente suplantado pelas leis inglesas do século XIII e após a união as leis da Inglaterra foram aplicadas por todo o país.¹⁰

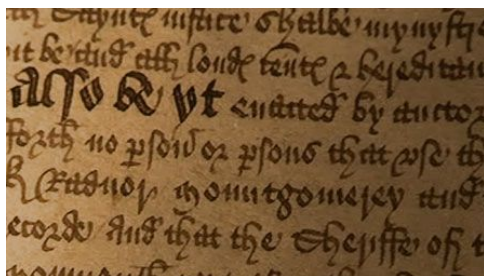


Figura 2:

Fragmento do manuscrito do *Act of Union* de 1536 entre a Inglaterra e o País de Gales

Fonte: http://www.bbc.co.uk/wales/history/sites/themes/periods/tudors_04.shtml

O galês originou-se, portanto, no século VI do *britônico*, o ancestral comum do galês, do *bretão*, do *córnico* e de uma língua já extinta conhecida como *cúmbrio*. Do mesmo modo que a maioria das línguas, há períodos identificáveis dentro da história do galês, embora as fronteiras entre elas sejam frequentemente indistintas.

¹⁰ Esse código de leis já era considerado bastante avançado para a época: dentre outras coisas previa a indenização a uma mulher que fosse maltratada pelo marido. Vale aqui lembrar que, numa época em que o latim ainda era a única língua de cultura, a maior parte desses documentos foi redigida em galês.

O nome *Welsh* originou-se como um exônimo atribuído aos seus falantes pelos anglo-saxões, cujo significado é "estrangeiro",¹¹ que por sua vez entrou nas línguas românicas e irlandesa como *gall-* (cf. francês: *gallois*, irlandês: *Galltacht*, parte da Irlanda onde se fala o inglês "discurso estrangeiro"). O termo nativo para identificar a língua é *Cymraeg*, e *Cymru* para "Wales".

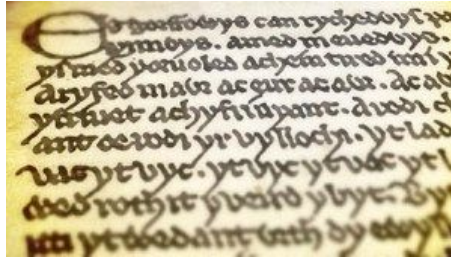


Figura 3: Fac-símile do fragmento de uma página do manuscrito do *Livro de Aneirin* (em galês: *Llyfr Aneirin*) onde aparece a descrição do rei Artur. Fonte: <http://badonicus.wordpress.com/tag/v-gododdin>

Os mais antigos exemplos da literatura galesa são os poemas de Taliesin,¹² que retratam Urien de Rheged, rei do século VI na região onde atualmente é o sul da Escócia, e *Y Gododdin* ("Os Gododdin") tradicionalmente atribuído ao bardo Aneirin, que sobrevive apenas em um manuscrito, conhecido como *Llyfr Aneirin* ("Livro de Aneirin"), escrito parcialmente em galês antigo e em galês médio. *Y Gododdin* é, pois, um poema medieval galês que consiste em uma série de elegias a homens do antigo reino Britânico de Gododdin¹³ e seus aliados que lutaram numa batalha no século VII. O local da batalha é referido como Catraeth, que

¹¹ Cf. *Walh* (singular) ou *Walha* (plural): termo germânico que significa "estrangeiro, estranho ou romano", alemão: *welsch*. Essa palavra pode ser encontrada no antigo alto alemão *walhisk*, que significa "romano", no inglês antigo (ou velho inglês) *willsc*, com o significado de "romano-britânico" e no norueguês antigo como *valskr*, com o significado de "francês". Onde sua derivação de uma possível forma protogermânica **walhiska*- (ONIONS, 1966, p. 999; BARNHART, 1988, p. 1228).

¹² *Taliesin* (c. 534 – c. 599) é o poeta mais antigo da língua galesa cujo trabalho sobrevive. Seu nome é associado ao Livro de *Taliesin*, um livro de poemas escrito na Idade Média. Acredita-se que *Taliesin* foi um bardo que cantava nas cortes de pelo menos três reis celtas britânicos da época. Na lenda e na poesia galesa medieval, refere-se a ele como *Taliesin Ben Beirdd* ("Taliesin, Chefe dos Bardos" ou chefe dos poetas). (WILLIAMS, 1967).

¹³ *Gododdin* foi um reino tribal situado ao norte da Grã-Bretanha que existiu na Antiguidade Tardia e Baixa Idade Média. Sua distribuição geográfica abarcava o sul da Escócia moderna e o norte da Inglaterra.

possivelmente corresponde à moderna Catterick, no norte de Yorkshire. Essa batalha teria ocorrido por volta do ano 600.

Não se sabe ao certo quando esses poemas foram compostos, nem quando foram, pela primeira vez, compilados. Antes dessas duas obras citadas, tudo o que se escreveu no País de Gales foi em latim.

2. Esboço gramatical

Com base nas obras pioneiras de Lockwood (1975), Trudgill (1984), Thomas (1996), Davies (1999) e outros, apresenta-se a seguir um esboço de alguns aspectos morfossintáticos mais relevantes do galês. Nesse esboço, procuraremos descrever a língua literária padrão. A maior parte do galês falado, entretanto, é de um modo geral dialetal; esses vários dialetos diferem do padrão escrito e entre si, às vezes variam consideravelmente na fonologia, incluindo as mutações, nas inflexões das palavras e na sintaxe.

O galês segue a típica estrutura VSO (verbo-sujeito-objeto) compartilhada pela maioria das línguas célticas (embora outras ordens sejam possíveis). Os verbos são totalmente conjugados e possuem a maioria das formas típicas das línguas indo-europeias: os tempos presente, pretérito, futuro, os modos indicativo, subjuntivo, condicional e imperativo, e as vozes ativa e passiva. As únicas formas verbais ausentes no galês são o infinitivo e o particípio, cujos significados se expressavam através de construções com substantivos verbais.

2.1. O alfabeto

O alfabeto galês (*Yr Wyddor Gymraeg*) compõe-se de 28 letras, sendo cinco vogais e 23 consoantes das quais oito são dígrafos tratados como letras. Não existem as letras “k”, “q” e “z” em galês, como se pode verificar no quadro abaixo.

A grafia do galês está bem adaptada para representar os sons da língua padrão. As vogais são geralmente breves, podendo em alguns casos ser longas, especialmente em monossílabos tônicos. As vogais *a*, *e*, *i*, *o* são bem semelhantes às vogais portuguesas, o *u* = *i* no galês do sul, no galês norte representa uma vogal central entre [i] e [u]; o *w* soa como [u], como em *bws* “ônibus”; o *y* como [ɨ] exceto em sílabas finais, quando soa como [i], bem como na combinação *wy* [ui], e quando longo pode ser

pronunciado [i:]. O acento tônico geralmente cai na penúltima sílaba.

A a	B b	C c	Ch ch	D d	Dd dd	E e
a	bi	ec	èch	di	èdd	e
F f	Ff ff	G g	Ng ng	H h	I i	L l
èf	èff	èg	èng	aets	i	èl
Ll ll	M m	N n	O o	P p	Ph ph	R r
èll	em	én	o	pi	Ffi/yff	èr
Rh rh	S s	T t	Th th	U u	W w	Y y
rhi	ès	tí	èth	u	w	y

Entre as consoantes, notem-se as seguintes convenções: *c* = [k], *ch* = [x], *th* = [θ], *dd* = [ð], *f* = [v], *ff* = [f], *nh* = [nh], *ng* = [ŋ], *ngn* = [ŋh]; *ll* e *rh* têm o mesmo som das consoantes surdas *l* e *r* respectivamente; *o* e *w* podem realizar-se como consoantes, como em *cariad* [karjad] “amor” (substantivo), *gwely* [gweli] “cama”, também em palavras como *gwlad* “país”, *gwnaf* “eu faço”. Note-se que *si* é pronunciado [ʃ] antes de vogais anteriores, como em *siarad* [ʃarad] “falando”.

2.2. Mutações (Treigladau)

O galês possui um sistema bastante complexo de mutações fonéticas que afeta certos fonemas iniciais das palavras. Trata-se de um traço comum a todas as línguas célticas e que dificulta a identificação de palavras nos dicionários. As mudanças observadas na língua literária são apresentadas no quadro abaixo.

Radical	Brandas (sonoras)	Nasais	Aspiradas (fricativas)
p [b]	b [b]	mh [mm]	ph [f]
t [t]	d [d]	nh [nn]	th [θ]
c [k]	g [g]	ngh [ŋŋ]	ch [x]
b [b]	f [v]	m [m]	
d [d]	dd [ð]	n [n]	
g [g]	(desaparece)	ng [ŋ]	
m [m]	f [v]		
ll [l]	l [l]		
rh [r]	r [r]		

Alguns exemplos de mutação:

- *Cymru* = País de Gales
- *Dw i'n dod o Gymru* = Venho do País de Gales (mutação branda)
- *Dw i'n byw yng Nghymru* = Moro no País de Gales (mutação nasal)
- *Lloegr a Chymru* = Inglaterra e País de Gales (mutação aspirada)

2.3. Morfologia e sintaxe

O galês apresenta diversas características morfológicas e sintáticas não familiares aos falantes do inglês (a língua dominante das Ilhas Britânicas) ou das demais línguas do continente europeu, como o francês ou o alemão, mas possui muito em comum com outras línguas célticas insulares modernas: o irlandês, o gaélico escocês, o manx (ou manquês), o córnico, e o bretão. O galês é uma língua moderadamente flexionada. Os verbos flexionam sempre de acordo com os paradigmas da conjugação a que pertencem. Os verbos têm as seguintes categorias de flexão: pessoa, tempo, e modo com conjugações afirmativas, negativas, e interrogativas de alguns verbos. Não há flexão de caso no galês moderno.

O léxico galês é formado basicamente de palavras originais do britônico (*wy* "ovo", *carreg* "pedra"), com alguns empréstimos do latim (*fffenestr* "janela" < latim *fenestra*, *gwin* "vinho" < latim *vinum*), e modernamente do inglês (*ysbyty* "hospital" < *hospital*, *dawns* "dança" < *dance*, *silff* "prateleira" < *shelf*, *giat* "portão" < *gate*).

2.3.1. Substantivos (*enwau*)

Há dois gêneros: masculino e feminino. Os substantivos não se declinam, mas a formação do plural é bem complexa.

Vários substantivos formam o plural por mutação vocálica no interior da palavra, como em *oen* m. "cordeiro", pl. *wyn*, *troed* m. ou f. "pé", *traed*, *asgwrn* m. "osso", *esgyrn*, *carreg* f. "pedra", *cerrig*, *Cymro* m. "galês", *Cymry*, *dafad* f. "carneiro", *defaid*, *march* m. "garranhão", *meirch*. Geralmente, entretanto, uma terminação de plural é usa-

da com ou sem mutação adicional ao singular. As terminações usuais são: *-au*, *-iau*, *-on*, *-ion*, *-i*, *-ydd*, *-oedd*, *-edd*, *-ed*, *-od*, *-s*, *-ys*. Exemplos: *llyfr* m. “livro”, *llyfrau*, *gair* m. “palavra”, *geiriau*, *Id-dew* m. “judeu”, *Iddewon*, *mab* m. “filho”, *meibion*, *fffenestr* f. “janela”, *fffenestri*, *chwaer* f. “irmã”, *chwiorydd*, *môr* m. “mar”, *moroedd*, *gwraig* f. “mulher”, *gwragedd*, *pryf* m. “verme, inseto”, *pryfed*, *cath* f. “gato”, *cathod*, *lemwn* m. “limão”, *lemwns*, *brws* m. “escova”, *brwsys*; observe-se também o tipo comum *ffermwr* m. “fazendeiro, agricultor”, *ffermwyr*. Inversamente, o singular é frequentemente formado do plural acrescentando-se os sufixos *-en*, *-yn*, como em *llygoden* f. “rato”, *aderyn* m. “pássaro”, pl. *llygod*, *adar*. Não raramente, plurais alternativos podem ocorrer, como por exemplo, *tref* f. “cidade”, pl. *trefi* ou *trefydd*.

Embora não existam casos gramaticais, os substantivos podem estar no genitivo pela posição, como em *gramadeg yr iaith* “a gramática da língua” literalmente “gramática de-a-língua”. Observe-se que *gramadeg* não leva artigo. Ademais, na mesma norma *brenin nef* “o rei do céu”, *pren gwybodaeth da a drwg* “a árvore do conhecimento do bem e do mal”, ou ainda *elfennau amaethyddiaeth* “(os) elementos da agricultura”, *Prifysgol Rhydychen* “Universidade de Oxford” literalmente “Universidade de-Ford de-Oxen” (*rhyd*, *ychen*). Essa construção distintiva encontra paralelo no céltico insular, embora no galês, o genitivo possa ainda ser morfologicamente distinto.

2.3.2. Adjetivos (*ansoddeiriau*)

A maioria dos adjetivos é invariável, contudo alguns possuem feminino singular distinto formado por mutação vocálica interna, como por exemplo, *dwfn* m., *ddofn* f. “profundo”, *gwyn*, *wen* “branco”, *melyn*, *felen* “amarelo”. Alguns adjetivos podem, opcionalmente em estilo elevado, formar o plural por mutação vocálica interna, como *hardd* “bonito”, plural *heirdd*, ou acrescentando as terminações *-ion*, *-on* com ou sem mudança adicional, como *tlawd* “pobre”, *gwyn* “branco”, plural *tlodion*, *gwynion*, *du* “preto”, plural *duon*. Adjetivos podem ser usados como substantivos, como *y tlodion* “os pobres”.

O comparativo e o superlativo de adjetivos curtos são regularmente formados acrescentando *-ach* e *-af* ao positivo: *doeth* “sábio”, *doethach*, *doethaf*, frequentemente como diversas mutações vocálicas internas, como por exemplo, *tlawd* “pobre”, *tlotach*, *tlotaf*. Há tam-

bém um grau equativo, comumente formado no caso de adjetivos curtos por *cyn* e o sufixo *-ed*, daí *cyn ddoethed* â “tão branco quanto”, *cyn dloted* â “tão pobre quanto”. A maioria dos adjetivos longos possui comparação analítica: *beiddgar* “destemido”, *mwy* (“mais”) *beiddgar*, *mwyaf* (“o mais”) *beiddgar*, *mor feiddgar* â “tão destemido quanto”. Diversos adjetivos possuem comparação irregular: *da* “bom”, *gwell* “melhor”, *gorau* “o melhor”, *cystal* â “tão bom quanto”, *drwg* “mau”, *gwaeth* “pior”, *gwaethaf* “o pior”, *cynddrwg* â “tão mau quanto”.

2.3.3. Numerais (*rhifau*)

O sistema tradicional de contagem usado pelo galês é vigesimal,¹⁴ que tem a base no número vinte; porém, 50 é denominado “meio-cem”. Desse modo, os números galeses de 11 a 14 são “x sobre dez”, de 16 a 19 são “x sobre quinze” (embora 18 seja *deunaw* “dois nove”); os números de 21 a 39 são “1-19 sobre vinte”, 60 é “três vinte” etc.¹⁵

Os números de 1 a 20 são únicos e conseqüentemente precisam ser memorizados individualmente.

1 *un*, 2 *dau*, 3 *tri*, 4 *pedwar*, 5 *pump*, 6 *chwech*, 7 *saith*, 8 *wyth*, 9 *naw*, 10 *deg*, 11 *un ar ddeg*, 12 *deuddeg*, 13 *tri ar ddeg*, 14 *pedwar ar ddeg*, 15 *pymtheg*, 16 *un ar bymtheg*, 17 *dau ar bymtheg*, 18 *deunaw*, 19 *pedwar ar bynthe*, 20 *ugain*, 21 *un ar hugain*, 30 *deg ar hugain*, 40 *deugain*, 50 *hanner cant*, 60 *trigain*, 70 *deg a thrigain*, 80 *pedwar ugain*, 90 *deg a phedwar ugain*, 100 *cant*, 1000 *mil*.

¹⁴ A base vinte é usada para a contagem e nomeação dos numerais na língua francesa na qual, por exemplo, o número 80 é designado por *quatre vingts*, literalmente “quatro vintes”. O número vinte (*tyve*) também é usado como um número básico no idioma dinamarquês no qual *tres* (abreviado de *tresindstyve*) significa 3 vezes 20, ou seja, 60; *firs* (abreviado de *firsindstyve*) significa 4 vezes 20, isto é, 80. De acordo com o linguista alemão Theo Vennemann (2003), o sistema vigesimal na Europa teve origem na língua basca antiga e dela foi agregado às outras línguas européias, notadamente os idiomas de origem céltica, o francês e o dinamarquês. Já para Karl Menninger (1957-58), o sistema de numeração vigesimal teve origem na linguagem dos Normandos.

¹⁵ Note-se, contudo, que no final do século XX o sistema decimal começa a ter certa preferência, e então *deugain* significa 2 vezes 20, ou seja, 40, *trigain* significa 3 vezes 20, ou seja, 60, *chwe deg a chwech* significa “seis vezes dez e seis”, ou seja, 66. Antes da adoção do sistema decimal de moeda em 1971, *chwigain papur* (6 vezes 20 = 120 de papéis) era o apelido da nota de 10 xelins (=120 pence). Em inglês a contagem vigesimal já foi usada historicamente, como na abertura do discurso do Presidente Abraham Lincoln *Gettysburg Address*: “*Four score and seven years ago...*”, significando “há oitenta e sete anos...”. Essa prática, entretanto, já caiu em desuso na era moderna.

Substantivos pospostos a numerais ficam no singular: *deg llo* “dez bezerros” literalmente “dez bezerro”, ou alternativamente *deg o loi* literalmente “dez dos bezerros”.

Semelhantemente ao corno e ao bretão, os números 2, 3 e 4 possuem formas femininas: *dwy, tair, pedair*; quando antepostos ao substantivo, 5, 6 e 100 têm as formas *pum, chwe* e *can*, como por exemplo, *pum llong* ao lado de *pump o longau* “cinco navios”; 10 torna-se *deng* antes de palavras começadas com *g, d, m, n*, donde *deng munud* “dez minutos”.

2.3.4. Artigos (*erthyglau*)

O artigo definido possui três formas *y, yr* e *'r*. A forma *y* é usada antes de consoantes: *y plant* “as crianças”, *y ci* “o cão”, *y gyllell* “a faca” (*cylllel* f.). A forma *yr* é usada antes de palavras iniciadas por vogal ou *h*, como *yr ysgol* “a escola”, *yr oren* “a laranja”, *yr haul* “o sol”. A forma *'r* é usada quando a palavra precedente termina em vogal, como *dyma'r ysgol* “aquí está a escola”, *pwysydd yn dysgu'r plant?* “quem está ensinando as crianças?”. A mesma forma é usada tanto com singular quanto com plural: *y llyfr* “o livro”, *y llyfrau* “os livros”.

Quando o artigo definido (*y, yr, 'r*) é usado antes de substantivo feminino singular, o som inicial do substantivo sofre mutação. Não existe o artigo indefinido.

2.3.5. Pronomes (*Rhagenwau*)

Quanto à forma, os pronomes em galês variam em gênero, número e pessoa. Não existe o pronome neutro equivalente ao *it* do inglês. O galês é uma língua riquíssima em pronomes pessoais, como se pode observar nos quatro conjuntos da tabela abaixo.

Os pronomes infixados podem funcionar como objetos diretos entre uma partícula e o verbo, como em *Duw a'th fendithio* “Deus vos abençoe” (*bendithio*), porém *'m* aprefixa *h* a uma palavra começada por vogal: *a'm hafal* “e minha maçã” (*afal*); ou como possessivos, quando seguem uma palavra terminada em vogal, como em *a'm tad* “e meu pai”, *a'th dad* “e vosso pai”, *a'i dad* “e seu (dele) pai”, *a'i thad* “e seu (dela) pai”, *a'n tad* “e nosso pai”, *a'ch tad* “e seu pai”, *a'u tad* “e seu (de-

les) pai”.

	Independentes	Enfáticos	Conjuntivos	Infixados
1ª p. do sing.	mi	mifi	minneu, inneu	'm
2ª p. do sing.	ti	tidí	titheu	'th
3ª p. do sing. (m.)	ef	efó	ynteu	'i, 'e, 's
3ª p. do sing. (f.)	hi	hihí	hitheu	'i, 'e
1ª p. do pl.	ni	nini	ninneu	'n
2ª p. do pl.	chwi	chwichwí	chwitheu	'ch
3ª p. do pl.	wy, wynt	wyntwy	wynteu	'i, 'e

Os pronomes enfáticos ordinariamente podem ser usados com adjetivos possessivos do mesmo modo que os pronomes independentes (com o acréscimo da função de distinção ou adição).

Os pronomes conjuntivos (cujas funções são mais adequadamente “disjuntivas”) quase sempre implicam certo contraste com o que vem antes. Sua interpretação necessita de informação contextual completa.

As formas tradicionais dos pronomes possessivos (*eiddof*, *eiddot*, *eiddo*, *eiddi*, *eiddom*, *eiddoch*, *eiddynt*) estão atualmente obsoletas, embora “eiddo” ainda ocorra com a noção de “propriedade”. Para exprimir a noção de “meu, meus etc.” recorre-se a outro recurso, como por exemplo, para dizer “o carro é meu” usa-se *Mae'r car yn eiddo ifi*; para dizer “o carro é deles”, usa-se *Mae'r car yn eiddo iddyn nhw*; para dizer “o carro é de John”, usa-se *Mae'r car yn eiddo i John*.

Os pronomes aglutinam-se com algumas preposições, como por exemplo, *gan* “com”: *gennyf* “comigo”, *gennyt* “contigo”, *ganddo* “com ele”, *ganddi* “com ela”, *gennym* “conosco”, *gennych* “convosco”, *ganddynt* “com eles”. Esses podem ainda ser enfatizados pela adição do pronome afixado: *gennyf fi* ou *i*, *gennyt ti*, *ganddo ef*, *ganddi hi*, *gennym ni*, *gennych chwi*, *ganddynt hwy*. Outros exemplos incluem *ar* “sobre”: *arnaf* “sobre mim”, *arnat* “sobre ti”, *arno* “sobre ele”, *arni* “sobre ela”, *arnom* “sobre nós”, *arnoch* “sobre vós”, *arnynt* “sobre eles”, enfáticos *arnaf fi* etc.; *rhag* “antes,

diante de”: *rhagof* “antes, diante de mim”, *rhagot* “antes, diante de ti”, *rhagddo* “antes, diante dele”, *rhagddi* “antes, diante dela”, *rhagom* “antes, diante de nós”, *rhagoch* “antes, diante de vós”, *rhagdynt* “antes, diante deles”, enfáticos *rhagoffi* etc.

2.3.6. Verbos (*Berfau*)

A conjugação galesa é comparativamente simples. Há cinco verbos irregulares, sendo que os demais apresentam diferenças principalmente no radical. Os verbos regulares possuem quatro tempos sintéticos no indicativo (presente, imperfeito, pretérito, mais-que-perfeito) e alguns podem ter dois no subjuntivo (presente, imperfeito), embora na maioria dos casos atualmente apenas o presente se distingue formalmente do indicativo. Não existem nem participios nem infinitivos, mas essa lacuna é preenchida com o substantivo verbal, ou seja, noção verbal com propriedades nominais similares às de um substantivo. As formas impessoais comumente correspondem à voz passiva em português. Na maioria dos casos, o presente e o imperfeito geralmente se empregam para exprimir as noções de futuro e condicional respectivamente. Na prática, a língua falada tende a substituir certas conjugações por perífrases com os tempos do verbo “ser ou estar” (*bod*) com o substantivo verbal. As inflexões sintéticas são bastante complexas. Há várias conjugações e um número expressivo de formas anômalas. Daremos, a título de ilustração, a conjugação completa de um verbo regular no presente do indicativo, no pretérito e no futuro.

2.3.6.1. Presente

Em galês, os verbos têm as seguintes terminações no presente: -*af*, -*i*, -*aiff*, -*wn*, -*wch*, -*an*. Os pronomes pessoais são pospostos às formas verbais. Por exemplo: *canaf i* “eu canto”; *cani di* “tu cantas”; *canaiff e/hi* “ele / ela canta”; *canwn ni* “nós cantamos”; *canwch chi* “vós cantais”; *canan nhw* “eles cantam”.

No galês moderno se usam preferencialmente perífrases com o verbo *bod* “estar” (abaixo) para exprimir as noções de presente habitual ou futuro: *rydw i’n canu* literalmente “eu estou em cantar”; *rwyt ti’n canu*; *mae e’n/hi’n canu*; *rydyn ni’n canu*; *rydych chi’n canu*; *maen nhw’n canu*.

2.3.6.2. Pretérito

No pretérito, os verbos têm as seguintes terminações: *-ais i*, *-aist ti*, *-odd e/hi*, *-on ni*, *-och chi*, *-on nhw*. Por exemplo: *gwelais i* “eu vi”; *gwelaist ti* “tu viste”; *gwelodd e / hi* “ele / ela viu”; “*gwelson ni* “nós vimos”; *gwelsoch chi* “vós vistes; *gwelson nhw* “eles viram”.

Note-se a inserção do “s” nas formas do plural – uma das anomalias do galês. Note-se ainda que não há nenhuma regra prática para se identificar o radical em galês. Às vezes é todo o substantivo verbal, como por exemplo, *edrych* “olhar” e *edrychais i* “eu olhei”. Às vezes suprime-se a última sílaba, como por exemplo, *cerdded* “caminhar” e *cerddais i* “eu caminhei”.

2.3.6.3. Futuro

Forma-se o futuro em galês com as terminações do presente do indicativo (ou preferencialmente no galês moderno) com formas perifrásticas. Por exemplo: *bydda i'n mynd* “eu irei” literalmente “eu estou em ir”; *byddi di'n mynd* “tu irás”; *bydd e'n / hi'n mynd* “ele / ela irá”; *byddwn ni'n mynd* “nós iremos”; *byddwch chi'n mynd* “vós ireis”; *byddan nhw'n mynd* “eles irão”.

2.3.6.4. O verbo ser “bod”

Na forma afirmativa do presente do indicativo *bod* possui três paradigmas de conjugação. A primeira é para identificação; é usada para descrever características permanentes do sujeito. Nessa acepção, se aproxima da noção de “ser” em português; exemplos: “Eu sou o João. Ele é professor, Este é o carro de Aled”.

Galês	Português
<i>Yr wyf i</i>	eu sou
<i>Yr maen nhw</i>	tu és
<i>Y mae e / hi (N/S)</i>	ele/ela é
<i>Yr ydym ni</i>	nós somos
<i>Yr ydych chi</i> ¹⁶	vós sois
<i>Y maent hwy</i>	eles são

¹⁶ Nas regiões do norte do País de Gales as formas *dan ni* e *dach chi* são usadas com os pronomes “nós” e “vós”.

A partícula *yr* (ou a forma reduzida *y*, como em *mae*, *meant*) com aparece na tabela acima não possui significado literal. Em certos contextos, as formas *y mae*, *y meant* são substituídas por *yw* ou *ydyw*, *yŷt* ou *ydynt*, como por exemplo, quando o complemento é definido. Desse modo, os exemplos acima seriam vertidos como:

- John ydw i
- Athro ydy / yw e
- Car Aled ydy / yw hwnna

Na interrogativa, a partícula *a* precede o verbo, sendo as formas usuais sing. 1 *a ydyw?*, 2 *a wyt?*, 3 *a ydyw?*; pl. 1 *aydym?*, 2 *aydych?*, 3 *aydynt?*

O segundo paradigma é usado como auxiliar na conjugação da maioria dos verbos. Na afirmativa, use-se para descrever características transitórias do sujeito. Nessa acepção, se aproxima da noção de “estar” em português; exemplos: “(Eu) estou cansado, Ele está chateado”.

Galês	Português
<i>Rydw i</i>	eu estou
<i>Rwyt ti</i>	tu estás
<i>Mae e/hi</i>	ele/ela está
<i>Rydyn ni</i>	nós estamos
<i>Rydych chi</i>	vós estais
<i>Raen nhw</i>	eles estão

Há um terceiro paradigma para o presente do verbo *bod* como pessoal – isto é, sempre na 3ª pessoa do singular – quando tem o sentido de “existir”: *mae* (em frases afirmativas), *oes* (em frases interrogativas); exemplos: *mae banc gerllaw* “Há um banco por aqui”; *Oes banc gerllaw?* “Há um banco por aqui?”

Essas diferenças se neutralizam nos demais tempos flexionados.

Imperfeito

Galês	Português
<i>roeddwn i yn...</i>	eu era ou estava...
<i>roeddet ti yn...</i>	tu eras ou estavas...

<i>roedd ef/hi yn...</i>	ele/ela era ou estava...
<i>roedden ni yn...</i>	nós éramos ou estávamos...
<i>roeddech chi yn...</i>	vós éreis ou estáveis...
<i>roedden nhw yn...</i>	eles eram ou estavam...

Futuro

Galês	Português
<i>byddaf i'n (i yn)...</i>	eu serei ou estarei...
<i>byddi di'n (ti yn)...</i>	tu serás ou estarás...
<i>bydd e'n/hi'n (ef/hi yn)...</i>	ele/ela será ou estará...
<i>byddwn ni'n (ni yn)...</i>	nós seremos ou estaremos...
<i>byddwch chi'n (chi yn)...</i>	vós sereis ou estareis...
<i>byddan nhw'n (nhw yn)...</i>	eles serão ou estarão...

Na construção *Bod* + sujeito + **yn** + substantivo verbal, a partícula **yn** serve para exprimir a noção progressiva (equivalente ao gerúndio em português):

- Ela está trabalhando: *y mae hi yn gweithio*
- Ele está jogando: *y mae ef yn chwarae*

Forma-se a negativa do verbo juntando-se à afirmativa dois marcadores especiais do mesmo modo que o francês com *ne...pas*. Os marcadores negativos em galês são *nid...ddim*. Por exemplo, no presente do indicativo perifrástico *Rydw i'n mynd* (“eu vou/estou indo”) muda para *Dydw i ddim yn mynd* (“eu não vou/não estou indo”). *Mae hi'n mynd* (“ela vai/está indo”) muda para *Dydy hi ddim yn mynd* (“ela não vai/não está indo”). Com a forma simples a primeira letra do verbo sofre mutação (*c, p, t, g, b, d, ll, m, ou rh*) e o elemento marcador de negação *ddim* é acrescentado. Por exemplo: *Alla i ddim gwneud hyn* (“eu não posso fazer isso”) onde o “g” original no início de “Alla” desaparece.

Não existe o verbo “ter”, sendo a noção de posse expressa pelo verbo *bod* “ser, estar” com a preposição *gan* “com”, como por exemplo, *y mae gennym dŷ* “nós temos uma casa” literalmente “está conosco casa”, alternativamente *y mae tŷ gennym*.

3. Considerações finais

O galês (*Cymraeg*) é a língua céltica do País de Gales (*Gymru*), região a oeste da Grã-Bretanha. O País de Gales ficou por muito tempo à margem da civilização anglo-saxônica. Conquistado por Eduardo I (1277-1284), só se tornou parte integrante da Inglaterra no reinado de Henrique VIII (1536-1542). O País de Gales foi monolíngue até o século XVI, quando o *Act of Union with England* (1536) tornou o inglês a língua oficial, o que contribuiu para o decréscimo do galês. Mesmo assim, até 1750 o galês ainda era a única língua utilizada nas cerimônias religiosas das igrejas anglicanas.



Figura 5: Sinalização bilíngue em Cardiff, capital do país.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Road_signs_in_Wales

O galês e o bretão são os únicos membros sobreviventes do antigo britânico ou britônico subdivisão da família da língua céltica. A língua britânica original (a exemplo do latim, do grego e do sânscrito) era altamente flexionada, mas sua descendente, o galês moderno, perdeu algumas dessas flexões. Outrora a língua principal do País de Gales e também língua literária desde o século VI, o galês vem declinando desde a ascensão de Henrique VII ao trono em 1485. A condição do galês no final do século XX era relativamente estável, e está sendo aprendido por galeses não falantes do galês e outros, incluindo imigrantes da Inglaterra. É ensinado em todas as escolas e é um meio de instrução em algumas. No condado de Gwynedd, localizado no noroeste do país, é uma língua administrativa local e aparece ao lado do inglês em sinalizações de estradas. De acordo com o Conselho de Língua Galesa (*Bwrdd yr Iaith Gymraeg*), em 2004, 611.000 pessoas (21.7% da população do País de Gales nos estabelecimentos domésticos ou comunitários) eram capazes de falar o galês. Essa cifra representa um aumento de 0.9 pontos percentuais quando

comparada com uma cifra de 20.8% do censo de 2001, e um aumento de aproximadamente 35,000 em números absolutos dentro do País de Gales. Desses 611,000 de falantes do galês, 62% afirmam falar a língua diariamente. Essa cifra sobe para 88% entre os que se consideram fluentes no galês.

Oficialmente, o inglês e o galês gozam do mesmo status, conforme *The Welsh Language Act 1993* (Ato da Língua Galesta de 1993) do Parlamento do Reino Unido. Em dezembro de 2010, a Assembleia Galesta por unanimidade aprovou uma legislação para tornar o galês língua oficial no País de Gales, e medidas adicionais para promover a língua. Essa lei entrará em vigor em 2011. O ensino da língua já é obrigatório na maioria das escolas da região, sendo que 525 escolas primárias e secundárias galesas oferecem o galês como meio de educação a mais de 82.000 crianças. Para alguns ativistas, há ainda muito por fazer.

Existem gramáticas e dicionários para facilitar o estudo e o aprendizado do galês. Há duas versões da Bíblia (1588-1988).

Terminamos, assim, nossa breve exposição, com a versão do “Pai Nosso” em galês:

Gweddi'r Arglwydd

Ein Tad yn y nefoedd,
sanctieiddier dy enw;
deled dy deyrnas;
gwneier dy ewyllys,
ar y ddaear fel yn y nef.
Dyro inni heddiw ein bara beunyddiol,
a maddau inni ein troseddau,
fel yr ym ni wedi maddau i'r rhai a droseddodd yn ein herbyn;
a phaid â'n dwyn i brawf,
ond gwared ni rhag yr Un drwg.
Oherwydd eiddot ti yw'r deyrnas a'r gogoniant am byth. Amen.

Fonte: *Y Beibl Cymraeg Newydd - The New Welsh Bible* (BCN) Revised Standard Bible. American Bible Society, 1988.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITCHISON, John; CARTER, Harold (Eds.). *Spreading the Word. The Welsh Language 2001*. Talybont, Ceredigion: Y Lolfa, 2004.

BARNHART, Robert K. (Ed.). *Chambers dictionary of etymology*. Edinburgh: Chambers Harrap Publishers, 1988.

CRYSTAL, David. *The Cambridge Encyclopedia of the English language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

D'AUTERIVE, R. Grandsaignes. *Dictionnaire des racines des langues européennes*. Paris: Larousse, 1948.

DAVIES, C. *The Welsh language*. Aberystwyth: University of Wales Press, 1999.

DAUZAT, Albert. *L'Europe linguistique*. Paris: Payot, 1940.

ELLIS, Peter Berresford. *Celt and Saxon. The struggle for Britain AD 410-937*. London: Constable, 1993.

EVANS, H.M. et al. *Y Geiriadur Mawr*. Llandysul and Llandybie: J. D. Lewis & Sons, 1971.

GREGOR, D. B. *Celtic: a comparative study*. Cambridge: Oleande Press, 1980.

GREENE, David. Celtic Languages. *Encyclopaedia Britannica*. Macropaedia. 15. ed. Chicago: The University of Chicago, 1976, vol. 3, p. 1064-1068.

HAYWOOD, John. *Atlas of the Celtic world*. London: Rhames & Hudson, 2001.

KING, Gareth (Ed.). *Modern Welsh Dictionary: Welsh and English Edition*. New York: Oxford University Press, 2007.

_____. *Modern Welsh: a comprehensive grammar* (Comprehensive Grammars). 2. ed. New York: Routledge, 2002.

KRUTA, Venceslas. *Celtes. Histoire et dictionnaire. Des origines à la romanisation et au christianisme*. Paris: Robert Laffont, 2000.

LOCKEWOOD, W. B. *Languages of the British Isles past and present*. London: Andre Deutsch, 1975.

MEILLET, Antoine. *Introduction à l'étude comparative des langues indo-européennes*. Alabama: University of Alabama Press, 1964.

MENNINGER, Karl. *Zahlwort und Ziffer: Eine Kulturgeschichte der Zahlen*. Göttingen: Vandehoeck & Ryprecht, 1957-58.

ONIONS, C. T. *The Oxford dictionary of English etymology*. Oxford: Oxford University Press, 1966.

THOMAS, Peter Wynn. *Gramadeg y Gymraeg*. Cardiff: University of Wales Press, 1996.

TRUDGILL, Peter (Ed.). *Language in the British Isles*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

VENNEMANN, Theo. *Europa Vasconica-Europa Semitica: Trends in Linguistics. Studies and Monographs*. Edited by Patrizia Noel Aziz Hanna and Patrizia Noel. The Hague: Mouton, 2003.

WALTER, Henriette. *L'aventure des langues en occident: leur origine, leur hostoire, leur geographie*. Paris: Robert Laffont, 2000.

WILLIAMS, Glanmor. *Renewal and reformation: Wales, c.1415–1642*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

WILLIAMS, Ifor. *Canu Taliesin*. Translated into English by J. E. Caerwyn Williams as *The Poems of Taliesin*. Dublin Institute of Advanced Studies: Dublin. 1. ed. 1967, reprinted 1975, 1987).

Y Beibl Cymraeg Newydd - The New Welsh Bible (BCN) Revised Standard Bible. American Bible Society, 1988.

ENTRE O REGIONAL E O UNIVERSAL

Odiombar Rodrigues (UFSM)
odiombar@yahoo.com.br

Quando falares com homem, olha-lhe para os olhos; quando falares com mulher, olha-lhe para a boca... e saberás como te haver (Simões Lopes Neto – CG, p. 113).

RESUMO

No centenário da publicação de *Contos Gauchescos* (1912) de João Simões Lopes Neto, ainda há muito por contribuir com o acervo crítico deste escritor sulista. Este estudo estabelece uma ponte entre o regional e o universal nesta obra, pelo exame da linguagem e dos temas abordados. A crítica tem restringido a obra simoniana ao âmbito do regionalismo, o que pouco contribui para a sua divulgação e, ao mesmo tempo, correntes tradicionalistas ficam desconfortáveis diante da visão universal e crítica do autor. É urgente um ponto de vista equilibrado entre o academicismo e o ideologismo tradicionalista para que a obra simoniana possa ser devidamente valorizada. A linguagem é o traço mais regional presente nos textos, enquanto a temática tem profundo sentido universal. A dimensão humana perpassa todo texto, dando sentido muito mais amplo do que a imagem de herói mítico, lendário. Além da crítica, este ensaio tem por objetivo incentivar professores a abordarem os textos de Simões de uma forma abrangente e atualizada, despertando nos alunos o apreço por tão rico repertório humanístico e crítico.

1. Introdução

Nas comemorações do centenário da publicação de *Contos Gauchescos* de João Simões Lopes Neto (1865-1916), muitas atividades estão programadas e há promessa de diversas publicações que, com certeza, trarão novos conhecimentos sobre a obra deste grande escritor gaúcho. Os eventos, em geral, são marcados por uma visão regional do escritor pelotense o que, embora verdadeiro, não recobre toda a complexidade de

sua produção literária, pois seus textos estabelecem fortes conexões com o universal, através do rompimento do tempo e do espaço, criando um mundo simbólico capaz de representar o ser humano em toda a sua amplitude.

A visão mais comum é relacionar os textos simonianos à simplicidade e à espontaneidade, porém estas características, muitas vezes, provocam engano, fazendo alguns considerarem seus textos à beira da ingenuidade. Nada mais enganoso. Os temas, o espaço e o tempo trazem marcas locais, mas a construção do texto e o posicionamento do autor estendem os horizontes para além do Mampituda. A complexidade da formação social do Rio Grande do Sul permeia seus contos, bem como a linguagem reproduz construções linguísticas sofisticadas ou provenientes do falar português do século XVIII e XIX, deixando de ser apenas um registro da fala regional de sua época. Este registro lexical importante tem servido tanto para despertar o interesse de estudiosos, como certo entrave para o leitor contemporâneo e menos afeito aos estudos da linguagem.

Num exame detalhado, pode-se observar que o simples, neste caso, está longe de se identificar com o ingênuo. Simplicidade, no caso da obra simoniana, é presentificar a fala e os temas populares num texto elaborado. A linguagem regional não resulta do simples registro ou do improvisado, mas do esforço constante no sentido de produzir o texto elaborado. Por trás de cada fala das personagens há um pensador que avalia e reelabora e não apenas um registrador da oralidade.

Não se sustenta também, a tese de que João Simões seja um simples falante no afã de valorizar seu próprio linguajar. Como se sabe, o autor foi sempre um homem urbano e todo o seu conhecimento advém de viagens e do senso de observação. Além de ter passado parte de sua vida no Rio de Janeiro, onde estudou medicina (sem concluir o curso), viveu o restante de sua vida em Pelotas, sua terra natal. Pelotas, principalmente na época de Simões, notabiliza-se pela intensa movimentação cultural e o autor de *Contos Gauchescos* sempre esteve ligado às rodas intelectuais de seu tempo.

O presente artigo percorre um caminho entre o estudo da linguagem e da literatura, avaliando o modo de representação da cultura gaúcha e a fala das personagens na obra *Contos Gauchescos* (1912) de João Simões Lopes Neto. O estudo objetiva, também, incentivar o uso pedagógico da obra do autor. Há uma contradição neste aspecto. Professores a-

qui do sul, deixam de lado a obra por considerá-la um tanto *simplória*, enquanto de outras regiões são desestimulados pela dificuldade do léxico. São dois enganos que gostaríamos de desfazer.

Para rever o texto há necessidade de percorrer um trajeto que evidencie as raízes da cultura gaúcha, bem como a composição étnica da qual resulta. A pretensão deste artigo não vai além do objetivo de provocar uma discussão sobre a obra de João Simões Lopes Neto sob um olhar menos regionalista.

2. *A obra*

Publicados pela primeira vez, em 1912, a obra permaneceu pouco divulgada. Na década de quarenta, o trabalho minucioso de Carlos Reverbel, *Esboço Biográfico em Tempo de Reportagem*, publicado na edição crítica de 1949 de *Contos Gauchescos*, pela editora Globo traz à luz de toda a sociedade este acervo literário importantíssimo. Este é um estudo que tem balizado toda a crítica simoniana. Na década de oitenta, a obra *Simões Lopes Neto: Regionalismo & Literatura*, de Flávio Loureiro Chaves, dá aos estudos de Simões um caráter crítico acadêmico, permanecendo como referência obrigatória para a crítica especializada. No campo biográfico, um excelente estudo é *Simões Lopes Neto na intimidade*, um autorizado texto escrito por sua sobrinha-neta Ivete Simões Lopes Barcellos Massot.

Há muitos outros ensaios sobre o autor e sua obra, pois é sempre um desafio abordar Simões, principalmente pela relevância, complexidade dos textos. Relevância pela sua posição na série literária que aborda o regionalismo e pela complexidade com que o homem gaúcho é aí representado, dando margem a pontos de vista, muitas vezes divergentes.

A literatura regional no Rio Grande do Sul, além de sempre presente, tem sólidas bases na tradição literária. O caminho da prosa não coincide com o da poesia, o que nos força a deixar de lado as discussões sobre o cancionário. A narrativa gaúcha tem como ponto de partida o texto de Oliveira Belo, *Os Farrapos* (1877), embora possamos encontrar outras narrativas anteriores¹⁷.

¹⁷ Caldre e Fião publicou *A divina pastora* (1847) e *O corsário* (1851), bem antes de *Os farrapos* de Oliveira Belo, mas deixamos de lado por não apresentarem temática pampiana. Registre-se também que *O Gaúcho* de José de Alencar é de 1870.

A trajetória que a literatura gaúcha percorre até Simões Lopes Neto é bastante limitado pelas representações do herói gaudério e romântico. É com Simões que se inicia uma produção crítica e desafiadora. *Contos gauchescos* é uma reunião de textos curtos que abrange, tanto narrativas do cotidiano, como eventos da história, apresentando, também, um pequeno texto descritivo do modo de viver do gaúcho. As edições tradicionais costumam incluir *Lendas do Sul*, conforme edição original. Contando com as lendas, a obra traz vinte e dois textos. Para este estudo nos restringiremos aos contos.

A obra revela certa tendência de idealização do gaúcho quando o compara com personagens de fora do estado, é o caso do *castelhano* no conto “Deve um queijo” e do baiano (ilhéu) no conto “Melancia – coco verde”. Tal atitude, um tanto bairrista, não pode ser atribuída ao autor, mas fruto da cultura local que tem certa resistência à aceitação das diferenças. O negro surge em textos como “O negro Bonifácio”, retratado como *negro pachola*. Há também textos históricos como “Duelo de Farrapos” e “O anjo da vitória”. Quando fala de um gaúcho, descendente de estrangeiros (espanhol e gringo) a linguagem traz um sentido dúbio, talvez, revelando certa resistência, mesmo referindo-se a um personagem nativo:

(1) ...o dono era um sujeito alarifaço, cá pra mim, desertor, meio espanhol meio gringo, mas muito jeitoso para qualquer arreglo que cheirasse a prata. (p. 90)¹⁸

Ao contrário do caráter heroico e extrovertido, há personagens que revelam o sofrimento, como em “Contrabandista” e “Penar de velhos”, e a crueldade como em “O boi velho”, expondo uma imagem pouco difundida do gaúcho. Esta dicotomia entre o *herói* e o homem simples é que dá a obra um caráter mais humano e universal, ultrapassando as fronteiras do ufanismo tradicionalista. A maioria dos textos são relatos do cotidiano, revelando o homem dentro de seu contexto histórico e social.

3. Regional e Universal

Machado de Assis já adverte que a literatura brasileira busca o sentido regional como uma forma de identidade, para contrapor-se aos

¹⁸ Todos os exemplos são retirados da obra *Contos Gauchescos*, da edição indicada na referência bibliográfica final, marcados apenas com a indicação da página.

modelos europeus. Tal preocupação machadiana não significa transformar a literatura em texto documental, capaz de retratar com fidelidade a *cor local*, mas contribuir com uma reflexão sobre as alternativas que possam criar no Brasil uma literatura independente e pujante. No caso do Rio Grande do Sul, a vertente regional sempre foi um manancial importante, pois o primeiro tema retratado é a Revolução Farroupilha, com heróis e suas façanhas.

A relação entre literatura e história é mais ampla do que os relatos dos romances históricos, pois revela o *compromisso* do autor com seu tempo, bem como do leitor ao interpretá-lo. João Simões, dentro de seu horizonte de vida, deixa aos leitores um registro de suas vivências e conhecimento de mundo, sendo seus textos um modo de partilharmos com os homens do século XIX a visão de mundo que regia a sociedade gaúcha de então.

A linguagem é o maior registro de épocas e ideologias, pois em suas relações semânticas e seleção vocabular é capaz de fixar o momento e tornar-se indicador seguro para a compreensão do momento estudado. No caso de João Simões, é muito importante perceber o contexto histórico retratado pelo autor. Na apresentação da personagem Blau Nunes, narrador do texto, o autor traça um mapa de todo o Estado, revelando as andanças da personagem e o contato que manteve com as diversas comunidades regionais. Na dimensão histórica revela sua época ao indicar o fato de ter sido *furriel* farroupilha, tendo dado baixa devido a ferimentos sob o comando de Tamandaré, na Guerra do Paraguai. Com este perfil, Blau apresenta-se como um taura longevo e com muitas histórias para contar:

(2) ...entre o Blau – moço, militar – e o Blau – velho, paisano –, ficou estendida uma longa estrada semeada de recordações – casos, dizia –, que de vez em quando o vaqueano recontava, como quem estende ao sol, para arejar, roupas guardadas no fundo de uma arca. (p. 4)

Dentro desta dimensão histórica e espacial, João Simões coleta fatos históricos, lendas e *casos* que compõem a obra *Contos Gauchescos*, marcando seu *compromisso* com a cultura gaúcha, mas como adverte Flávio Loureiro Chaves (2004), tal *compromisso* não pode se confundir com o *engajamento* à moda Sartre. Posterior a Lopes Neto, surgiu o *tradicionalismo*¹⁹ (1935) que construiu, ideologicamente, uma imagem do gaúcho, criando mito que não condiz com a realidade. A obra simoniana

¹⁹ É importante não confundir *tradicionalismo* com *nativismo*, bem como *gaúcho* com *gauchesco*.

é gaúcha, mas não participa do ufanismo gauchesco. Embora também revele alguns traços importantes do caráter do gaúcho, ela não deixa de trazer as contradições do ser humano. Assim como “Trezentas onças” reforça o sentido de honestidade e lealdade, “Boi velho” revela a crueldade como componente da personalidade do gaúcho. Da mesma forma que “Duelo de farrapos”, denota heroísmo, o conto “Penar de velhos” mostra a penúria do velho, pela fuga do filho e a decadência da família em função da falta do piá na casa.

Esta dimensão mais humana e menos mítica torna as personagens de Simões Lopes Neto menos identificadas com o gauchismo e mais próximas do universal. Talvez este fato seja um fator de dificuldade da circulação da obra simoniana, pois alguns setores do *tradicionalismo* o consideram um tanto *incômodo* enquanto outros críticos o consideram muito próximo do regionalismo ingênuo. Romper estes preconceitos parece ser a melhor contribuição que podemos dar à compreensão deste grande escritor gaúcho.

O estudo do texto regionalista tem sido pouco estimulado em sala de aula e mesmo desprezado pela crítica especializada, pois nem sempre consegue dar guarida a padrões de estética previstos pela crítica estrangeira. Neste sentido, é fundamental uma leitura do texto da professora Lígia Chiappini, no qual adverte:

Regionalismo na literatura, como tema de estudo, constitui um desafio teórico, na medida em que defronta o estudioso com questões das mais candentes da teoria, da crítica e da história literárias, tais como os problemas do valor; da relação entre arte e sociedade; das relações da literatura com as ciências humanas; das literaturas canônicas e não canônicas e das fronteiras movidas entre clãs. Estudar o regionalismo hoje nos leva a constatar seu caráter universal e moderno. (CHIAPINI, 1995, p. 4)

Este sentido de *universal e moderno* é que necessita ressurgir da obra de Simões, tanto através dos temas como da avaliação da linguagem. Esta passagem do regional ao universal que parece, a um primeiro momento, consistente é na verdade uma linha muito tênue.

A dificuldade de estabelecer este limite entre o universal e o regional na literatura rio-grandense leva a professora Gilda Bittencourt a considerar a evolução do conto regionalista gaúcho em duas grandes fases: a primeira abrange o período das origens até a metade do século passado e a segunda fase da década de sessenta à atualidade. Tal divisão apenas nos indica que o conto regionalista gaúcho é uma tendência que ultrapassa as fronteiras de classificação estética propostas pelos estudos de

crítica literária. O que distingue a produção literária, dentro destas fases, é a temática abordada. Neste caso, a professora citada apresenta um quadro ilustrativo:

Na verdade, pode-se dizer que houve no mínimo quatro regionalismos na literatura rio-grandense: um romântico, que idealizou o herói-gaúcho e o passado guerreiro; um tradicional, de cunho real/naturalista, que fixou as transformações da sociedade campeira e o desaparecimento do antigo gaúcho; um que se propôs a transformar a tradição sob o influxo do modernismo com base no modelo de Simões Lopes, e um regionalismo que podemos chamar de crítico social, na medida em que denunciou a desestruturação da sociedade campeira e a proletarianização do gaúcho (BITTEENCOURT, 1999, p. 22)

Como se pode observar, João Simões é um autor clássico neste regionalismo crítico, capaz de revelar as transformações pelas quais a sociedade gaúcha passou e passa.

4. A linguagem

Guilhermino César chama a atenção para o valor da linguagem na obra de Simões, principalmente, pelo vocabulário, evidenciando a trajetória do falar campeiro rumo à zona urbana. O forte processo migratório do campo para a cidade, no início do século XX, incentivou a adoção de muitos termos do falar pampiano pelos habitantes das emergentes cidades. Este processo tornou-se mais intenso e artificial a partir do MTG, na década de trinta.

O que vale acentuar, na oportunidade, é o seivoso, o original da linguagem coloquial gaúcha, tão artisticamente transladada à ficção por um escritor admirável como J. Simões Lopes Neto. É a vitória, na luta pela expressão, de uma linguagem que pende à terra, busca raízes no âmago da campanha. Tal instrumento de comunicação forjou-se nos fogões gaúchos, nas lides do campo, de lá invadiu as cidades, criando para as tristes cousas urbanas o disfarce agreste de nomes ingênuos ou rudes. (CESAR, 1971, p. 38)

Sob o ponto de vista da linguagem, o que podemos estabelecer como objeto de estudo? Este é um ponto fundamental para iniciarmos as nossas especulações. A linguagem literária, vista sob o ponto da variação linguística, pode contribuir decisivamente tanto para a compreensão do texto, quanto para a valorização da cultura de uma região. Dentre as possibilidades de estudo da variação como época, região, classe social ou situação de comunicação, a obra de João Simões nos apresenta um precioso repertório para estudo.

A época é um fator determinante, pois Simões está centrado em

seu tempo (1865-1916), mas recolhe exemplares linguísticos de três vertentes históricas: o português, trazido pelos imigrantes açorianos; o falar rude do homem da região da campanha, e o contato com o espanhol.

O espanhol é uma grande fonte através dos falares fronteiriços entre Uruguai e Argentina. Este falar, presente mesmo na atualidade, é uma mescla lexical que resulta em variantes denominadas de *portunhol*. Muito oportuno é o estudo da professora Eliana Rosa Sturza – *Línguas de Fronteira*, no qual caracteriza este falar:

... o fato de que no mapa das variantes dialetais do português do Rio Grande do Sul, a região da fronteira está caracterizada por seu conservadorismo luso e por influxos do espanhol no linguajar do gaúcho, especialmente na linguagem informal e no meio rural (STURZA: disponível na internet).

Há abundantes exemplos de cruzamentos entre espanhol e português, mantendo uma mescla natural para a fala das personagens representadas. O conto “Trezentas onças” que abre a obra já nos permite uma série de ocorrências, evidenciando tanto a presença do espanhol como a permanência do falar do português antigo:

(3) – ...um cachorrinho brasino, um cusco mui esperto...(p. 5)

(4) – ...ao tempo que dava – boas tardes – ao dono da casa...(p. 6)

(5) – ...A la fresca....(p. 6)

(6) – ...Na sala havia uns quantos paisanos... (p. 10)

A apócope que ocorre no exemplo (3), *mui/muito*, está de acordo com a tradição da língua portuguesa e, ao mesmo tempo, aproxima-se da forma espanhola. Assim, não é apenas uma questão de contato linguístico, mas a permanência de formas mais antigas no falar cotidiano sulista.

A expressão espanhola *buenas tardes* sofre um aportuguesamento através da tradução de *buenas/boas*, mantendo a forma plural para *tardes*. Não é raro ouvir-se na campanha a expressão genuína espanhola *buenas tardes*, revelando a circulação livre do léxico.

A expressão *a la fresca* é muito interessante, pois corresponde a um arcaísmo. É um advérbio de lugar *a cá* e *a lá*, *cá* e *lá* na contemporaneidade. A forma *a cá* tem ampla circulação na atualidade, sendo que *la*, permaneceu através de expressões como *a la fresca*, *a la cria* e tantas outras, mais como *ao modo de*.

O termo *paisano* designa indivíduo civil, não fardado. A particularidade é que a pronúncia corrente na região da campanha é com som de

/z/ e não /s/ o que acompanha a fonética espanhola, registrando mais um cruzamento entre os dois falares.

Além destas questões vocabulares, é muito importante o exame do plano sintático. A construção sintática é muito bem elaborada e comprova o fato de que os textos não são meras transcrições da fala, mas são elaborações muito bem articuladas. Entre muitas possibilidades de estudo, vamos-nos dedicar um pouco ao exame da repetição como processo estilístico capaz de atribuir novas significações.

O texto de Simões Lopes Neto apresenta com frequência repetições que, ao invés de truncarem a progressão discursiva, dão-lhe um ritmo mais sofisticado. Tais repetições podem ocorrer tanto no nível lexical, quanto no sintático.

Processo muito interessante de repetição ocorre no conto O Anjo da Vitória. Na *Obra Simões Lopes Neto: Regionalismo & Literatura*, o professor Flávio Loureiro Chaves estuda a trajetória do *bichará*²⁰ na narrativa, estabelecendo a relação entre as etapas da vida da personagem e os acontecimentos históricos. O *bichará* é considerado como o elo integrador do texto. Diz o crítico:

Seu objetivo é a revelação do eu que fala e presta depoimento de si mesmo. E esta revelação, por fim obtida, orienta o efeito final pretendido por Simões Lopes Neto na mescla dos contrastes, englobando o real e o fantástico, fundindo também o desastre coletivo e o drama individual. Garante-o a criação do motivo do bichará, explicando-se aí o recurso à reiteração.... (CHAVES, 1982, p. 201)

Sob o ponto de vista linguístico, este signo, o *bichará*, sofre uma transformação constante e sua repetição não se torna apenas uma questão de ênfase, mas revela outra forma do processo de repetição. Observe-se a sequência de citações:

(7) ... e depois nos deitamos nos pelegos, com os pingos pelas rédeas mameados: ele, armado, mateando; eu, enroscadito no meu bichará, e o ordenança, que era um chiru ombrudo, chamado Hilário, pitando. (p. 78)

(8) O meu padrinho levantou na rédea o azulego: e de espada em punho, o chiru, com uma lança de meia-lua e eu entre os dois, enroscadito no meu bichará... (p. 78)

(9) Naquelas correrias, o meu bicharazito, às vezes, enchia-se de vento, e voava, batia aberto, que nem uma bandeira cinzenta... (p. 79)

²⁰ O *bichará* é um pala rústico, feito com lâ na cor natural, não se confunde com o pala nem com o poncho. Uma boa descrição, encontramos em: <http://www.youtube.com/watch?v=B-Su0gphXjg>

(10) Foi então, que, sem saber como, já de a cavalo, enquanto sem eu sentir as lágrimas caíam-me e rolavam sobre o bichará... (p. 81)

(11) O meu bicharazinho se empantufou de vento, desdobrou-se, batendo como umas asas... (p. 82)

A questão espacial da relação entre a personagem e o *bichará* é evidenciada pela repetição do termo, porém em circunstâncias distintas. Nos exemplos (7) e (8) há uma aproximação entre a personagem e o *bichará*. Nos momentos em que o espaço aberto toma volume na narrativa, como nos exemplos (9) e (11), ocorre o distanciamento entre eles, ao mesmo tempo em que a apresentação morfológica também varia, assumindo o diminutivo. No exemplo (10), um momento de dor, o eu da personagem se projeta sobre o *bichará*.

Além da questão social, estudada pelo Dr. Flávio Loureiro Chaves, a questão linguística se sobressai no momento em que se observa o valor da repetição e o efeito da alternância entre as formas *bichará* e *bicharazito*. O termo no grau normal evidencia o objeto do seu uso, enquanto que o diminutivo agrega o sentido de orgulho, revelado pelo processo metafórico que se estabelece entre o *bichará* e as *asas* que batem ao vento.

Esta elaboração linguística é testemunho de que o texto simoniano é bem mais do que transcrição da fala gaudéria. Processos de construção dessa natureza são frequentes. Um estudo mais amplo do processo de repetição na obra de João Simões está publicado na Revista do Centro de Artes e Letras da UFSM (RODRIGUES, 1979, p. 83-100).

O estudo da repetição, sob a perspectiva da linguística do texto na obra de João Simões, é uma contribuição nova tanto aos estudos literários, como nos da linguagem. Numa primeira abordagem, muitos aspectos deixam de ser estudados, mas tornam-se marcos referenciais para novos projetos de pesquisa.

5. *O gaúcho*

O estudo da imagem do gaúcho na obra de Simões Lopes Neto é um tema muito complexo para um pequeno estudo como este, mas vamos abordar algumas questões que me parecem pertinentes. São abundantes os textos críticos que mostram a valentia, a lealdade e pujança do gaúcho, sendo desnecessário retomar estes aspectos. Vamos tomar dois contos para evidenciarmos outra imagem que nem sempre tem merecido

a devida atenção, talvez por não se enquadrar muito bem nos padrões reconhecidos e autorizados por setores mais tradicionais.

O nosso interesse recai sobre os contos *Contrabandista* e *Penar de Velhos*. Ambos trazem aspectos de tragicidade, revelando uma face mais humana e sofrida do gaúcho.

O *Contrabandista* é uma história simples. Jango Jorge, já velho, “casado ou doutro jeito, estava afamilhado” (p. 84), com uma filha nos preparos do casamento. O velho gaúcho vai buscar o vestido de noiva e o restante do enxoval, além-fronteiras. Pego pelos guardas, é morto com o pacote do vestido preso ao peito. Um dos parceiros da empreitada relata:

(12) A guarda nos deu em cima... tomou os cargueiros... E mataram o capitão, porque ele avançou sozinho pra mula ponteira e suspendeu um pacote que vinha solto... e ainda o amarrou no corpo... Aí foi que o crivaram de balas... parado... Os ordinários!... Tivemos que brigar, pra tomar o corpo! (p. 89)

Há que ter entendimento do fenômeno das trocas entre fronteiriços. O objeto do *contrabando* é apenas o melhor presente que ele podia dar à filha no dia do casamento. Jango Jorge não era inexperiente, conhecia muito bem os caminhos e os atalhos, foi o trágico que o fez tombar nesta última aventura, sua transgressão à ordem é um desejo de pai. As leis transformam as fronteiras em limites, dividem as famílias e classificam as pequenas trocas como crime. Como o texto diz, “Nesta terra do Rio Grande sempre se contrabandeou, desde antes da tomada das missões.” (p. 85). De que se fala aqui, não é o contrabando de drogas e armas que hoje infestam nossas fronteiras desprotegidas, ou o comércio clandestino que engorda as contas bancárias de comerciantes. O que está presente aqui é o intercâmbio espontâneo entre grupos sociais, muito bem acostumados à convivência.

Muito se fala, hoje, em integração, MERCOSUL e muitos outros projetos econômicos que em nada contribuem para a relação entre as comunidades fronteiriças. São interesses econômicos maiores que se sobrepõem a práticas centenárias. O prejuízo não advém da salutar convivência familiar nesta região, mas é fruto da ganância e da incúria oficial que não protege nossas fronteiras dos criminosos que lá chegam como abutres a explorar o que não lhes pertence. Jamais teremos integração enquanto os interesses políticos prevalecerem sobre o convívio fronteiriço. O cidadão da fronteira (*double chapa*) não pode ser confundido com o contrabandista. Fronteira não é limite, é uma zona em que as comunidades vivem e se organizam através de regras há muito solidificadas.

A abordagem de um conto como este permite ir muito além das questões estilísticas e teóricas para trazer à discussão aspectos mais pertinentes para a formação da cidadania e a consciência crítica. Falar em MERCOSUL, atropelar a geografia e incluir aí a Venezuela, graças a alinhamentos ideológicos, é atitude enganosa quanto à política de integração das comunidades fronteiriças.

Trazemos um tema como este à discussão porque acreditamos que o estudo da literatura vai muito além da busca de metáforas e metonímias. A literatura é o campo apropriado para a formação do cidadão e para o desvelamento das ideologias que permeiam as políticas públicas. Para os que gostariam de permanecer acomodados nos meandros teóricos, apontamos aspectos muito interessantes neste conto.

Na descrição da personagem, o autor utiliza um processo muito singular em termos de sinestesia, construído com elementos da linguagem campeira. Olfato, audição e gosto estão presentes no texto abaixo:

(13) Conhecia as querências, pelo faro: aqui era o cheiro do açouta-cavalo florescido, lá o dos trevais, o das guabirobas rasteiras, do capim-limão; pelo ouvido: aqui, cancha de gramaxains, lá os pastos que ensurdecem ou estalam no casco do cavalo: adiante, o chape-chape, noutro ponto, o areão. Até pelo gosto ele dizia a parada, porque sabia onde estavam águas salobres e águas leves, com sabor de barro ou sabendo a limo (p. 83).

A referência geográfica é bem precisa, assim como a histórica para formar o contexto do conto:

(14) ...Jango Jorge, um que foi capitão duma maloca de contrabandistas que fez cancha nos banhados do Ibirocaí. (p. 83)

(15) (Jango Jorge) tinha vindo das guerras do outro tempo; foi um dos que peleou na batalha de Ituzingo; foi do esquadrão do general José de Abreu (p. 83).

Estas duas passagens falam do local e do tempo. Ibirocaí é um pequeno riacho entre Alegrete e Uruguaiana, região da fronteira com a Argentina. O tempo é marcado pela atuação da personagem na Batalha de Ituzingo (Batalha do passo do rosário), ocorrida no dia 20 de fevereiro de 1827. Este foi um revés para o Exército Imperial, o comandante brasileiro, Marquês de Barbacena, teve de bater em retirada. Não é por acaso que Simões Lopes Neto toma este episódio histórico para marcar a bravura de sua personagem. Fica o caminho aberto para quem quiser ampliar o estudo deste episódio controverso.

O outro conto que tomamos como estudo é *Penar de velhos*. Nele

podemos encontrar o gaúcho como vítima de sua própria violência. O guri, de nome Binga, inicia uma brincadeira de criança, correndo atrás de avestruzes. Vendo que não conseguia laçar nenhuma ave, apela para a montaria preferida do pai. Após correr muito pelos campos e ver frustrado seu intento, retorna a casa e deixa o cavalo já exausto. No outro dia o animal amanhece morto.

O velho toma o *rabo de tatu* para bater no menino, este foge numa corrida montado num matungo. Nunca mais foi visto. Os velhos definham até a morte. A saudade do filho não é objeto de comentário ou lamento, mas o autor revela que:

(16) Quem sabia do caso até nem falava nele... era tão penoso o sofrer daqueles velhos, que não diziam nada, a a gente entendia tudo (p. 106)

O menino, já com doze anos, considera-se homem e não permitiria apanhar na frente dos agregados; o velho, diante da perda de seu animal de estimação, não tem outra atitude a não ser a violência que no contexto da cultura é um ato normal. Simões coloca diante do leitor estes dois parâmetros: o orgulho do menino que já se considera adulto e a consequência da atitude impulsiva do pai. O choque entre estes dois valores constitui o trágico que leva à morte do casal de velhos. Hoje, com todas as mudanças nas relações pai-filho, um texto como este é um excelente ponto de partida para reflexão.

Assim é Simões, ele coloca o leitor diante de situações que, sendo extremas, faz com que a discussão possa ser prolongada, deixando de ser apenas uma narrativa regional, de entretenimento, passando a ser um profundo exemplo de contradições que se mantêm na cultura universal, a luta entre o particular (casamento da filha / relação familiar) e as regras do mundo público.

O intimismo é tratado de forma diferenciada. Nos dois textos estudados, o narrador é que toma a palavra, o leitor não tem o testemunho da fala da personagem. Estes dramas pessoais são tão particulares que, como diz o texto, todos sabiam do drama, mas ninguém ousava falar no assunto. O particular fica no mundo do relato em terceira pessoa, enquanto o herói tradicional leva ao leitor seu discurso direto.

Apreciados estes dois exemplos, sob a ótica proposta desde o início, podemos retomar a leitura de João Simões, percorrendo o caminho já tradicional que se inicia com o exame do conto *Trezentas Onças*, o grande clássico de exemplo da lealdade e honradez do gaúcho.

6. Conclusão

Muito longe de considerarmos acabada esta discussão, temos certeza de que alguma instabilidade foi produzida na tradição crítica do autor pelotense. Nada do que foi dito objetiva ampliar ou reduzir o valor de sua obra, mas recolocá-la no patamar de igualdade com os demais escritores brasileiros. Ver Simões reconhecido além-porteiras do Rio Grande é o grande desejo nosso, pois é um escritor que muito contribui para o entendimento de nossa cultura e que, ainda não tem merecido atenção justa por parte da crítica brasileira.

Ao estudarmos João Simões, priorizamos sua relação com a cultura, deixando um tanto de lado as questões teóricas tanto de literatura, quanto de linguagem. A abordagem direta tem a intenção de incentivar os colegas professores a reavaliar a obra simoniana dentro do contexto contemporâneo. O caminho é dificultado pelo vocabulário, mas há muitos dicionários especializados que auxiliam nos momentos de dificuldade. Por outro lado, levar o aluno a um descolamento no estudo das variantes linguísticas, privilegiando o aspecto regional e deslocado no tempo, torna-se interessante pelo fato de que o aluno deixa de reconhecer variantes apenas nos aspectos sociológicos e ligados ao seu tempo. O valor desta pesquisa não deve ser reconhecido pela exatidão das discussões, mas pela provocação que possa surgir, levando cada vez mais leitores ao mundo deste tão querido escritor.

Há o desejo permanente entre os professores de literatura de transformar alunos em leitores, porém isto não é objetivo que possa ser alcançado por nós. O jovem pode tornar-se um grande leitor, mas a nossa contribuição não ultrapassa os limites do exemplo. Nesta questão a grande mestra Lígia Cademartori adverte com propriedade:

Não estou dizendo que todo jovem pode ser transformado em leitor por obra e graça de um professor. Não somos tão poderosos assim. Capacitar os estudantes à leitura, desenvolvendo suas competências linguística e textual, é uma coisa. Transformar alunos em leitores de literatura é outra. (CADEMARTORI, 2009, p. 90)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BITTENCOURT, Gilda Neves da Silva. *O conto sul-rio-grandense: tradição e modernidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- CADEMARTORI, Lígia. *O professor e a literatura: para pequenos, médios e grandes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CÉSAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971.

_____. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970. (Col. Província)

CHAVES, Flávio Loureiro. *Érico Veríssimo: realismo & sociedade*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

_____. *Lopes Neto: regionalismo & literatura*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

_____; BATISTI, Elisa (Orgs.). *Cultura regional*. Caxias do Sul: E-duc, 2004.

CHIAPINI, Lígia. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 15, 1995, p. 153-159.

LOPES NETO, João Simões. *Casos do Romualdo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

_____. *Contos gauchescos e lendas do sul*. Porto Alegre: Globo, 1965.

_____. *Contos gauchescos e lendas do sul*. Disponível em:

<http://www.superdownloads.com.br/download/57/contos-gauchescos-joao-simoes-lopes-neto/>

LOVE, Joseph. L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 30*. Trad. Adalberto Marson. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MASSOT, Ivete Simões Lopes Barcelos. *Simões Lopes Neto na intimidade*. Porto Alegre: BELS, 1974.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de ficção*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1973.

REVERBEL, Carlos. Prefácio. In: LOPES NETO, João Simões. *Contos gauchescos e lendas do sul*. Porto Alegre: Globo, 1953.

RODRIGUES, Odiombar. A retórica da repetição. *Revista do Centro de Artes e Letras*, UFSM, 1979, p. 83-100.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. *Literatura gaúcha: temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

ESTUDO COMPARATIVO DE SUFIXOS NAS LÍNGUAS ROMENA E PORTUGUESA

Nilsa Areán-García (USP)
nilsa.arean@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar, de modo bastante breve, o estudo de sufixos na língua romena e seus equivalentes, quando existem, na língua portuguesa dentro do contexto do GMHP (<http://www.usp.br/gmhp/>), Grupo de Morfologia Histórica do Português, liderado pelo Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro. Para tanto, foram elaboradas duas listas de sufixos do romeno, uma para os formadores de substantivos e outra para os formadores de adjetivos, contendo, além do sufixo, exemplos de uso no romeno, e sempre que possível sua origem e um sufixo equivalente na língua portuguesa. A partir destes dados preliminares é possível comparar os sufixos no romeno e no português, bem como estudar as suas origens.

Palavras-chave: Morfologia Histórica. Sufixos. Língua Romena.

1. Introdução

De acordo com Bassetto (2001, p. 136-137), é muito importante levar em conta o romeno nos estudos filológicos, pois, devido ao seu isolamento, o romeno sofreu uma evolução própria e independente de influências mútuas que houve entre as demais línguas românicas, ficando, assim, privado da influência do latim medieval. Entretanto, no estudo de uma língua há que se levar em conta também as influências provenientes de outras línguas, não somente da que lhe deu origem, assim,

Na morfologia, mais do que aconteceu com outros superstratos em relação às línguas românicas, o eslavo legou ao romeno numerosos sufixos, bastante produtivos: a) *-ac*: *buimac* ('perturbado'), *burlac* ('solteirão'); b) *-c* (forma o feminino a partir do masculino): *român/romanc* ('romeno/romena'), or *ean/or eanca* ('urbano/urbana'), s *ltean/s lteanc* ('aldeão/aldeã'); c) *-eal*: *piroteal* ('sonolência'), *m)ljeal* ('sujeira'), *perpeleal* ('tormento'); d) *-nic*: *abraznic* ('insolente'), *polu nic* ('criado'), *voinic* ('valente'); e) *-i* ;

ml di ; ('raminho'), mrani ; ('estrupe'), oeni ; ('nicho'). (BASSETTO, 2001, p.161-162).

Não obstante, de acordo com Rauta (1947, p. 234-237), há pelo menos 22 sufixos formadores de nomes substantivos: *-an, -andru, -ar, -a, -et, -in ;, -an ;, -a cu, -ache, -escu, -el, -e ;-ic, -rie, -ime, -mânt, -oare, -ie, -eanu, -tate, -ur e -ista*; aos quais se acrescentou também o sufixo *-aj* devido à sua correspondência com o sufixo português *-agem* e um dos objetos de estudo do GMHP. Considerando-se os sufixos formadores de nomes adjetivos no romeno, Rauta (1947, p. 236-237) indica uma lista com 8 sufixos: *-abil, -re ; -esc, -e ; -iu, -nic, -os, -u ;*

Assim, para cada sufixo, foi pesquisada sua origem e constatada sua função semântica na formação de palavras, dada por Rauta (1947, p. 234-237) e por meio da revista: *Studii i materiale privitoare la formarea cuvintelor în limba română*. Bucuresti: Academiei Republicii Populare Române – Institutul de Lingvistic din Bucure ti, 1959-1962. Vol. I – III. Partindo desse ponto, estabeleceu-se, sempre que possível, uma equivalência no português, ou seja, pelo menos um sufixo com a mesma origem e com uma função semântica similar na língua portuguesa. Como, muitas vezes a origem é controversa, foram consultados também dicionários etimológicos de português, espanhol, italiano, e francês; bem como foram consultados dicionários da língua romena para a verificação das ocorrências destes. Em seguida foram feitas as duas listas seguintes, uma para os sufixos formadores de substantivos no romeno e a outra para sufixos formadores de adjetivos no romeno.

2. Alguns sufixos formadores de substantivos no romeno

Assim, obtiveram-se os seguintes sufixos formadores de substantivos na língua romena:

- a) *-an*, exemplos: b ietan 'garotão' (b iet 'garoto'), be iyan 'beberão' (be iy 'bêbado'). Função: aumentativo. Origem: *-ŭsus* (latim) controverso. Equivalência no português: *-ão*.
- b) *-andru*, exemplos: copilandru (copil 'menino'), b ietandru (b iet 'garoto'), fl c uandru (fl c u 'jovem'). Origem: *-andrós* (terminação grega). Equivalência no português: *-andro*.
- c) *-ar*, exemplos: fierar 'ferreiro' (fier 'ferro'), zidar 'pedreiro' (zid 'muro'). Função: formação de *nomina agentis*. Origem: *-ŭsus* (latim). Equivalência no português: *-eiro*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- d) -a , exemplos: *arca* ‘arqueiro’ (*arc* ‘arco’), *nunta* ‘quem toma parte no casamento’ ou ‘noivo’ (*nunt* ‘núpcias’), *chiria* ‘inquinoso’ (*chirie* ‘aluguel’). Função: formação de *nomina agentis*. Origem: controversa, provavelmente do húngaro ou eslavo.
- e) -et, exemplos: *rasêț* ‘riso’ (*a rês* ‘rir’), *sunet* ‘ruído’ (*a suna* ‘soar’), *tunet* ‘trovão’ (*a tuna* ‘trovejar’). Função: formação de participios. Origem: Participios perfeitos passivo em -~~um~~, -~~um~~, -~~um~~, -~~um~~ (latim). Equivalência no português: -ado, -edo, -ido.
- f) -in ; exemplos: *tiin* ; ‘ciência’ (*a ti* ‘saber’), *biruin* ; ‘vitória’ (*a birui* ‘vencer’), *suferin* ; ‘sofrimento’ (*a suferi* ‘sofrer’), *voin* ; ‘vontade’ (*a voi* ‘querer’). Origem: -entia(ae), -entem (latim) do séc. XVI ao XVIII. Equivalência no português: -ência.
- g) -an ; exemplo: *siguran* ; ‘segurança’ (*sigur* ‘seguro’). Origem: -entia(ae), -entem (latim) + influência francesa, italiana, alemã séc. XIX de -ant -ent/ -ante -ente/ -ant -ent. Equivalência no português: -ança.
- h) -a cu, exemplos: *Grigora cu*, *Iona cu*; -ache, exemplos: *Mihalache*, *Vasilache*; -escu, exemplos: *Ionescu*, *Petrescu*, *Popescu*, *Valisescu*, *Dumitrescu*. Função: formação de patronímicos. Origem: -ache < -I , -I (grego). Equivalência no português: -es.
- i) -el, exemplos: *Ionel* ‘Joãozinho’ (*Ion* ‘João’). Função: formação de diminutivos. Origem: -ellus (latim).
- j) -e ; exemplos: *co ule* ; ‘cestinho’ (*co ul* ‘cesto’), *ursule* ; ‘ursinho’ (*ursul* ‘urso’). Função: formação de diminutivos. Origem: hipótese: -ittus (latim) > masculino -et ou -ete (francês). Equivalência no português: -inho.
- k) -ic , exemplos: *Dumitric* ‘diminutivo de Demétrios’, *Petric* ‘diminutivo de Pedro’, *Tudoric* ‘diminutivo de Tódor’. Função: formação de diminutivos. Origem: hipótese: -~~ulus~~ (latim) > *~~ulus~~.
- l) -rie, exemplos: *ap rie* ‘ria’ (*apa* ‘água’), *argint rie* ‘prataria’ (*argint* ‘prata’). Origem: -~~ria~~, forma feminina de -~~rius~~ (latim) ou -ar + -ie. Equivalência no português: -aria, -eria.
- m) -ime, exemplos: *boerime* ‘nobreza’ (*boer* ‘nobre’), *tinerime* ‘juventude’ (tân r ‘jovem’), *p gâtime* ‘pagãozada’ (p gâ n ‘pagão’), *col rime* ‘alunado’ (col r ‘aluno’), ;r nime ‘campesina

- to' (;r n 'camponês'). Função: formação de coletivos. Origem: -*imen* (latim) ou -*amine*, -*umine* (latim), palavras substantivas e masculinas já com a noção concreta de coletivo, com intensificação aproximativa ou superlativa. Equivalência no português: -*ume*.
- n) -*mânt*, exemplos: *jur mânt* 'juramento' (*a jura* 'jurar'), *mormânt* 'tumba' (*eu mor, a mori* 'morrer'), *a ez mânt* 'estabelecimento' (a *a eza* 'estabelecer'). Origem: -*mentum* (latim). Equivalência no português: -*mento*.
- o) -*oare*, exemplos: *cump r toare* 'compradora' (*cump r t* 'comprado'), *ghicitoare* 'pitonisa' (*ghicit* 'predito', *a ghici* 'predizer'), *inchisoare* 'prisão' (*închis* 'fechado'), *prinsoare* 'aposta' (*prins* 'pêgo', 'preso' ou 'tomado'), *scrisoare* 'carta' (*scris* 'escrito'), *unsoare* 'lubrificante' (*uns* 'lubrificado'). Origem: -*ŕ*, -*orem* (latim) e -*ŕis* (latim). Equivalência no português: -*ora*, -*dora*, -*tora*.
- p) -*ie*, exemplos: *brut rie* 'padaria' (*brutar* 'padeiro'), *croitorie* 'alfaiataria' (*croitor* 'alfaiate'), *slicl rie* 'vidraçaria' (*slicl* 'vidro'), *tipografie* 'tipografia' (*tipograf* 'tipógrafo'). Origem: - *I* (grego) > -*ia* (latim). Equivalência no português: -*ia*.
- q) -*eanu*, exemplos: *Codreanu* (*codru* 'bosque'), *Munteanu* (*munte* 'monte'). Função: formação de Nomes próprios de família a partir de nomes toponímicos. Origem: hipótese: - *ŕius* (latim).
- r) -*tate*, exemplos: *bun tate* 'bondade' (*bun* 'bom'), *greutate* 'dificuldade' (*greu* 'difícil'), *noutate* 'novidade' (*nou* 'novo'), *r utate* 'ruindade' (*r u* 'ruim'), *singur tate* 'solidão' (*singur* 'só'), *vecin tate* 'vizinhança' (*vecin* 'vizinho'). Origem: -*tŕis* (latim), forma acusativa: -*tŕis(m)*. Equivalência no português: -*dade*.
- s) -*ur*, exemplos: *arsur* 'queimadura' (*ars* 'queimado'), *b utur* 'bebida' (*b ut* 'bebido'), *friptur* 'assado' (*fript* 'asado'), *pic tur* 'pingo' (*picat* 'pingado'), *tr sur* 'carroça' (*tras* 'puxado'). Origem: - *ŕa*, -*tŕa*, -*sŕa* (latim). Equivalência no português: -*ura*.
- t) -*ist*, exemplos: *chimist* 'químico', *na ŕonalist* 'nacionalista', *journalist* 'jornalista', *monarhist* 'monarquista'. Origem: - *LM* (grego) > -*istŕis* (latim). Equivalência no português: -*ista*.
- u) -*aj*, exemplos: *bagaj*, *avantaj*, *peisaj*. Origem: -*age* (francês) < -*ŕicus* (latim) ou -*age* (francês) < -*agium* (latim). Equivalência no

português: *-agem*.

Convém notar, que o sufixo *-an* do romeno parece ser equivalente ao *-ão* do português na formação de palavras substantivas, sugerindo que seja proveniente do latino *-ŭsus*, entretanto essa origem é controversa em alguns casos até mesmo no português e no espanhol. Pietreanu (1960, p. 93) afirma que é mais provável que seja proveniente do latino *-ŭsus* na designação aumentativa, apesar de muitos gramáticos sugerirem que venha do eslavo *-an* ⚡

A origem de *-andru* não foi encontrada no material de romeno pesquisado. Embora Rauta (1947, p. 234-237) o considere como um sufixo, o dicionário Houaiss (2001) afirma que *-andro* é um elemento de composição pospositivo, proveniente do grego *-andrós* que significa ‘homem como macho em oposição à mulher’ e que aparece em nomes da botânica com acepção de ‘macho’, por exemplo: *monandro* e *poliandro*. Convém notar que no italiano também há palavras com a terminação *-andro*, por exemplo, *malandro*. Neste caso, ainda fica em aberto o estudo do elemento *-andru* no romeno.

De acordo com S deanu (1962, p. 60), Ciobanu (1962, p. 143-154) e Iona cu (1959, p. 77), o sufixo romeno *-ar* é proveniente do sufixo latino *-arius*, e como seu antecessor é um *nomina agentis*, equivalendo ao *-eiro* no português. Embora o sufixo *-a*, assim como o sufixo *-ar*, seja um *nomina agentis*, para Iona cu (1959, p. 80-82) sua origem é bastante controversa. Segundo Meyer-Lübke (1923) *apud* Iona cu (1959, p. 80), sua origem está na língua húngara, entretanto, segundo Pu cari (1902) *apud* Iona cu (1959, p. 80) é eslava a origem do sufixo *-a*. De qualquer forma, não foi possível encontrar uma equivalência para o dito sufixo em português, uma vez que são numerosos em nossa língua os sufixos *nomina agentis*, entretanto, nenhum deles acusa sua origem no húngaro ou no eslavo.

O sufixo *-et* no romeno é um formador de participios substantivais, sua origem, de acordo com S deanu (1962, p. 22) e Contra (1962, p. 155-156), é o sufixo latino *-ŭm*. Sua correspondência no português pode ser associada aos sufixos formadores de participios: *-ado*, *-edo*, *-ido*. É interessante notar que o sufixo *-et* no romeno, às vezes indica a forma coletiva, assim como o *-ado* e o *-edo* em português.

Conforme Ciompec (1962, p. 135-136) o sufixo romeno *-in*; é originário do latino *-entem*, tendo sido encontrado em textos dos séculos XVI e XVII, podendo ser colocado como seu equivalente na língua por-

tuguesa o sufixo *-ência* na formação de substantivos abstratos. Já o sufixo *-an* ; é para Ciompec (1962, p. 141) uma variante do sufixo *-en* ;, proveniente, segundo Ciompec (1962, p. 131-132), do sufixo latino *-entem*, somente atestado na língua romena no século XIX, provavelmente por influência francesa, mas sem descartar alguns vocábulos que entraram na língua pelo italiano, alemão e, em menor escala, pelo russo. Um possível equivalente no português é o sufixo *-ança*.

Para Hrab nescu-Goang (1962, p. 119-120) o sufixo *-ache* no romeno é um patronímico, cuja origem é o sufixo grego *-I* , *-I* . No português o que temos como sufixo patronímico é o *-es*, por exemplo em *Fernandes*, embora sua origem seja totalmente diferente, ambos designam a identidade pessoal por meio patronímico. Infelizmente não foi possível encontrar material referente aos sufixos patronímicos *-a cu* e *-escu* no romeno.

De acordo com Vasiliu (1959, p. 227-228), o sufixo *-el* no romeno assume o valor diminutivo, podendo ser proveniente do sufixo latino *-ellus*. No entanto para o sufixo *-e* ; que também assume o valor diminutivo no romeno, não foi possível encontrar material que subsidiasse sua pesquisa, com o qual foi feita uma hipótese de que pode ser proveniente do francês formador de diminutivos *-ete*, com queda da último *e* e palatalização do *t*. Por sua vez, a origem do sufixo francês é o sufixo latino *-ittus*. Desta forma, ainda fica em aberto o estudo do elemento *-e* no romeno.

O sufixo *-ic* no romeno, analogamente aos sufixos anteriores, é um formador de nomes diminutivos, como também não foi encontrado material sobre sua origem e evolução, tomou-se a liberdade de sugerir a hipótese que seja proveniente do sufixo diminutivo latino *-ulus*, por meio de sua forma no latim vulgar **-ulus*.

Supõe-se que *-mânt* seja uma variação gráfica de *-mente*, sufixo romeno, que, segundo D n il (1960, p. 185-186), pode assumir também a forma *-minte*, é originário do latino *-mentum* e equivale ao sufixo *-mento* em português.

O sufixo romeno *-rie* é bastante complexo, pois, conforme S de-anu (1962, p. 53) e Slave (1962, p. 164-166) há casos em que é a composição de dois sufixos: *-ar* (*nomina agentis* de origem latina) + *-ie* (formador de coletivos de origem grega), por exemplo: *brut rie* = *brut r*+ *-ie*. Por outro lado, há casos em que o sufixo é originário do latino *-ria*, (forma feminina de *-rius*), por exemplo, em: *argint rie*. E, ainda há ca-

tos nos quais é difícil saber como se formou a palavra, por exemplo, tanto pode ser *ar m rie* = *ar m r* + *-ie* ou *ar m* + *-rie*.

Já o sufixo *-ime* no romeno é originário, segundo S deanu (1962, p. 56) e Carabulea (1959, p. 65), do sufixo latino *-imen*, e é formador de nomes coletivos, tendo como equivalente no português, o sufixo *-ume*, por exemplo em palavras como *negrume*.

O sufixo *-oare* no romeno, de acordo com S deanu (1962, p. 58) e Popescu-Marin (1962, p. 175-177), é originário da forma feminina do sufixo latino *-or*, *-orem*. Forma nomes substantivos a partir de verbos da terceira conjugação no particípio, analogamente ao sufixo *-ora*, *-dora*, *-tora* em português.

Conforme S deanu (1962, p. 52) e Slave (1962, p. 163-166), o sufixo romeno *-ie* é de origem grega, *-I* e provavelmente foi introduzido na língua romena por meio da sua forma latina *-ia*, com a função de formar derivados coletivos, assim como o sufixo *-ia* no português.

Sobre o sufixo *-eanu* nada foi encontrado além da indicação de formador de nomes próprios e nomes de família obtida em Rauta (1947, p. 236). Os seus dois únicos exemplos tomam como base substantivos locativos, o que o faz se assemelhar aos sobrenomes do tipo *da Mata* em português, que também podem ser obtidos em nossa língua por meio dos sufixos *-an* e *-ão*, por exemplo, *Florestan* e *Aldeão*. Dada a semelhança propôs-se a hipótese que seja proveniente do sufixo latino *-ŷius*.

O sufixo *-tate*, específico na formação de derivados abstratos com idéia coletiva, de acordo com S deanu (1962, p. 58) e , é proveniente do sufixo latino *-tatem*, que originou no português o sufixo *-dade*, com a mesma equivalência funcional.

O sufixo romeno *-ur* , de acordo com S deanu (1962, p. 50) e Seche (1962, p. 187-188), é originário do latino *-ura* na formação de substantivos abstratos deverbais e o autor considera *-tur* uma variante do mesmo sufixo, por exemplo: *b t tur* < lat. *battitura*, *leg tur* < lat. *ligatura*. Desse modo, uma equivalência no português seria o sufixo *-ura*, em palavras como: *queimadura* e *atadura*.

O sufixo *-ist* é proveniente do latim *-ist* ¹ que por sua vez provém do grego *-IM*, seu equivalente é o sufixo *-ista* na língua portuguesa. Atua não somente sobre bases verbais, mas também e, sobretudo, em bases nominais. Suas derivações além de nomes substantivos também podem atuar como adjetivos, não apenas na língua romena, mas nas línguas

românicas em geral, no entanto Rauta (1947, p. 236) apenas o indica como formador de substantivos no romeno.

Já o sufixo *-aj* em romeno, para Ciompec (1959, p. 51-54), é originário do sufixo francês *-age*, cuja origem é o latino *-aticus*, correspondendo, dessa forma, ao sufixo *-agem* da língua portuguesa. Segundo Ciompec (1959, p. 53), pode haver certa confusão com o sufixo *-agiu* no romeno, pois sua procedência é do sufixo francês homônimo *-age*, cuja origem é a terminação latina *-agium*.

3. Alguns sufixos formadores de adjetivos no romeno

De maneira similar, obtiveram-se os seguintes sufixos formadores de adjetivos na língua romena:

- a) *-abil*, exemplos: *culpabil* ‘culpável’ (*culp* ‘culpa’), *navigabil* ‘navegável’ (*a naviga* ‘navegar’). Origem: *-bilis* (latim). Equivalência no português: *-ável*.
- b) *-re*; exemplo: *vorb re* ‘tagarela’ (*vorb* ‘palavra’). Significado: Exagero, muito. Origem: hipótese: *-ar* + *-e* (*nomina agentis* + diminutivo). Equivalência no português: *-eiro*, *-ista*.
- c) *-esc*, exemplos: *ceresc* ‘celeste’ (*cer* ‘céu’), fr *esc* ‘fraterno’ (*frate* ‘irmão’), *românesc* ‘romeno’. Significado: Proveniência. Origem: 1. *-lko* (grego) > *-iscus* (latim); 2. *-iscus* (ilírio), por exemplo, *syriscus* < *Syria*; 3. *-isk* (germânico), por exemplo, *frankisk*. Equivalência no português: *-esco*, *-este*.
- d) *-e*; exemplos: *glume* ‘brincalhão’ (*glum* ‘brincadeira’), p *dure* ‘silvestre’ ou ‘selvagem’ (p *dure* ‘bosque’). Origem: hipótese: 1. *-ittus* (latim) > masculino *-et* ou *-ete* (francês); 2. *-ester*, *-estris* (latim).
- e) *-iu*, exemplos: *auriu* ‘dourado’ (*aur* ‘ouro’), *castaniu* ‘castanho’ (*castan* ‘castanha’), *portucaliu* ‘alaranjado’ (*portucal* ‘laranja’). Origem: hipótese: *-ius*, *-ium* (terminações latinas). Equivalência no português: *-io*, por exemplo em: sábio, notório, algárvio.
- f) *-nic* / *-ic*, exemplos: *darnic* ‘generoso’ (*dar* ‘presente’), *casnic* ‘caseiro’ (*cas* ‘casa’), *obraznic* ‘insolente’ (*obraz* ‘cara’), *puter-nic* ‘forte’ (*putere* ‘força’), *zilnic* ‘diário’ (*zi* ‘dia’). Origem: 1. *-nic* (eslavo); 2. *-ic* < *-icus* (latim) < *-ikos* (grego). Equivalência no

português: *-ico*.

- g) *-os*, exemplos: *fricos* ‘medroso’ (*fric* ‘medo’), *mincios* ‘mentiroso’ (*minciun* ‘mentira’). Origem: hipótese: *-us* (latim). Equivalência no português: *-oso*.
- h) *-u*; exemplos: *cludu*; ‘morno’ ou ‘quentinho’ (*cald* ‘quente’), *drag*; ‘caro’ ou ‘querido’ (*drag* ‘amado’), *micu*; ‘pequenino’ (*mic* ‘pequeno’), *ru*; ‘ruinzinho’ (*ru* ‘ruim’). Significado: graduação redutiva. Origem: hipótese: *-us-culus* (latim). Equivalência no português: *-ucho*, *-inho*.

Conforme Ciompec (1962, p. 132) e Iliescus (1959, p. 85), o sufixo romeno *-abil/-bil* é originário do latino *-bilis*, é deverbal, formando adjetivos a partir do tema do particípio da terceira conjugação. Pode-se inferir que o sufixo romeno é equivalente ao *-ável* no português.

De acordo com Ciobanu (1959, p. 105-106), a origem do sufixo *-esc* é controversa, podendo ser proveniente do grego *-lko*, penetrando na língua romena por meio do sufixo latino *-iscus*, como também é exposta a possibilidade de provir do sufixo ilírio *-iscus*, e ainda de sua possível proveniência do sufixo germânico *-isk*. De qualquer forma o sufixo indica proveniência, por isso foi associado ao *-esco* no português, cuja origem é grego *-lko*, por via do latim *-iscus*.

Ao lado do sufixo *-nic*, que segundo Bassetto (2001, p. 162) é de origem eslava, colocou-se o sufixo *-ic*, cuja origem é o sufixo grego *-icos*, por meio do latim *-icus*, tendo o *-ico* como sufixo equivalente no português. Tal adendo foi feito ao constatar-se no dicionário Mocano (1981) palavras como *titanic*, *teutonic*, *tonic*, ao lado de palavras como *erotic* e *atlantic*, derivadas com o mesmo sufixo *-ic*.

Infelizmente, para os demais sufixos adjetivais não puderam ser encontrados materiais diretos de apoio à pesquisa senão as indicações de função semântica fornecidas por Rauta (1947, p. 236-237), e com isso foram elaboradas as hipóteses baseadas em comparações com a língua portuguesa, castelhana e francesa, auxiliadas por dicionários etimológicos destas.

4. Considerações finais

Assim, utilizando os dados anteriormente expostos, pode-se observar: nas origens dos 23 sufixos substantivais analisados constata-se

que 14 são provenientes diretamente do latim, 4 são provenientes do grego, mas pelo menos 3 deles via latim; e 3 deles provenientes do latim via francês; indicando que dentre os 23 sufixos analisados, 20 são provenientes do latim (direta ou indiretamente), ou seja, 86% dos sufixos formadores de substantivos. Analogamente, nas origens dos 8 sufixos adjetivais analisados constata-se que 4 são provenientes diretamente do latim, um deles é uma composição de sufixos de origem latina, e um deles é proveniente do latim via francês; indicando que dentre os 8 sufixos analisados 6 deles, que representam 75%, são sufixos formadores de adjetivos são provenientes do latim (direta ou indiretamente).

Embora a influência das línguas eslavas na morfologia do romeno seja bastante evidente, este estudo mostra que, direta ou indiretamente, a maioria dos sufixos mais produtivos no romeno, tal qual no português, é proveniente da via latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSETTO, B. F. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: Edusp, 2001.

CARABULEA, E. -ame i -ime în limba română . *Studii i materiale privitoare la formarea cuvintelor în limba română* . Bucuresti: Academiei Republicii Populare Române – Institut de Lingvistic din Bucure ti, 1959, vol. I, p.65-75.

CIOBANU, F. Sufixul adjectival -icesc. *Studii i materiale privitoare la formarea cuvintelor în limba română* . Bucuresti: Academiei Republicii Populare Române – Institut de Lingvistic din Bucure ti, 1959, vol. I, p. 101-121.

_____. Categoriile semantice de sufixul -ar în limba română . *Studii i materiale privitoare la formarea cuvintelor în limba română* . Bucuresti: Academiei Republicii Populare Române – Institut de Lingvistic din Bucure ti, 1962, vol. III, p. 143-154.

CIOMPEC, G. Sufixul -aj. *Studii i materiale privitoare la formarea cuvintelor în limba română* . Bucuresti: Academiei Republicii Populare Române – Institut de Lingvistic din Bucure ti, 1959, vol. I, p. 51-64.

_____. Variantele sufixelor -ant/-ent, -an ;/-en ; din limba română . *Studii i materiale privitoare la formarea cuvintelor în limba română* . Bucuresti: Academiei Republicii Populare Române – Institut de Lingvistic din Bucure ti, 1962, vol. III, p. 143-154.

CONTRA(+).E. Sufixul -et. *Studii i materiale privitoare la formarea cuvintelor în limba română*. Bucuresti: Academiei Republicii Populare Române – Institut de Lingvistic din Bucure ti, 1962, vol. III, p. 155-162.

COROMINAS, J. *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Madri: Gredos, 1954.

D N IL , M. Sufixul -mente în limba română . *Studii i materiale privitoare la formarea cuvintelor în limba română* . Bucuresti: Academiei Republicii Populare Române – Institut de Lingvistic din Bucure ti, 1960, vol. II, p. 185-198.

DEX online. Dic țonare ale limbii române. <http://dictionare.edu.ro/>

DOBRINESCO, G. *Gramática da língua romena*. Rio de Janeiro: Prezença / Edusp, 1978.

FRINTA, A. *Bulharko- eský Slovník*. Praga: Nakladatelství eskoslovenské Akademie Věd, 1959.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. (Orgs.). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-ROM, v. 1.0.

ILIESCU, M. Sufixul adjectival -bil în limba română . *Studii i materiale privitoare la formarea cuvintelor în limba română* . Bucuresti: Academiei Republicii Populare Române – Institut de Lingvistic din Bucure ti, 1959, vol. I, p. 85-99.

IONA(+).E. Sufixele -ar i -a la numele de agent. *Studii i materiale privitoare la formarea cuvintelor în limba română* . Bucuresti: Academiei Republicii Populare Române – Institut de Lingvistic din Bucure ti, 1959, vol. I, p. 77-84.

LÁSZLO, D. *esko-Ma 'arský Slovník / Cseh-Magyar Szótár*. Praga: Akadémiai Kiadó, 1960.

LE PETIT ROBERT. *Dictionnaire de la langue française*. CD-ROM.

MOCANU, P. *Dictionar român-portuguez*. Bucure ti: (+)in țific i enciclopedic , 1981.

PIETRIANU, M. Sufixul -an. *Studii i materiale privitoare la formarea cuvintelor în limba română* . Bucuresti: Academiei Republicii Populare Române – Institut de Lingvistic din Bucure ti, 1960, vol. II, p. 93-100.

POPESCU-MARIN, M. Sufixele -oare i -toare (- toare, -etoare, -itoare). *Studii i materiale privitoare la formarea cuvintelor în limba română* . Bucuresti: Academiei Republicii Populare Române – Institut de Lingvis-

tic din Bucure ti, 1962, vol. III, p. 175-186.

RAUTA, A. *Gramática rumana*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1947, p. 234-237.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. Madrid: Real Academia Española, 1984. CD-ROM

S DEANU, F. Sufixele colective dim limba rom \mathfrak{h} cu special privire asupra reparti ței lor. *Studii i materiale privitoare la formarea cuvintelor în limba rom \mathfrak{h}* . Bucuresti: Academiei Republicii Populare Romîne – Institut de Lingvistic din Bucure ti, 1962, vol. III, p. 41-98.

SECHE, L. Sufixul -ur (-atur , - tur , -etur , -itur , -sur , -tur). *Studii i materiale privitoare la formarea cuvintelor în limba rom \mathfrak{h}* . Bucuresti: Academiei Republicii Populare Romîne – Institut de Lingvistic din Bucure ti, 1962, vol. III, p. 187-196.

SLAVE, E. Sufixele -ie, - rie. *Studii i materiale privitoare la formarea cuvintelor în limba rom \mathfrak{h}* . Bucuresti: Academiei Republicii Populare Romîne – Institut de Lingvistic din Bucure ti, 1962, vol. III, p. 163-174.

STANISŁAWSKI, J. *The great Polish-English Dictionary*. Varsóvia: Wiedra Powsechna, 1969.

STARETS, S. & VOINOVA, N. *Dicionário prático português-russo*. Moscou: Russki Jazyk, 1986.

_____. *Dicionário prático russo-português*. Moscou: Russki Jazyk, 1986.

Studii i materiale privitoare la formarea cuvintelor în limba rom \mathfrak{h} . Bucuresti: Academiei Republicii Populare Romîne – Institut de Lingvistic din Bucure ti, 1959-1962, vol. I-III.

(HTEF NESCU-GOANG , Z. Sufixul -ache. *Studii i materiale privitoare la formarea cuvintelor în limba rom \mathfrak{h}* . Bucuresti: Academiei Republicii Populare Romîne – Institut de Lingvistic din Bucure ti, 1962, vol. III, p. 119-127.

TAGLIAVINI, C. *Le origini delle Lingue Neolatine*. Bologna: Riccardo Patrón, 1964.

VASILIU, L. Derivarea cu sufixe i prefixe în cartea cu $\mathfrak{h}\nu$;tur a diaconului coresi din 1581. *Studii i materiale privitoare la formarea cuvintelor în limba rom \mathfrak{h}* . Bucuresti: Academiei Republicii Populare Romîne – Institut de Lingvistic din Bucure ti, 1959, vol. I, p. 221-259.

**FILOLOGIA:
UMA CIÊNCIA ANTIGA E UMA POLÊMICA ETERNA**

Expedito Eloísio Ximenes (UECE)
eloisio22@hotmail.com

RESUMO

Discutimos aqui alguns conceitos de filologia desde as concepções mais clássicas aos dias atuais com base em vários autores da área. Apresentamos o percurso dos estudos filológicos no Brasil, destacando os principais nomes que trilharam este caminho no princípio de nossa história cultural, a introdução da linguística moderna nos currículos acadêmicos brasileiros e o silenciamento parcial da filologia. Na última década do século XX, houve um ressurgimento visível dos estudos filológicos despertando o interesse de vários pesquisadores, professores e alunos em todo país que começaram a criar grupos de pesquisa, publicar material editado em forma de livros, criar revistas, organizar congressos, seminários e programas de pós-graduação. Tudo isso contribui para o estado atual da filologia no Brasil.

Palavras-chave: conceitos de filologia. Linguística. Estudos filológicos.

1. Introdução

Neste artigo, abordamos um tema que, apesar da sua antiguidade, ainda gera conflitos quanto à sua definição, faltando-lhe consenso sobre seus limites de abrangência. Trata-se da filologia, essa ciência que apaixonou aos que dela se aproximam por sua maneira de abordar o objeto “língua” em suas várias dimensões.

O objetivo aqui é tão-somente fazermos algumas reflexões sobre o tema e sobre o fazer filológico e apresentarmos um panorâmico sobre o desenvolvimento da filologia no Brasil. Entendemos que tais reflexões e informações iluminam o caminho de estudiosos da língua interessados pelos labores filológicos.

Uma função básica da filologia é a recuperação dos textos escritos

em tempos pretéritos, por meio da edição conservadora e a explicação de fenômenos da história e da cultura de um povo, expressos por meio da linguagem registrada nos textos.

A leitura cuidadosa, a recuperação, a edição semidiplomática e a interpretação dos textos levam-nos à necessidade de explicitar dados contidos nos documentos que revelam aspectos linguísticos, históricos, sociais e jurídicos referentes ao tempo que se referem os textos.

Entendemos que só conseguimos conhecer o passado dos povos por meio dos registros deixados por eles. Uma das tarefas da filologia, diríamos, o seu papel principal, é o resgate da produção textual de uma época que possibilita conhecer a história da língua, as possíveis mudanças geradas pelas alterações sociais e, sobretudo, compreender todas as manifestações vividas por uma comunidade, expressas nas entrelinhas dos textos.

Passa-nos longe qualquer pretensão de sanar querelas sobre o tema, porém, faz-se justo trazeremos alguns conceitos que, ao longo da história, perpetraram o pensamento dos estudiosos que tentaram esclarecer o assunto. Logo, vale dizer que ainda não está de todo resolvido o debate, pois, com o passar do tempo, as opiniões se modificaram, ampliaram-se os conceitos, entrecruzaram-se com outras áreas afins, tornando-se complexo o seu entendimento pleno. É o que tem ocorrido em relação à filologia, principalmente quando do seu confronto com a linguística. Mesmo assim, é possível estabelecer os limites de cada uma e reconhecer que a filologia trata das manifestações da língua humana, específica e unicamente, em sua forma escrita. Pelo menos é o que tem se afirmado ao longo do tempo. Aplicam-se, hoje, os recursos tecnológicos avançados ou ainda se mantêm os recursos “antiquados” e, assim, os estudos filológicos são muito amplos e responsáveis não só pela análise puramente de uma língua, mas por todo o contexto que envolve os textos. Portanto, o campo filológico é aberto para uma interpretação linguística propriamente dita que envolve as várias dimensões estruturais de um idioma, mas também leituras extralinguísticas, considerando as condições externas e cronológicas em que o texto foi elaborado.

2. Alguns conceitos de filologia

Como já dito, o conceito do termo filologia é muito amplo e divergente, principalmente, quando no confronto com a linguística. Não

obstante a milenar história do desenvolvimento daquela ciência, ainda há falta de concordância quanto ao seu objeto e ao seu campo de atuação. Como bem ressalta Bassetto (2001, p. 20), “o conceito de Filologia não é unívoco; divergem muitos autores ao defini-la, ao determinar os limites de seu campo de atuação e até seu objeto de estudo”. Por outro lado, Melo (1975) afirma que a filologia é uma ciência perfeitamente caracterizada com métodos e objeto atestados.

Cabe dizer que ela é uma ciência, perfeitamente caracterizada, com seu objeto formal nitidamente estabelecido, com seus métodos próprios, seguros e apurados, com suas conclusões definitivas. O objeto da Filologia é a forma de língua atestada por documentos escritos. (MELO, 1975, p. 22).

Pelo exposto, vemos que a falta de consenso gira no próprio seio da filologia, muito embora já se tenha mais firmeza hoje sobre o seu papel e os seus métodos, mesmo que a questão não esteja plenamente resolvida. É mister registrarmos outras acepções de filologia apresentadas por diferentes especialistas que nos ajudam a compreender quão magnitude e complexidade toma conta desse tema.

A afirmação verdadeiramente correta que devemos ter em relação aos estudos de filologia é que esta não existe sem os textos escritos. É ela uma ciência essencialmente ancorada na tradição escrita, tanto de índole literária nos quais se fundamenta o nascimento dos estudos filológicos, sobretudo nas obras clássicas dos escritores gregos e romanos, como afirma Righi (1967). Mas também em textos não literários de caráter notarial e oficial.

A filologia, em seu significado comum, surge naquela época da civilização grega a qual se pode classificar de helenística ou alexandrina: do século III a.C em diante, quando depois de morto Alexandre Magno, a civilização de língua grega passou ao Egito, que se converteu no empório comercial e industrial, e também cultural mais importante do mundo civilizado; isto é, como centro e capital do mundo ocidental durante três séculos, até que Roma impôs sua hegemonia, quando da batalha de Áccio (31 a.C) (RIGHI, 1967, p. 17).²¹

Quanto aos textos de natureza notarial e oficial, são aqueles pro-

²¹ La filología, en su significado ordinario, surge en aquella época de la civilización griega a la que se suele alificar de helenística o alexandrina: del siglo III a.de J.C. en delante, cuando, después de muerto Alejandro Magno, la civilización de lengua griega pasó a Egipto, que se convirtió en el emporio comercial e industrial, y también cultural, más importante del mundo civilizado; esto es, en el centro y como la capital del mundo occidental durante tres siglos, hasta que Roma impuso su hegemonía, hasta la batalla de Accio (31 a.de J.C.). [Todas as traduções realizadas neste trabalho são de nossa responsabilidade].

duzidos pelos órgãos governamentais nas repartições públicas, pelas cúrias das igrejas, pelos cartórios de registro civil e por outros segmentos da sociedade em períodos históricos diferentes. Tais textos se definem pela função social que exercem em diferentes setores da vida pública e privada, os quais se classificam em vários gêneros, como: testamentos, escrituras, inventários, certidões variadas, registros de compra e venda, registro de nascimento e de óbitos, registros de queixa-crime, autos de defloramento, autos de querela, autos de criação de vilas dentre muitos outros registrados por meio da pena dos tabeliães e escrivães que serviam aos órgãos da administração pública. Esses documentos passam a ser objeto de estudo da filologia, principalmente nos tempos modernos.

A tradição escrita no Brasil é muito recente e remonta a pouco mais de 500 anos com a chegada dos portugueses e suas primeiras ações na conquista do novo mundo; atesta isso, por exemplo, a carta de Pero Vaz de Caminha como primeiro texto escrito em terras brasileiras. A prática de escrever nos primeiros séculos de nossa história era totalmente manuscrita. Houve tipografias criadas no Brasil anterior à chegada da Família Real em 1808, porém, não lograram grandes êxitos, vindo se firmar a primeira tipografia a partir daquela data, isto é, no princípio do século XIX, conforme informa Barbosa (2002). Os primeiros textos eram quase totalmente de caráter oficial, escritos pelas instituições administrativas das esferas pública e privada para os diversos fins. A tipologia textual produzida nesse período pertence àquelas duas esferas administrativas e a elas são acrescentados os textos de caráter particular e familiar. Apresenta Barbosa (2002) os tipos de textos produzidos na época colonial brasileira nas seguintes modalidades:

- a) Administração pública: requerimentos, representações, ofícios, alvarás, cartas (de leis, régias etc.), devassas, relações de viagens, testamentos, certidões etc.
- b) Administração privada: relatórios de finanças, mapas de produção (de fazenda, agrícolas, de pecuária e do extrativismo), mapas de compra e venda, cartas de comércio, missivas de controle interno do clero regular, deliberações capitulares etc.
- c) Textos particulares: missivas (entre familiares, entre amigos, por interesses afetivos), diário etc.²²

²² Estes dados são de Barbosa (2002). Logicamente que muitos outros gêneros textuais – encontrados nos velhos livros da administração portuguesa e guardados nos arquivos públicos – podem ser

De um modo geral, todas as capitânias do Brasil produziram seu acervo documental referente à administração pública e os textos versam sobre assuntos diversos em todos os setores administrativos. Todas elas estavam intimamente dependentes da coroa portuguesa, tornando-se semelhantes no tocante a esse acervo, tanto em relação à comunicação recebida quanto à massa documental produzida aqui, na colônia, com interesses diferentes. Podemos acrescentar uma quantidade de textos que ora se perde nos arquivos, sem a oportunidade de ser lida. Portanto, o papel da filologia e do filólogo é de extrema necessidade em sua função básica de resgatar, editar e salvaguardar, evitando, assim, a destruição material dos textos.

O objeto básico da filologia é o texto escrito, por conseguinte, faz parte também da área de investigação filológica todas as formas de suportes sobre os quais os textos são registrados. Cambraia (2005) denomina esses suportes de matéria subjetiva, tais como: papiro, pergaminho e papel. Nos tempos modernos há uma ampliação de tais materiais como podemos constatar através do filme, disco ótico, disco magnético, fita magnética que são mencionados por Bellotto (2007). No tocante ao papel, que é o material de amplo uso na maioria dos documentos brasileiros, é importante reconhecer a sua composição, a textura, a cor, o seu estado de conservação, enfim, todas as características que envolvem os códigos guardiães dos textos conhecidos na contemporaneidade.

Há, também, outras fontes de conservação da escrita manifestadas em materiais duros, como mármore, metais, medalhas, moedas; outrosim, as paredes dos templos, das casas, dos túmulos, das cavernas em forma de inscrições e datas, manifestações de cunho pessoal em sociedades antigas como a romana, por exemplo. Assim, foram as ruínas parietais da cidade de Pompéia que preservaram as marcas da língua latina falada e escrita pelo povo inculto, por isso denominado de latim vulgar. Portanto, tudo o que possibilita o conhecimento da língua e da sociedade que a utilizou passa a ser de interesse do filólogo, principalmente ao considerarmos a filologia numa visão clássica.

[...] filologia é esse interesse por conservar os textos, esse afã por fixar com exatidão os documentos, por estabelecê-los e documentá-los para poder descrevê-los fidedignamente e reproduzi-los de um modo sensível como depósi-

acrescidos. Assim, temos nomeações diversas, como: de professores, de diretores de índios, de várias patentes, provisões, bandos, cartas de repreensão, de recomendações, avisos, de distribuição de patentes, dentre muitos.

Além dos suportes que detêm os textos, constituem interesse do filólogo os instrumentais empregados no ato de escrever. Berwanger e Leal (2008) apresentam os variados instrumentos utilizados na escrita, quais sejam: estilete, cálam, pincel, grafite de largo uso no passado. Segundo Cambraia (2005), a partir do século XIX surgiram outros instrumentos mais modernos, como: pena de aço, caneta-tinteiro, caneta esférogáfica, lápis e muitos outros que integram os materiais de fixação dos textos escritos. Há, ainda, a matéria aparente, que conforme o autor, é a tinta, sua composição química com base em matéria vegetal, mineral, e animal, que resulta em dois tipos de tintas: a de carbono e a ferro-gálica. Esta última muito utilizada nos manuscritos ainda no século XIX, devido à possibilidade de maior fixação no papel, não obstante o forte poder de corrosão causado pelos ingredientes usados em sua composição à base de noz-de-galha, vitríolo e goma. Cabe ainda observar o tipo de escrita desenvolvido em cada época que atende à sua evolução, do greco-românico ao romano, do gótico ao humanístico. Conforme Spina (1994), esse último tipo começa a vigor em Portugal no século XVI. Nos últimos tempos, com o desenvolvimento dos recursos tecnológicos, passou a predominar o uso da máquina de datilografar e do computador, dispensando-se os estilos de escrita manuais.

Vê-se, portanto, que a concepção de filologia vigente, pelo menos até o século XIX, é de caráter globalizante, mantendo inter-relações com várias outras ciências, pois a compreensão ampla de um texto, seja qual for o seu suporte e o tempo de sua produção, envolvem conhecimentos linguísticos, literários, históricos, geográficos e socioculturais da sociedade que produziu tais textos, além da necessidade de se fazer a interface com outras ciências ancilares como a paleografia, a diplomática, a codicologia, a numismática, a ecdótica, a heráldica, a esfragística, a exegese, a hermenêutica ou mesmo a sigilografia. A compreensão ampla do conceito de filologia não pode prescindir do texto escrito como base fundamental e da transdisciplinaridade como marca característica.

Entretanto, há quem afirme que essa largueza dos estudos filológicos hoje é uma concepção ainda do século XIX, pois a filologia moderna culmina na crítica textual que, por sua vez, aborda a reconstrução

²³ [...] filología es ese interés por conservar los textos, ese afán por fijar con exactitud los documentos, por establecerlos y documentarlos para poderlos describir fidedignamente y reproducirlos de un modo sensible como depósitos de la sabiduría cierta del pasado.

crítica do texto. Assim, podemos definir duas fases da filologia: a clássica e a moderna.

O conceito apresentado por Marquilhas (2008) mostra bem essas duas fases, muito embora tal conceito, a nosso ver, não se desprenda da concepção de filologia no sentido clássico, caracterizada pela ampla dimensão e amplitude que lhe é inerente, fazendo imersões nas disciplinas auxiliares.

Estudo do texto escrito na perspectiva de sua produção material, da sua transmissão através do tempo e da sua edição. O que é essencial no texto que constitui o objeto da *filologia* é o seu registo em suporte material, ficando os textos orais excluídos das preocupações desta disciplina. O termo evoluiu de uma acepção muito lata, romântica, sobretudo, que englobava estudos literários e linguísticos, para o conceito estrito de disciplina concentrada na recriação das coordenadas materiais e culturais que presidiram à fabricação e sobrevivência de um texto escrito. A orientação última é a de preparar a edição do texto, daí que a *filologia* culmine na *crítica textual*. Tem ainda, como disciplinas auxiliares, a *codicologia*, a *bibliografia material*, a *manuscriptologia* e a *paleografia*, segundo as quais se descreve e interpreta a dimensão material do texto: o livro, o documento e a letra que o enformam. (MARQUILHAS, 2008)

Embora tenha minguado o campo da filologia, como afirmado na definição acima, passando da amplitude para a restrição, concentrando-se nas coordenadas materiais e culturais de um texto escrito, culminando na crítica textual, cremos que, nessa perspectiva, torna-se também complexo o sentido de crítica textual. Como fazer crítica textual sem estabelecer relações do texto com outras áreas do conhecimento ao qual ele se insere, sem analisar o contexto e as implicações históricas e culturais que submergem nos textos de qualquer época? Como fazer crítica textual sem a intertextualidade? Se o objetivo da crítica textual é entender e explicar o texto, não pode prescindir de navegar nas plagas da história e da cultura do povo que o escreveu. É fundamental, portanto, termos noções das diversas circunstâncias que rodeiam o texto, tanto no âmbito linguístico quanto no contexto social, histórico-cultural e antropológico. Assim, a nosso entender, há uma transferência conceitual, pois o que era entendido como filologia passa a ser crítica textual com todas as suas vicissitudes.

Seja como crítica textual ou como filologia, as dimensões do conceito abrangem certa amplitude. Não pretendemos atribuir um domínio universal e pansófico à filologia, conforme critica Melo (1975), porém acreditamos na abrangência e largueza desses estudos que trazem, em si, a necessidade de transitar por muitos caminhos, necessidade esta provocada pela criação do espírito humano ansioso e avassalador em busca de ultrapassar limites, como bem afirma Serafim da Silva Neto:

[...] os estudos linguísticos encontravam seu verdadeiro e adequado lugar como parte integrante da história cultural: da cultura como um todo que abrange desde as manifestações transmitidas apenas oralmente, até as mais altas criações do gênio humano. (SILVA NETO, 1960, p. 47)

Resiste também uma velha querela entre linguística e filologia, tendência natural do ser humano em seccionar e separar as coisas, da mesma forma como é feito em relação ao conhecimento em geral, muito embora não seja possível ou, pelo menos, fácil de fazê-lo. Assim, essas duas maneiras de estudar a língua, muitas vezes, se confundem, não raro causam atritos. De fato, caminham *pari passu*, no entanto, se distanciam quanto ao método e às abordagens. Cada uma se dedica do seu modo próprio, cultivando as manifestações da língua humana e obtendo resultados satisfatórios a todos.

Melo (1975), em nota de pé de página, faz a distinção entre uma filologia clássica de larga abrangência e de vasta erudição e a filologia das línguas modernas que se apoia, fundamentalmente, na linguística. Não podemos negar a amplitude que o estudo filológico atinge ao ter como objeto o texto produzido em uma época pretérita, quando nesse são retratados fatos históricos e culturais, crenças e valores de um povo, incluindo também as marcas dos tipos de suporte que nos levam a decifrar e a entender determinado momento da história de uma civilização. O estudo do texto não se restringe à análise de manifestação linguística, muito embora seja um dado imprescindível a se observar com cuidado. Eis, portanto, a magnitude da filologia que, em nosso modo de ver, ainda persiste. A linguística está mais restrita à análise da língua propriamente dita. Para Melo (1975, p. 31), “A palavra *filologia* goza de merecido prestígio decorrente inclusive de sua antiguidade muito maior. A linguística nasceu da filologia e dela não pode prescindir”.

Carreter (1990) também estabelece duas dimensões da filologia: no sentido clássico designa a ciência que se ocupava de fixar, restaurar e comentar os textos literários. No sentido moderno, seu campo se ampliou convertendo-se na ciência que dá conta da linguagem, da literatura e de todos os fenômenos da cultura de um povo ou de um grupo de povos por meio de textos.

Já em relação ao embate com a linguística, o autor diz que esta concentra seu interesse exclusivamente na língua falada ou escrita, utilizando os textos somente como modelos para conhecer melhor a língua, ou seja, não há o entendimento amplo do texto. Assim, o autor distingue o estudo filológico, como aquele de melhor compreensão e fixação de um

texto, do estudo linguístico, o que concentra seu interesse na língua falada ou escrita, mesmo que nessa última modalidade utilize os textos de forma secundária.

A preocupação pela língua falada, de um lado, e de outro, o comparatismo, que opera muitas vezes sem poder apoiar-se em textos escritos, deram origem a uma nova ciência, a linguística, que, com efeito, se confunde com a Filologia. Ambas as ciências estudam a linguagem, porém de distintos modos. A Filologia a estuda com vista a melhor compreensão ou fixação de um texto; a Linguística, por sua vez, centra exclusivamente seu interesse na língua falada ou escrita, utilizando os textos, quando existem ou precisa, somente como modelo para conhecê-lo melhor. (CARRETER, 1990, p. 187)²⁴

Houaiss (2001) apresenta quatro acepções de filologia, que se enumeram a seguir:

1. estudo das sociedades e civilizações antigas através de documentos e textos legados por elas, privilegiando a língua escrita e literária como fonte de estudos.
2. estudo rigoroso dos documentos escritos antigos e de sua transmissão, para estabelecer, interpretar e editar esses textos.
3. o estudo científico do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas, em especial a pesquisa de sua história morfológica e fonológica baseada em documentos escritos e na crítica dos textos redigidos nessas línguas (ex.: filologia latina, filologia germânica etc.); gramática histórica.
4. estudo científico de textos (não obrigatoriamente antigos) e estabelecimento de sua autenticidade através da comparação de manuscritos e edições, utilizando-se de técnicas auxiliares (paleografia, estatística para datação, história literária, econômica etc.).

Vê-se, portanto, que o autor define o objeto da filologia fixando-nos textos antigos, ou não, tendo em vista a edição e o estudo concentrado nesses textos como alvo principal. Os estudos de aspectos da língua referentes à morfossintaxe, à fonologia, ao léxico também podem ser realizados, mas a relevância é o estudo do texto, que se concretiza na edição e na crítica textual, principalmente. O texto editado fornece muitas informações linguísticas fundamentais para se conhecer a história de uma língua, no entanto, ele não se presta somente ao estudo da língua, há de

²⁴ La preocupación por la lengua hablada, de un lado, y de otro, el comparatismo, que opera muchas veces sin poderse apoyar en textos escritos, dieron origen una nueva ciencia, la Linguística, con la que, de hecho, frecuentemente, se confunde la filología. Ambas ciencias estudian el lenguaje, pero de distinto modo. La filología lo estudia con vistas a la mejor comprensión o fijación de un texto; la Linguística, en cambio, centra exclusivamente su interés en la lengua, hablada o escrita, utilizando los textos, cuando existen y los precisa, solo como modelo para conocerla mejor. (CARRETER, 1990, p. 187).

se dar bastante atenção a outros aspectos como as emoções que despertam no leitor e os reflexos do pensamento de seu autor, quando se trata de textos literários, especialmente.

Righi (1967) amplia a caracterização do estudo filológico, tendo o texto como o pivô que move e estimula o pensamento, conduzindo-o para o passado da humanidade e da identidade de um grupo. Além de sustentar o discurso e a estrutura de uma língua.

O estudo da filologia, a vocação filológica levou a fazer descobrimentos, produziu benéficos resultados, fomentou os estudos e o amor à verdade e à beleza. Foi um método e, por conseguinte, um meio para alcançar um fim. O fim (que nunca há de se esquecer) é o de promover a cultura mediante o melhor e mais genuíno conhecimento dos textos que a conservam e lhe dão corpo com vistas às gerações futuras, sendo seu veículo. Sem textos não há estímulo que nos mova a pensar nem a elaborar sequer um pensamento nosso, pois não teríamos ocasião nem modo de explicar-nos, de fazermos refletir sobre nós mesmos, de obrigar-nos a reconhecermos o passado da humanidade, de darmos a sentir sua vinculação com o presente. O texto é o instrumento que fixa materialmente o discurso escrito, e este mesmo discurso escrito é englobado no material que o contém e o incorpora, o certifica e o transmite com sua estrutura gramatical e sintática, com representação orgânica e total: possivelmente, por decifrar, reintegrar, repolir e constituir. E, a continuação, por interpretar.. (RIGHI, 1967, p. 15)²⁵

Estende-se o estudo do texto ao seu contexto muito mais amplo que abrange aspectos políticos, culturais, religiosos, econômicos, dentre outros expressos através da linguagem que possibilita entender as vivências de grupos étnico-sociais e o funcionamento da língua em épocas passadas nas quais os textos foram escritos. Por esta razão a filologia é essencialmente uma ciência interdisciplinar, fazendo-se necessária a relação com as demais ciências afins. Isso faz com que seja atribuído ao termo filólogo o caráter de refinamento intelectual, como nos diz Bassetto

²⁵ El estudio de la filología, la vocación filológica ha llevado a hacer descubrimientos, ha producido beneficiosos resultados, ha fomentado los estudios y el amor a la verdad y a la belleza. Ha sido un método y, por consiguiente, un medio para alcanzar un fin. El fin (que nunca ha de olvidarse) es el de promover la cultura mediante el mejor y más genuino conocimiento de los textos que la conservan y le dan cuerpo con miras a las generaciones futuras, siendo su vehículo. Sin textos no hay estímulo que nos mueva a pensar ni a elaborar siquiera un pensamiento nuestro, pues nos tendría ocasión ni modo de explicarse, de hacernos replegar sobre nosotros, de obligarnos a reconocer el pasado de la humanidad, de darnos a sentir su vinculación con el presente. El *texto* es el instrumento que fija materialmente el discurso escrito, es este mismo discurso escrito englobado en el material que lo contiene e incorpora, lo certifica y lo transmite, con su estructura gramatical y sintáctica, con su representación orgánica y total: posiblemente por decifrar, reintegrar, repulir y constituir. Y, a continuación, por interpretar. (RIGHI, 1967, p. 15).

(2001, p. 23): “Pode-se concluir que o termo ‘filólogo’ denota, quase sempre, uma ideia de refinamento intelectual, de amplos conhecimentos gerais ou específicos, de cultura em geral e de domínio da linguagem em particular”.

A definição de Castro vai ao encontro da concepção anterior. O autor ressalta o texto, a sua manifestação em todos os sentidos, o seu material, o modo de conservação, a escrita e a transmissão desse texto como objeto de estudo da filologia.

Ciência que estuda a gênese e a escrita dos textos, a sua difusão e a transformação dos textos no decurso da sua transmissão, as características materiais e o modo de conservação dos suportes textuais, o modo de editar os textos com respeito máximo pela intenção manifesta do autor. (CASTRO *apud* MEGALE; CAMBRAIA, 1999, p. 1)

Reafirmamos que a tarefa da filologia é o estudo dos textos através da sua transcrição, edição e publicação para se conservar o material e a história da humanidade. Por meio do trabalho de edição do material escrito, esse se presta a vários outros estudos como o da análise da língua e da sociedade como um todo. Conforme bem menciona Lausberg (1963), ao filólogo competem três tarefas, quais sejam: 1) tarefa básica: salvar os textos da destruição material; 2) tarefa central: conservar o sentido que se deve dar ao teor do texto e 3) tarefa de integração e conexão com outros textos. Todas essas tarefas compreendem o teor filológico que tem como seu principal papel o de restabelecer o texto genuíno, editando-o criticamente seguindo os métodos da crítica textual, como atesta Spina (1994).

A Filologia concentra-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado. [...] A explicação do texto, a sua restituição à forma original através dos princípios da crítica textual, constituem aquilo que podemos chamar de *função subjetiva* da Filologia; a Edótica compreende essa operação da crítica textual e a organização material e formal o texto com vistas a publicação. (SPINA, 1994, p. 82)

Righi (1967) apresenta uma longa discussão sobre o papel da filologia e do filólogo. Para ele o verdadeiro filólogo não se limita a reunir e conservar materiais, conhecer os livros pelos lombos e pelas capas, mas sem saber dar uma informação a respeito do conteúdo. O filólogo carece de zelo didático, de fervor de espírito, de conhecimentos de literatura universal, de impulsos elevados inspirados na leitura prazerosa dos grandes poetas e literatos. Deve ter interesse pelos temas que o cercam, como política, religião, justiça e moral, ou seja, deve ter um conhecimento amplo de tudo que envolve a cultura humana. O autêntico filólogo “nada diz às tontas e às loucas, nada que não possa reduzir-se à precisão textual e

mental, que é avidamente solícito.” (RIGHI, 1967, p. 41)²⁶.

Para o autor a importância atribuída ao filólogo é extremamente relevante, não só pela leitura de um texto, que qualquer homem poderia fazer, mas pela capacidade de reconhecimento de qualquer erro ou variação que porventura possa existir, através do seu conhecimento de um texto e de toda a sua tradição.

A reconstrução cognoscitiva requer certamente, repetimos, intuição do autor (entender um texto de Dante, uma tragédia de Shakespeare, um diálogo de Platão, uma página do Evangelho em seu significado mais profundo, tal que pode e deve despertar o interesse de qualquer homem). Porém, para levantar a hipótese de que no texto há de fazer correção ou uma variação é preciso antes de tudo entender o texto e conhecer toda a história de sua tradição manuscrita. Prova dele são as séries de profundas reflexões que os filólogos costumam pôr no início de suas edições dos textos clássicos o u do gênero que sejam. (RIGHI, 1967, p. 35)²⁷

O mesmo aspecto amplo é designado à filologia como inseparável do espírito humanístico. O autor apresenta quatro propriedades e afinidades da filologia, que são as seguintes: 1) requer e atesta, suscita e mantém o espírito de *finesse*; 2) surge e se realiza em presença de uma certeza textual; 3) educa o sentido positivo do concreto, evitando as generalizações, a superficialidade, o diletantismo do que fala de ouvido, ou seja, sem comprovação dos fatos; 4) o sentido filológico é condição necessária e o impulso para a exata evocação e percepção de um feito, de uma ideia que eduque a mente e a habitue a gostar do prazer que produz o aumento do próprio patrimônio espiritual.

A filologia se relaciona conceptualmente com a erudição, que é genérica e abarca tudo sem limites determinados, sem figura precisa; com a *história*, que sem a filologia não pode cumprir sua tarefa, porém não se reduz à filologia; com o *humanismo* que é o espírito animador da filologia, no qual põe, por sua vez, suas raízes; no *sentido estético*, porque sem a precisão textual a beleza nem se percebe, nem se gosta, nem se transmite, nem pode permanecer entre

²⁶ [...] nada dice a tontas y a locas, nada que no pueda reducirse a precisión textual y mental, de las que es ávidamente solícito.

²⁷ La reconstrucción cognoscitiva requiere ciertamente, repetimos, intuición y sensibilidad adecuadas a la altura de la inspiración o del contenido del autor (entender a canto de Dante, una tragedia de Shakespeare, un diálogo de Platón, una página del Evangelio el interés de cualquier hombre). Pero, para sentar la hipótesis de que en el texto se ha de hacer una corrección o una variación es preciso ante todo entender el texto y conocer toda la historia de su tradición manuscrita. Prueba de ello son las series de agudas reflexiones que los filólogos suelen poner al comienzo de sus ediciones de los textos clásicos o del género que sean. (RIGHI, 1967, p. 35).

Outro autor que mencionamos aqui é Swiggers (1998), que avalia as difíceis relações entre linguística e filologia, como também a atitude dos filólogos e dos linguistas. Propõe o autor tomar o termo filologia no sentido muito amplo que envolve três domínios de estudo: 1) o linguístico; 2) o literário; e 3) a edição de textos. Nesse âmbito, a filologia abrange o estudo de línguas, a arte de editar textos e o fazer crítica textual. No sentido estrito, a filologia restringe sua área de abrangência somente à crítica textual.

[...] não é pois senão um resumo da filologia total – visto que ela implica um comentário linguístico e literário -, mas a sua especificidade parece residir na aplicação feita a um tipo particular de objeto: textos que necessitam de uma apresentação ‘crítica’. (SWIGGERS, 1998, p. 5)

No século XIX e início do século XX o ideal da filologia estava relacionado à ideia de comparar, dado ao grande avanço dos estudos de várias línguas por meio da comparação destas em busca da origem da língua-mãe. Neste sentido, compreende-se o papel da filologia no aspecto da comparação.

A filologia é a disciplina que, partindo dos textos – quer se trate dos Vedas da epopeia dos Mahabhhrrata, da Bíblia Gótica, da poesia dos trovadores provençais -, estuda estratos de língua, compara-os a outros estados da mesma língua ou a cortes sincrônicos de outras línguas, a fim de reconstruir a história de uma língua ou de uma família de línguas. (SWIGGERS, 1998, p. 7)

Logo, no século XIX a filologia estava centrada na comparação de estados de língua com a finalidade de estabelecer o parentesco linguístico, descobrir onde ocorriam as mudanças e quais as forças que contribuíam para isso. É naquele século, com o desenvolvimento do comparativismo linguístico, que teve início o ramo das filologias particulares, como a filologia eslava, a germânica, a céltica, a românica. Dessa última, desenvolvem a filologia portuguesa, a francesa, a espanhola, a romena e as demais do ramo das línguas românicas. É também no final do século XIX que começa a crise de identidade da filologia, somando-se, a isso, a

²⁸ La filología se relaciona conceptualmente con la erudición, que es genérica y lo abarca todo sin límites

determinados, sin figura precisa; con la historia, que sin la filología no puede cumplir su tarea, pero que no se reduce a filología; con el humanismo que es el espíritu animador de la filología, en la que echa él, a su vez, sus raíces; con el sentido estético, porque sin la precisión textual la belleza ni se percibe, ni se gusta, ni se transmite, ni puede permanecer entre nosotros. (RIGHI, 1967, p. 45).

grande importância da linguística moderna e do estruturalismo que privilegiava o estado sincrônico das línguas.

O papel específico da filologia passa a se resumir em duas propriedades essenciais e fundamentais, conforme Swiggers (1998): 1) o trabalho sobre textos escritos; 2) o esforço descritivo voltado para os textos. Mesmo que o texto também favoreça à linguística e à gramática histórica, porém a filologia “exige o retorno ao estabelecimento de um texto, com vista a sua edição crítica e/ou a um comentário linguístico”.

O autor estabelece uma relação intrínseca entre filologia e linguística muito necessária para ambas. Para ele a filologia engloba a linguística, e toma como objeto o discurso desta e sua terminologia.

A filologia engloba a linguística, na medida em que é necessário fazer uma filologia da linguística: a filologia toma, então, como objeto o discurso dos linguistas e, de modo bem particular, a sua terminologia descritiva. (SWIGGERS, 1998, p. 14)

Conforme Swiggers, essa é uma filologia metalinguística que se apresenta em três níveis: 1) macroscópico – por meio de dicionários de termos linguísticos estabelecidos a partir de *corpus* linguísticos. 2) microscópico e 3) o que seria uma metafilologia, quando a linguística examina e julga o *corpus* filológico e a prática que esse reflete.

A integração da filologia e da linguística é necessária no empreendimento de lexicologia histórica e nos diversos estudos de história das línguas.

[...] é o trabalho filológico que nos ajuda a reconstruir a perspectiva temporal na história das línguas. A descoberta da cronologia interna é o resultado de um trabalho combinado de filologia e de linguística histórica: é este trabalho que é o fundamento da verdadeira linguística histórica [...] (SWIGGERS, 1998, p. 15)

É por meio da edição dos textos, conservando a língua em seu estado de manifestação, portanto, que se consolida e se diferencia o trabalho filológico. Através da recuperação e edição dos textos muitas outras atividades são realizadas, como a crítica textual e os múltiplos estudos propriamente no âmbito da língua, em todas suas realizações.

A simbiose é perfeita entre as duas ciências, porém, podemos perceber como ambas abordam metodologias diferentes para o mesmo objeto de estudo, ou seja, a língua. Ambas abrangem aspectos diferentes e demonstram importância social imprescindível que devemos considerar sem menosprezo de nenhuma.

Vemos que o caráter abrangente da filologia clássica constitui sua base definicional e metodológica, sobretudo fincada no tripé língua, literatura e cultura. O papel atribuído ao filólogo beira ao exagero quando a este são dadas atribuições divinas, como se refere Vasconcelos (1912, p. 130) ao definir o filólogo e a filologia como “órgão da literatura e instrumento de nós todos, mas principalmente e sublimadamente dos letrados que, apesar de tudo quanto contra eles se tenha dito e se possa dizer, são poderosos obreiros de Deus”.

A filologia moderna não perdeu de todo o seu caráter globalizante, muito embora seu foco não se restrinja mais ao texto literário, abarcando também outras modalidades textuais de caráter diverso. Já na segunda metade do século XX, Silva Neto (1960) aponta uma filologia voltada para outras manifestações textuais além da literária, defendendo uma concepção de língua como um organismo vivo em constante movimento de transformação causado pelo espírito humano.

Daf que a filologia românica do século XX esteja voltada para os dois tipos de expressão linguística: a dos grandes escritores, que procura interpretar, e a das comunidades regionais, que procura recolher. Com ambas se faz a história da língua. (SILVA NETO, 1960, p. 48)

Vemos nessa citação que a ênfase é dada a todas as modalidades textuais, destacando-se duas tarefas importantes da filologia: a edição de textos produzidos por comunidades discursivas diversas e a interpretação dos textos para uma compreensão ampla da língua, inclusive a sua história interna e externa. Ademais, o autor também destaca o papel da crítica textual que consiste na interpretação dos textos dos grandes escritores. Portanto, podemos ver a importância atribuída aos textos escritos de qualquer modalidade para compor o campo de atuação dos estudos filológicos.

O pensamento de Lamas (2009) vem corroborar e ampliar a ideia apresentada quando propõe a unificação de todos os estudos da língua em uma grande dimensão a qual denomina de linguística do texto integral. A nova filologia, digamos assim, proposta por ele, leva a um redimensionamento do conceito de texto em três sentidos: 1) um no sentido unitário, um dito oralmente ou um dito por escrito; 2) texto como atividade e como produto; e 3) texto como totalidade do que é falado, muito além da finalidade literária, embora o texto literário também seja incluído na proposta. Logo, a noção de filologia modernamente concebida, segundo esse autor, é um universo muito amplo que envolve todas as manifestações linguísticas.

[...] esta noção de filologia tem recuperado recentemente, sem nada a ver com o “mercado”. E se tem recuperado para adaptá-la aos novos tempos e aos novos objetivos. Por sua parte, se tem logrado que transcenda definitivamente ao âmbito do literário para ocupar-se de todos os textos; se tem intentado eliminar velhos resquícios de subjetividade e impressionismo, prolongados, por exemplo, na estilística e na crítica textual; e se tem outorgado o papel de nível último e mais concreto de uma linguística integral que dê sentido a qualquer estudo sobre a linguagem, quer seja teórico ou aplicado. Dito de outro modo, se se integra esta filologia embasada nos estudos acerca do texto (para o caso “discurso”) como unidade superior e básica dos estudos [...]. (LAMAS, 2009, p. 24)²⁹

A filologia moderna não perde seu caráter multidimensional, pelo contrário, parece mesmo ampliar suas dimensões quando sai do âmbito do texto literário para englobar todos os gêneros textuais e todas as manifestações da língua, ou seja, uma filologia de estudo integral, conforme palavras do autor.

Trata-se, no fundo, de propor um modelo articulado em que se integrem o cultural, o linguístico e o literário, porém em que também englobem as demais dimensões da linguagem: a cognitiva, a gramatical e a semântica, a sociocomunicativa e a textual, a variação, a aplicação do linguístico a qualquer das esferas da realidade prática, etc. E se trata, também, de um modelo comum para a linguística sincrônica e para a diacrônica. (LAMAS, 2009, p. 24)³⁰

Para Lamas os estudos de filologia, ademais, devem abordar todas as dimensões linguísticas, abarcando conhecimento cultural e conhecimento idiomático tanto no nível sincrônico quanto no diacrônico.

[...] A meu juízo, a atitude filológica corresponde plenamente ao estudo da linguística do texto, em qualquer de suas modalidades ou manifestações particulares, atuais e pretéritas, enquanto ciência que se ocupa da técnica para a explicação do sentido de cada discurso particular, ou o que é o mesmo, enquanto *hermenêutica do dito*. Ocupa-se neste sentido de desenvolver uma téc-

²⁹ [...] esta noción de Filología se ha recuperado recientemente, sin que en ello tenga que ver “el mercado”. Y se ha recuperado para adaptarla a los nuevos tiempos y a los nuevos objetivos. Por una parte, se ha logrado que trascienda definitivamente el ámbito de lo literario para ocuparse de todos los textos; se ha intentado eliminar viejos rescoldos de subjetividad e impresionismo, prolongados, por ejemplo, en la Estilística y en la Crítica Textual; y se le ha otorgado el papel de nivel último y más concreto de una Lingüística integral que dé sentido a cualquier estudio sobre el lenguaje, ya sea teórico o ya sea aplicado. Dicho de otro modo, si se integra esta Filología basada en los estudios acerca del texto (para el caso, “discurso”) como unidad superior y básica de los estudios [...] (LAMAS, 2009, p.24).

³⁰ Se trata, en el fondo, de proponer un modelo articulado en el que se integren lo cultural, lo lingüístico y lo literario, pero en el que también quepan las demás dimensiones del lenguaje: la cognitiva, la gramatical y la semántica, la sociocomunicativa y la textual, la variación, la aplicación de lo lingüístico a cualquiera de las esferas de la realidad práctica, etc. Y se trata, también, de un modelo común para la lingüística sincrónica y para la diacrónica (LAMAS, 2009, p. 24).

nica para a interpretação sistemática e fundada, isto é, de uma *heurística* ou registro de feitos do texto que permitem alcançar determinados sentidos: por exemplo, se ocupa de nos ensinar a ver o sentido de passagens literárias, mas também em textos cotidianos, publicitários, coloquiais, históricos, bíblicos ou jornalísticos, e inclusive os de “descarte”. (LAMAS, 2009, p. 25-26)³¹

Percebemos que a proposta de filologia apresentada por Lamas engloba todas as correntes da linguística moderna, o que parece dissolver, assim, as barreiras entre filologia e linguística. Dessa forma, temos uma ampliação do sentido clássico dos estudos filológicos – o texto, enquanto objeto de estudo –, permanece no centro, porém pode ser de qualquer natureza. Para a análise e interpretação dos textos é necessário penetrar profundamente em todas as vertentes da linguística, por meio de elementos do discurso, da pragmática e da língua, enquanto sistema propriamente dito visto tanto sincrônico quanto diacronicamente. Ademais, o sentido do texto só é integral quando se considera também o contexto extralinguístico e as condições sócio-históricas, culturais, jurídicas, religiosas, econômicas e ideológicas em que o texto foi elaborado.

Seja no sentido clássico ou no sentido moderno, a filologia tem como parâmetro fundamental o estudo do texto em amplas dimensões. Para fazermos uma leitura, por exemplo, de um auto de querrela, de um testamento, de uma receita culinária ou de qualquer texto escrito no período colonial brasileiro, temos que buscar informações da realidade que circunda esses textos, pois tais informações são de várias esferas da vida do homem naquele momento. As relações sociais, como o trabalho, o modo de pensar diante dos fatos, a moral reinante na época, todos os instrumentos materiais usados nas fainas do cotidiano, as funções e os cargos da administração pública, as leis vigentes no contexto, os costumes e os sentimentos religiosos, as práticas da medicina e da justiça, em suma, tudo é revelado por meio da palavra. Tudo é expresso por meio do uso da língua escrita, que mantém uma rede de combinações sintático-semântico-pragmáticas e discursivas que engloba o texto. Os elementos da língua como o léxico, a sintaxe, a ortografia, com suas variações, as fraseologias

³¹ A mi juicio, la actitud filológica corresponde plenamente al estudio de la Lingüística del Texto, en cualquiera de sus modalidades o manifestaciones particulares, actuales y pretéritas, en tanto que ciencia que se ocupa de la técnica para la explicitación del sentido de cada discurso particular, o lo que es lo mismo, en tanto que *hermenéutica de lo dicho*. Se ocupa en este sentido de desarrollar una técnica para la interpretación sistemática y fundada, esto es, de una *heurística* o registro de hechos del texto que permiten alcanzar determinados sentidos: por ejemplo, se ocupa de enseñarnos a ver el sentido de pasajes literarios, pero también en los textos cotidianos, publicitarios, coloquiales, históricos, bíblicos o periodísticos, e incluso de los “de desecho”. (LAMAS, 2009, p. 25-26)

que constituem as tradições discursivas de uma área do saber específico da sociedade, a própria estrutura organizacional do gênero textual que se estuda, tudo isso nos conduz a uma leitura integral do texto.

3. O fazer filológico

O primeiro passo, diríamos, do fazer filológico, caracteriza-se pela recuperação dos textos manuscritos ou impressos, mediante o perigo de destruição material em que esses se encontram. Por meio de transcrição conservadora ou não, edição e publicação, esses documentos passam a ter uma vida longa e a sua divulgação chega ao conhecimento do grande público que lhe dará destinos diversos. Cada área do conhecimento interpreta um texto conforme finalidades específicas, pois os textos oferecem muitas informações e possibilidades de leituras. Assim, um historiador direciona suas leituras para os fatos históricos, um linguista, para manifestações da língua, um sociólogo ou um antropólogo, para dados relativos ao comportamento humano e social. Outros profissionais também poderão encontrar seu objeto de pesquisa nos textos editados.

Cabe ao filólogo escolher o modelo de edição mais conveniente, pois há vários tipos, variando conforme o objetivo de quem edita. Cambraia (2005) propõe os tipos fundamentais de edição que são baseados em dois aspectos: o público-alvo e a existência de edições anteriores. O segundo se propõe a não fazer uma edição repetida ou não atingir o objetivo primordial que é o conhecimento do texto quando este não é adequado a quem se destina, que compreende o primeiro princípio.

Assim, necessário escolher os tipos de edição mais apropriados e os seus objetivos. Se quisermos fazer um estudo da língua, observando todos os seus aspectos em uma determinada época ou em um gênero textual específico, devemos fazer uso de uma edição conservadora que dê conta dos aspectos de interesse. Contudo, se o objetivo é facilitar a leitura para um público maior que visa a perspectivas diversas, pode ser adotado outro modelo de edição não tão conservador.

O autor classifica em duas as categorias de edição, conforme a existência de cópias ou não do texto que se pretende editar. 1) edições monotestemunhais: quando há apenas um testemunho ou cópia do texto a se editar; 2) edições politestemunhais: quando há mais de uma cópia ou testemunho do texto que se pretende editar. São tipos de edições monotestemunhais:

- 1) **edição fac-similar:** É uma edição mecânica e não apresenta nenhuma mediação no texto pelo editor, já que é uma reprodução do original por meios de alguns recursos mecânicos como fotografia, xerografia ou escanerização. Tem a vantagem de ser o texto reproduzido fielmente, porém, por outro lado, é necessário que o usuário ou o público a quem se destina domine a leitura dos manuscritos.

Esse tipo de edição tem como vantagem permitir o acesso ao texto de forma praticamente direta, o que confere ao consulente grande autonomia e liberdade na interpretação do testemunho. Por outro lado, tem a desvantagem de poder ser consultada apenas por especialistas, porque pressupõe a capacidade de se ler um texto na escrita original [...], além disso, costuma ser muito cara. (CAMBRAIA, 2005, p. 91)

Vale dizer que há, modernamente, meios eficientes desenvolvidos pela informática que limpam os excessos de borrões e sujeiras dos microfílmicos gerando uma interferência bastante significativa. A depender de quem usa, poderá levar também a uma deturpação do conteúdo do texto, portanto, há sim, grau de interferência do texto fac-similado, contrariando a definição acima.

- 2) **edição diplomática:** A diplomática tem sua origem na arte de ler os antigos diplomas, ou seja, documentos oficiais nos quais se concediam alguma mercê, direito ou privilégio. É entendida como a arte de avaliar e conhecer com exatidão esses antigos diplomas, distinguindo os verdadeiros dos falsos e dos duvidosos. Para Bellotto (2007), a diplomática surgiu da necessidade de se averiguar a fidelidade dos diplomas medievais.

A diplomática como ciência documentária nasceu da reação do espírito crítico dos homens do século XVII à fidedignidade de certos “diplomas” medievais. O início da atividade diplomática liga-se à investigação sobre falsidade *versus* veracidade desses papéis. Foram, portanto, os estudos de ordem filológica, histórica e teológica dos séculos XVI e XVII que levaram o documento (diploma) a ser submetido a determinado tipo de crítica, surgindo daí a diplomática. (BELLOTTO, 2007, p. 47)

Vemos, portanto, que a edição filológica tem um papel importante de dar veracidade aos documentos por meio de sua investigação. Assim, a edição diplomática consiste numa reprodução fiel e altamente conservadora do documento original, preservando todos os aspectos, erros e borrões do mesmo. Conforme Cambraia,

[...] neste tipo de edição, faz-se uma transcrição rigorosamente conservadora de todos os elementos presentes no modelo, tais como sinais abreviativos, si-

Marquilhas (2008) apresenta o conceito de edição diplomática, acrescentando ressalvas sobre a sobrevivência desse modelo que tende a não ser mais usado dado aos recursos tecnológicos do presente que possibilitam uma cópia mais fiel por meio de fotografia digital ou fac-similar. Afirma a autora que

[...] apresentação fiel de todas as características gráficas de um manuscrito substituindo apenas o texto desenhado por um texto tipografado, com renúncia, portanto, a qualquer esforço interpretativo ou reconstrutivo. Justifica-se quando o texto a editar tem um interesse eminentemente linguístico. Com as possibilidades modernas da técnica fotográfica, a edição fac-similada está a substituir cada vez mais a edição diplomática, sobretudo naqueles casos em que o texto editado tem um valor documental. (MARQUILHAS, 2008)

3) edição paleográfica, semidiplomática ou diplomático-interpretativa: é a edição em que há interferência do editor. Apesar de se manter conservadora, as abreviaturas são desenvolvidas como sinal de intervenção, visando facilitar a leitura por outras pessoas não acostumadas aos manuscritos. Segundo Cambraia (2005), esse tipo de edição é muito comum quando se tratam de textos jurídicos.

Bassetto (2001) classifica a edição diplomático-interpretativa ou semidiplomática como a que “procura facilitar ainda mais a leitura pelo desdobramento das abreviaturas, separação das palavras e colocação da pontuação”. E classifica a edição paleográfica como outro modelo à parte. Para ele a edição paleográfica revela vários pormenores que só um perito pode perceber. Vejamos o que assevera o autor:

A edição paleográfica resulta da transcrição de um manuscrito antigo [...], mais perfeita que a reprodução fac-similada, porque ressalta particularidades do texto e do material que só um perito pode descobrir. Assim, uma edição paleográfica identifica a redação primitiva, vários tipos de pormenores caligráficos, como correções e sinais apostos por revisores subsequentes, as diversas tintas utilizadas, tipos de letras e suas diversas configurações, casos de superposição de duas escritas, retoques, correções e emendas de diferentes épocas. (BASSETTO, 2001, p. 61)

4) edição interpretativa: ocorre quando há um alto grau de interferência do editor. Nesse tipo de edição também são desenvolvidas as abreviaturas e outras operações de mediação.

Assim como na paleográfica, fazem-se operações como desenvolvimento de abreviaturas e conjecturas, mas, além disso, o texto passa por um forte processo de uniformização gráfica e as conjecturas vão além de falhas óbvias, compreendendo intervenções que aproximem o texto do que teria sido sua forma genuína. Esses procedimentos permitem, em primeiro lugar, apresentar o texto em uma forma acessível a um público amplo (já que dificuldades gráficas desaparecem com a uniformização); ademais, oferecem ao público um texto mais apurado, na medida em que vêm claramente assinalados. (CAMBRAIA, 2005, p. 97)

Ao contrário dos textos monotestemunhais, as edições politestemunhais são as que se caracterizam por haver vários testemunhos e são de dois tipos: 1) edição crítica e 2) edição genética.

- 1) edição crítica:** É uma reprodução do texto criticamente definido pela operação *constitutio textus*, que consiste em constituir o texto mais próximo possível do original (quando este não mais existe). É realizada a partir do confronto de várias cópias existentes.

Para Ceia e Marquilhas (2008) a edição crítica pode ser definida como a “publicação de um texto, de tradição ou gênese complexas, segundo os métodos da crítica textual. A edição crítica de uma obra exige-se, sobretudo, para os textos cuja autenticidade seja discutível”.

Para esses autores, os motivos que obrigam a se recorrer ao modelo de edição crítica, estão relacionados à busca de um modelo de edição que seja cientificamente correta, o mais próxima possível do estado original dos autógrafos. Ademais, uma edição crítica apresenta outras vantagens de corrigir erros causados por outros editores. Quando há muitas cópias de um texto, há mais probabilidade de maiores erros e deturpações.

Uma edição crítica pode também ajudar a corrigir erros e deturpações introduzidos pelos editores à revelia dos próprios autores, como aconteceu, por exemplo, com a obra romanesca de Eça de Queirós. Nos textos antigos, as dificuldades aumentam por não existirem edições diversas do mesmo texto revisado pelo autor, pois a maior parte da bibliografia que constitui o legado clássico literário existe a partir de cópias que se acreditam ser autênticas tanto quanto possível. *Uma edição crítica de textos antigos exige, naturalmente, apurados conhecimentos filológicos e históricos para que seja possível uma aproximação à versão original.* (CEIA; MARQUILHAS, 2008)

A edição crítica é o principal objetivo da crítica textual, conforme Silva (2007). Uma edição crítica se realiza em duas etapas: o estabelecimento do texto crítico e a apresentação desse texto. Para o estabelecimento do texto crítico há vários procedimentos que relacionamos a seguir: 1) a *recensio* ou recensão, que consiste no levantamento e cotejo de

todas as fontes ou testemunhos já publicados; 2) *collatio codicum* ou colação, que é a comparação dos diversos códices ou cópias de um texto; 3) *estemática* é a fase que determina a interpretação e classificação das variantes de um texto para a determinação genealógica entre os seus testemunhos. “Consiste no estabelecimento da genealogia do códice, isto é, sua filiação e modo de transmissão” (BASSETTO, 2001, p. 46). 4) *e-mendatio* ou emenda é uma operação que visa à correção do texto. Esta é a parte mais importante do processo de constituição do texto porque corrige os seus erros; 5) a apresentação do texto é a última etapa da edição crítica realizada após todos os outros processos. A edição crítica apresenta um sumário, uma introdução metodológica, o texto estabelecido criticamente, o glossário e as referências bibliográficas.

2) **edição genética:** É uma edição que apresenta, sob forma impressa e na ordem cronológica do processo de escrita, o conjunto dos documentos genéticos conservados de uma obra ou de um projeto, anotados de modo a perceber-se o processo da sua escrita. Na realização de uma edição genética, o editor faz o estudo da gênese de cada testemunho. Segundo Baldwin,

para a *edição genética*, cada testemunho constitui uma individualidade de espaço-tempo, que institui uma nova posição de autor e um agrupamento de sentidos. A edição genética mostra a obra como a escrita de um discurso em processo. (BALDWIN, 2006, p. 117)

Cambráia (2005, p. 105) apresenta também o conceito de edição genética conforme o que se segue: “A edição genética é fruto do desenvolvimento de uma abordagem de crítica do texto literário baseada no estudo da sua gênese”.

Seja qual for o tipo de edição adotado, havemos de ressaltar as múltiplas vantagens nessa tarefa, pois o texto editado cuidadosamente se presta a múltiplos estudos da língua em diferentes âmbitos e sobre vários olhares. Cada vez que entramos em contato com os textos percebemos aspectos linguísticos para objeto de análise e interpretação. Atualmente, com o desdobramento de várias teorias linguísticas, pode-se utilizar o texto de qualquer sincronia para aplicação de métodos e teorias a gosto do pesquisador. O analista do discurso, por exemplo, poderá analisar os documentos com o enfoque centrado no discurso da autoridade governamental, no século XVIII, ou no discurso das minorias que também se sobressaem em tais textos, por exemplo. O estudioso da linguística textual,

por seu turno, encontrará muitos elementos para suas análises, como a tessitura que constitui os textos dos velhos códices, as referências, a organização retórica, o nível de coerência estabelecido entre as partes, os elos coesivos e muitos outros. Nesse sentido, podemos fazer estudo de linguística moderna com textos editados de qualquer época. Assim, filologia e linguística se integram e cumprem o papel de mútua ajuda tão importante para ambas.

No aspecto especificamente filológico engloba-se, ainda, o estudo de etimologia por meio dos documentos que permitem a busca de informações sobre a significação de muitas palavras em contextos diferentes e as datas de seus registros. O estudo de onomástica referente à toponímia e à antroponímia, o estudo de genealogia, o estudo do léxico em vários aspectos e ainda da sintaxe, da evolução histórica da língua dentre tantas informações que o texto oferece.

Não podemos nos esquecer da amplitude filológica que desperta o interesse pelo pensamento filosófico e da sensibilidade que adentra no espírito humano construindo o conhecimento íntegro e verdadeiro de que fala Righi:

[...] para que a filologia cumpra como deve, há de ser adequação a palavra ao espírito, a forma sensível ao pensamento. Então os termos *filologia* e *filológico* expressam um elemento fortalecedor, positivo, constituinte, fecundo e essencial do conhecimento. A filologia é, assim, condição do conhecimento verdadeiro e íntegro. Não é história, nem filosofia, nem erudição. É percepção sensível de um conteúdo sensibilizado em sua forma.³² (RIGHI, 1967, p. 23)''

Além da área específica da linguagem, os textos se prestam como fontes para outras ciências, como a história, a geografia, a arquitetura, a sociologia, o direito para se avaliar as questões sociais, os conflitos, as manifestações religiosas, a situação das classes desprivilegiadas. Por tudo isso a edição dos textos é uma prática necessária, fazendo da filologia uma ciência inter e transdisciplinar, como sempre foi, e que se mantém fiel à sua verdadeira função.

(Continua no próximo número)

³² [...] para que la filología cumpla como debe, ha de ser adecuación de la letra al espíritu, de la forma sensible al pensamiento. Entonces los términos *filología* y *filológico* expresan un elemento fortalecedor, positivo, constituyente, fecundo y esencial del conocimiento. La filología es, así, condición del conocimiento verdadero e íntegro. No es historia, ni filosofía, ni erudición. Es percepción sensible de un contenido sensibilizado en su forma. (RIGHI, 1967, p. 23).

O PROFESSOR DE EJA: ASPECTOS RELEVANTES

Maria Teresa Gonçalves Pereira (UERJ)
mtgpereira@yahoo.com.br

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos no contexto do processo pedagógico. A atuação do professor. Relevância da mediação do profissional consciente das especificidades do público-alvo da EJA. A formação da consciência crítica e do papel do cidadão na sociedade brasileira contemporânea. Reflexões sobre os conteúdos e as estratégias no ensino de Língua Portuguesa: Leitura, Gramática e Produção Textual. Cuidados para que as experiências vividas e trazidas pelos alunos sejam aproveitadas para elaborar formas de ensino eficientes. Respeito à inteligência e à intuição linguística do aluno da EJA, apostando no seu potencial, incentivando-o sempre. Criação de práticas (metodológicas) para que as teorias se concretizem em ações efetivamente dotadas de sentido para os jovens e os adultos.

Palavras-chave: EJA. Ensino. Educação de Jovens e Adultos. Português. Leitura.

Dedico-me à Educação de Jovens e Adultos, desde 2006, com o projeto de pesquisa *Ler, Refletir, Expressar: Uma Proposta de Ensino de Língua Portuguesa para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)*. No ensino em questão, incluem-se a gramática, a leitura e a produção textual. Na época, não me parecia tão ambiciosa a meta pretendida como atualmente. Impulsionava-me um entusiasmo e uma motivação enormes pelo tema. No percurso, esses fatores permanecem, porém, só efetivamente “dentro” da situação, constatamos o tamanho da empreitada e seus muitos problemas, tornando-se necessário resolvê-los ou, pelo menos, considerá-los, tentando minimizá-los. Assim, há um desaceleramento no ritmo, o que se revela até salutar, quando enfrentamos obstáculos que, por si sós, merecem cuidados e estratégias especiais com possíveis soluções para seguir adiante, avançar.

No momento, várias situações relacionadas à EJA me mobilizam, deflagradas por outras com as quais não contava lidar, o que só enriquece a pesquisa.

A minha aproximação com a Educação de Jovens e Adultos deve-se à insistência de um ex-aluno da graduação que lecionava no curso noturno do Colégio Santo Inácio; na época, aluno do Mestrado em Língua Portuguesa da UERJ. Ficamos amigos. Impressionei-me com a sua dedicação ao que fazia. Davi Oliveira do Nascimento lecionava em outros lugares conceituados, mas ao Santo Inácio se referia sempre de maneira especial. Eu desenvolvia uma pesquisa sobre abordagem de textos em colégios públicos e particulares do Rio de Janeiro e ele insistia para que fosse conhecer o trabalho com a EJA. Por absoluta falta de tempo, já que as aulas eram à noite, adiei a ida, até que, um dia, o Davi me convenceu e me dispus a acompanhá-lo. Para encurtar o relato, registro enfaticamente o quanto e como lamentei a demora porque, logo ao primeiro contato, percebi que se avizinhava uma das experiências mais fascinantes e significativas da minha vida profissional. A oportunidade de influir decisivamente na transformação social do indivíduo, com a conseqüente inclusão na sociedade de que faz parte, se tornou uma experiência ímpar que me remeteu a um patamar de gratificação pessoal difícil de alcançar.

Acredito que deve haver a preocupação por parte dos governos de abrirem mais espaços para uma formação específica para professores da EJA, mas também não tenho dúvida de que qualquer professor possa lecionar em tal segmento com excelentes resultados, se se engajar convicto da relevância da causa. A construção da identidade desse docente reside tanto numa situação oficial de aprendizagem institucional como dentro dele mesmo e aflora quando instigada. Assim, o profissional que se compenetrar das especificidades do aluno da EJA e desejar contribuir para a tarefa hercúlea, mas instigante, de ajudar na inclusão social do indivíduo, obterá sucesso.

Um professor deve-se preocupar em educar a si mesmo por meio da autorreflexão de sua prática, do estudo minucioso e da leitura cuidadosa, o que sempre consegue (sozinho ou em instituições). A busca do estabelecimento do diálogo com outros educadores, professores ou não, também se revela produtiva.

Os estudos e as pesquisas não se dissociam das ações para que não caiam no vazio, num “intelectualismo” pretensioso e sem direção, ideias e discussões apenas, sem conduzir aos *fazeres*, para sucumbir no

rol de inúmeras boas intenções.

A transformação social com a respectiva inclusão social requer professores educadores que focalizem com atenção os objetivos em suas práticas pedagógicas, sob a forma de conteúdos teóricos ou em simples conversas informais com seus alunos. A atitude adotada nessas situações servirá de modelo para que tal inclusão se processe mais rapidamente e com resultados permanentes e duradouros.

O trabalho do professor não se limita só à sala de aula, transcende-a. As ações com os alunos da Educação de Jovens e Adultos objetivam o seu estar no mundo, como (con)vivem no dia a dia do trabalho, da família e dos amigos. As experiências não materializam fins meramente “escolares”, em atividades pedagógicas e conteudísticas.

O professor da EJA, mais do que qualquer outro, precisa considerar a sociedade como um espaço de expressão de conflitos. Os jovens e os adultos não se resignam ao seu *status quo*. Se ali estão, é porque desejam resistir à desigualdade e transformá-la, buscando a superação. Então, tal professor os auxiliará no processo, aproveitando suas experiências, o que trazem do seu percurso existencial e propiciando-lhes condições para que a transformação, por meio do aperfeiçoamento, se efetive.

Nesse contexto, torna-se relevante a forma como se apresenta o ensino de língua materna na EJA. O objetivo principal é estudar a língua portuguesa em uso, resgatando o seu papel de instrumento de comunicação, assim como sua função expressiva, associando-a à importância sociocultural do ato de ler. Desse modo, ao dominar o código linguístico em suas variadas manifestações, o aluno faz valer seus direitos de cidadão em quaisquer situações de interação. A língua, não nos esqueçamos, é o símbolo maior da identidade de uma nação.

Dentre as várias funções assumidas, inclui-se obviamente a tarefa de o professor de língua portuguesa na EJA passar conhecimentos teóricos novos, ressignificá-los, cuidar do desempenho oral, bem como aperfeiçoar a escrita.

Historicamente, o ensino de língua está marcado pelo peso da tradição, o que não pode servir de obstáculo para se “dar gramática” na EJA. O conteúdo, no entanto, se subsidia por maneiras claras e objetivas de chegar ao aluno. Não se admite a transferência pura e simples de conceitos gramaticais. Há necessidade de se selecionarem e se redefinirem os conteúdos essenciais para a abordagem e o conhecimento pleno das

estruturas da língua materna em seus aspectos fonológicos, morfossintáticos e léxico-semânticos, sem exageros de subcategorizações teóricas ou terminologias excessivas. De que saberes da língua materna os alunos precisam se apropriar? Reflexões a respeito da intuição linguística e sua caracterização fazem parte de qualquer aula sobre “gramática”. As experimentações linguísticas, por meio de exemplos de aplicação do que se ensinou, se revelam momentos oportunos para essas discussões. Torna-se essencial um professor bem preparado e com bom senso para mediar tais atividades.

O texto (literário e não literário) ocupará sempre papel de destaque na aula de língua materna. Abordá-lo não é tão fácil quanto parece. Trabalhá-lo qualitativamente requer cuidados. O aluno deve considerá-lo fisicamente como o produto do entrelaçamento dos planos da língua e expressivamente como o trabalho de estilo de um autor. Na discussão entram os diferentes tipos de gêneros textuais e suas características, assim como a consciência de que o texto pode ser oral ou escrito; o importante é que seja um todo significativo com qualquer extensão.

Frente a um texto, deve-se estimular os alunos a que falem sobre sons, palavras, frases, parágrafos, enredos, personagens etc., reconstruindo suas experiências como usuários da língua. O professor reorganiza as observações e posicionamentos, vivenciando a língua materna em diferentes níveis. Cada um, a seu modo, apropria-se dela, estimulados por uma seleção de textos adequada e instigante.

Ampliando a questão, o professor da EJA considera a leitura (intensiva e extensiva) como objeto de qualificação social, atentando ao potencial crítico que confere ao indivíduo, além de instrumento de saber e prazer.

Estimula-se a leitura de obras completas. Na sua impossibilidade, porém, os textos proporcionam práticas leitoras criativas, bastando a mediação adequada.

Valoriza-se a estética da leitura pelo texto literário (poesia e prosa). A palavra se potencializa, se apresenta polissêmica e o aluno desenvolve sua sensibilidade. Acostumar-se à literatura é um desafio que o professor de EJA tem de se impor. A identidade cultural do país está representada pelos seus autores, o gênero humano desfila pelos vários tipos de textos.

Contemplam-se linguagens próximas, como a do cordel, sem sub-

estimar as manifestações populares, essência e memória de uma nação. É essencial que a diversidade cultural se mostre em sua pujança. A troca de experiências enriquecerá aluno e professor.

Em relação à produção textual, o trabalho com a língua materna insere-se na preocupação de devolver ao ato de escrever sua condição de gesto fundamental de expressão humana. Para que a escrita se torne uma ação natural, o professor deixa entrever para o aluno a relevância da intenção comunicativa da produção textual com a convicção de se ter o que dizer, querer dizê-lo para si mesmo ou para alguém, colocando-se como sujeito de suas próprias palavras.

O professor instiga o aluno a compreender a relação indissociável entre leitura e escrita, explicitada pela virtual facilidade em elaborar um texto após contato regular e contínuo com outros de variadas origens e linguagens.

Transitar entre situações de linguagens, orais e escritas, na sociedade, propicia segurança ao aluno, tornando-o apto a enfrentar quaisquer obstáculos em se tratando de experiências comunicativas.

Para que o professor redirecione sua atuação em relação ao ensino da leitura e da produção de texto, requer ele próprio se conscientizar de sua concepção sobre os gêneros textuais, sobre a linguagem, sobre as práticas sociais de uso da língua em diversos contextos. Deve também familiarizar-se com os processos cognitivos que envolvem as atividades de leitura e da produção de texto, sobre progressão escolar, sobre currículo, dentre outros aspectos.

Além do conhecimento profundo de saberes teóricos, de diferentes práticas pedagógicas, da percepção de como planejar, transferir, avaliar, é essencial que estabeleça relações interpessoais com os alunos, atraindo-os para uma interação plena em que se sintam estimulados e receptivos. A função do professor consiste em fazê-los acreditar que são capazes de construir o próprio conhecimento, como agentes ativos de transformação social, o que transcende os muros da escola, atuando num processo que se prolongará pela vida. Assim, a cidadania plena se torna realidade para esse indivíduo que tanto lutou para conquistá-la.

Não há papel mais importante para o professor que efetivamente participar desse processo. A EJA, então, se mostra o espaço ideal para que tal possibilidade se materialize e se multiplique.

Davi Oliveira do Nascimento faleceu em janeiro de 2010. Deixou-

me a paixão pela EJA. O exemplo de sua atuação em tal segmento é testemunho de como é possível transformar o ser humano pela educação, no caso específico, pelo ensino de sua língua materna.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Projeto de Pesquisa *Ler, refletir, expressar*: uma proposta de ensino da Língua Portuguesa para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). PROCIEÊNCIA/UERJ/FAPERJ, 2009.

O USO DO CELULAR COMO RECURSO PEDAGÓGICO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Regina Cláudia Pinheiro (UECE)

rclaudiap@yahoo.com.br

Marcia Linhares Rodrigues (FA7)

marcialinhaesrodrigues@gmail.com

RESUMO

A tecnologia, difundida no ensino, e a inclusão de recursos tecnológicos, em muitas escolas, já são uma realidade. Porém, há quem discorde do uso, por exemplo, de celulares como recurso pedagógico. Este trabalho, fundamentado, principalmente, em Machado, Lousada e Abreu-Tardelli (2004), Araújo; Arruda (2007), Viana; Bertocchi (2009) e Dieb; Avelino (2009), objetiva perceber o poder de síntese por parte dos alunos ao produzir um resumo e enviá-lo através do site de uma operadora de telefone móvel, utilizando apenas 121 caracteres. A metodologia utilizada para coleta de dados foi uma pesquisa-ação, na qual o professor orientou os discentes do 8º ano do ensino fundamental de uma escola particular em Fortaleza – CE para que lessem um pequeno conto e, utilizando a linguagem internetês, enviassem, através de torpedo, o resumo da história para o celular de um colega de sala e do professor. Os resultados indicaram que os alunos conseguiram resumir e enviar o texto, fazendo com que seu interlocutor compreendesse a narrativa, bem como se mostraram motivados para o estudo, utilizando, como ferramenta, o aparelho celular. Assim podemos concluir que o celular é um instrumento pedagógico poderoso, pois concentra várias mídias, contribuindo para o desenvolvimento de competência comunicativa dos alunos.

Palavras-chave: Celular. Redação. Resumo. Edição. Internetês.

1. Fundamentação teórica

1.1. Uso pedagógico do celular

Desde seu surgimento, em 1973, o celular vem se aperfeiçoando e atraindo, cada vez mais, a atenção das pessoas. Essa atração deve-se, principalmente, à mobilidade e às diversas possibilidades que ele retém, tais como ouvir rádio ou mp3, assistir à TV, tirar fotos, fazer filmes, gra-

var voz, jogar videogame, mandar e receber e-mails ou arquivos, acessar a Internet etc. (ANTONIO, 2010).

Apesar de todas essas facilidades e do apego que, principalmente, os jovens têm a ele, muitas instituições escolares ainda o abominam e o proíbem em suas aulas. No entanto, Segundo Bock (2010, s/p.), “condenado pelos incômodos gerados no ambiente escolar, o telefone celular está prestes a se transformar em um aliado no processo de aprendizagem, segundo um estudo de um grupo de pesquisadores internacionais”. Este estudo, que identifica tecnologias que podem ter forte impacto na educação nos próximos anos, menciona atividades que podem ser realizadas com o celular em sala de aula. Dentre elas, citam-se:

- ✓ gravar trechos de explicações do professor;
- ✓ compartilhar com a turma, por meio de redes sociais e blogs, dados de saídas a campo;
- ✓ usar calculadora;
- ✓ utilizar a agenda para as tarefas;
- ✓ enviar mensagens de atividades para os colegas.

Atentos a essas atividades cotidianas dos alunos com o uso do celular, os docentes devem, ao invés de abominá-los, enfrentar o desafio de ensinar com o aparelho proibido para atrair a atenção de seus alunos e tornar o ensino mais lúdico, pois conforme Monteiro e Teixeira,

o que se pode dizer é que o celular vem dialogando com as culturas as quais possivelmente já estão presentes nas salas de aula e/ou no espaço escolar com uma disposição que pode possibilitar emergir novas culturas e novas práticas pedagógicas. (MONTEIRO; TEIXEIRA, 2007, p. 3)

Considerando essas possibilidades e a atração que ele causa, decidimos usá-lo como ferramenta pedagógica para atrair os alunos na tarefa de ler e escrever e planejamos uma aula em que os alunos possam fazer uso dessa tecnologia. Esse momento didático consta de leitura e produção escrita no qual os alunos devem ler um conto, resumi-lo e enviar para o celular de um colega e do professor.

A seguir, veremos algumas considerações sobre a atividade de resumir textos escolares.

1.2. O resumo escolar

O resumo tem sido uma atividade exigida pelos professores desde muito tempo com o objetivo de averiguar diversas habilidades, dentre elas a compreensão de textos que os alunos leram. No entanto, se até mesmo os alunos de graduação e pós-graduação demonstram dificuldades em produzir resumos (MACHADO; LOUSADA; ABREU-TARDELLI, 2004), o que pensar dos discentes do ensino básico que têm poucas orientações sobre a escrita do gênero. Assim, mesmo quando eles leem e entendem o texto original, têm dificuldades de escrever resumos porque este gênero demanda habilidades que vão além da compreensão do texto original. Nesse sentido, Machado, Lousada e Abreu-Tardelli (2004, p. 13) apontam, como uma das causas dessas dificuldades “a falta do ensino sistemático desses gêneros que seja orientado por um material didático adequado. Frequentemente, os alunos são cobrados por aquilo nunca lhes é ensinado, tendo de aprender por conta própria”.

Leite (2006, p. 11) conceitua o resumo como o ato de “sumarizar a informação” e afirma que ele é “a comprovação de que houve, efetivamente, compreensão da informação a que o sujeito foi exposto”. A autora ainda afirma que o produtor do resumo recorre a dois tipos de estratégias para sumarizar a informação. A primeira, que é a seleção dos conteúdos, consiste em reter as informações mais importantes, tal como se encontram no texto, e eliminar aqueles trechos que não prejudicam a informação fundamental. Já na construção, o leitor reconstrói o texto por meio de generalização ou substituição das informações.

Para suprir as dificuldades citadas acima, Machado, Lousada e Abreu-Tardelli (2004, p. 13) apontam alguns elementos como indispensáveis no gênero resumo escolar/acadêmico. Assim, inicialmente, é citada a compreensão global do texto original como uma importante característica do resumo. Para esse entendimento se concretizar, é importante que o leitor tenha algum conhecimento sobre o autor, como sua posição ideológica e seu posicionamento teórico. Além do mais, saber detectar as ideias mais relevantes para o autor pode contribuir para a produção de um bom resumo. No entanto, as ideias mais importantes podem se diferenciar de leitor para leitor dependendo de seu objetivo. As autoras ainda explicam os procedimentos de sumarização para a produção de um resumo, mostrando o que pode ser apagado. Outro aspecto importante é a articulação das ideias, pois as informações que permanecerão no resumo devem estar conectadas para que o texto não pareça um amontoado de frases soltas. Por fim, as pesquisadoras mencionam a necessidade de

mencionar o autor do texto original, bem como suas ações.

No item seguinte, abordaremos o assunto internetês, pois essa linguagem foi utilizada para produção do resumo produzido em apenas 121 caracteres.

1.3. O internetês

O internetês é uma forma de linguagem que geralmente ocorre através da interação online e mescla características das modalidades oral e escrita. Ele tem sido apontado como vilão em sala de aula, pois foge à norma padrão da língua e, por isso é, geralmente, citado como uma das causas do uso ‘errado’ da língua em atividades escolares. Esse comportamento ocorre, principalmente, por parte de professores e pais que anseiam ver os adolescentes aptos a escrever gêneros mais formais, os quais são demandados em atividades escolares e/ou profissionais. No entanto, pesquisas³³ demonstram que os adolescentes têm consciência de que ela é própria da internet ou de uma escrita mais informal.

As causas mais citadas para justificar o uso do internetês são: agilidade, substituição de elementos paralinguísticos (DIEB; AVELINO, 2009) e estilo. Assim, em alguns gêneros, tais como chat, e-mail, recados, lembretes, o internetês³⁴ entra em cena para atuar numa atividade pragmaticamente eficiente e com propósitos bem definidos, pois conforme Dieb e Avelino (2009, p. 269), “para os adolescentes, o uso da escrita abreviada na Internet facilita muito a comunicação devido à economia de tempo”.

Apesar de alguns trabalhos comprovarem a não interferência do uso do internetês em gêneros que não admitem esse uso e de sabermos que a escola precisa capacitar seus alunos para as mais diversas atividades com a linguagem a fim de que eles possam comunicar-se adequadamente em cada situação, percebemos que os professores ainda têm restrições quanto ao planejamento de atividades de leitura e escrita cujos gêneros demandem essa forma linguagem. No entanto, consideramos que tra-

³³ Podemos citar os trabalhos de Dieb e Avelino (2009) e Santos (2005).

³⁴ Apesar de o termo ter sido criado após o uso se expandir na internet, pesquisas comprovam que gêneros consolidados antes de seu evento já traziam as características do internetês, conforme nos mostra Santos (2005).

balhar como o uso das tecnologias de informação e comunicação seja uma forma lúdica de aprender a língua nas mais diversas situações cotidianas e que pode estimular a leitura e a escrita de adolescentes, pois parte de uma linguagem que, supostamente, eles usam e sabem mais do que seus professores. Assim, resolvemos enfrentar o desafio de ensinar a língua portuguesa a partir de mensagem utilizando o internetês e tendo como ferramenta pedagógica o telefone móvel, conforme será explicitado no item seguinte.

2. Procedimentos metodológicos

Este trabalho, que visa perceber o poder de síntese por parte dos alunos do ensino fundamental ao produzir um resumo e enviá-lo através do telefone móvel, utilizando apenas 121 caracteres, se constituiu como uma pesquisa-ação e foi realizada por se acreditar que os discentes, em algumas circunstâncias, utilizam o celular para diversos fins. Nesse sentido, desmistificamos alguns mitos e utilizamos esse aparelho tão atrativo para os alunos como recurso pedagógico.

Além disso, percebemos que a análise auxiliaria no processo de ensino-aprendizagem, pois, segundo Engel (2000) “a pesquisa-ação procura unir a pesquisa à ação ou prática”, ou seja, é uma forma de melhorarmos nossa prática do dia a dia e criar o hábito de se fazer pesquisa.

Como procedimentos, inicialmente, perguntamos quem portava telefone móvel, mas já esperávamos que todos tivessem; depois, investigamos quais as operadoras eles possuíam para o uso do celular, pois iríamos trabalhar utilizando a operadora OI³⁵ que dispõe de um serviço que envia torpedo grátis pela internet e, como isso, trabalharíamos um pouco de letramento digital nos sites de operadora de celular.

Em seguida, partimos de uma situação comum: dividimos os alunos em dois grupos para ler textos diferentes: “Assim caminha a humanidade”, de Rachel de Queiroz e “A moça tecelã”, de Marina Colassanti. Na sequência, pedimos que os discentes formassem duplas, pois cada par da dupla teria lido um texto diferente e resumiria da forma mais clara e

³⁵ Trata-se de uma das operadoras de telefonia celular mais difundida em Fortaleza-CE, cidade onde a pesquisa foi realizada. Selecionamos essa operadora para o projeto devido a sua expansão entre os fortalezenses e porque ela dispõe, em seu site, de um serviço que envia mensagens gratuitas com 121 caracteres.

objetiva em 121 caracteres para a seu respectivamente par e para o professor. Ressaltamos para os alunos que observassem seu resumo, pois seu colega deveria entender a mensagem recebida, pois a dupla tentaria explicar, sem aprofundamento, o entendimento do texto. Uma vez que a leitura na íntegra é a única forma de ter o conhecimento completo do texto, consideramos que resumir um texto é uma forma de letramento presente no cotidiano dos nossos alunos que precisa ser trabalhada em sala de aula.

No entanto, para que os discentes enviassem a mensagem, solicitamos que eles utilizassem a linguagem do internetês, vocabulário tão difundido entre eles e tão acessível para os seus utilizadores, pois quanto mais facilmente escrevermos no celular, ou em quaisquer meios de comunicação digitais, mais rapidamente poderemos responder à pessoa que nos aguarda.

Em seguida, concedemos um tempo de dez minutos para a leitura, pois os textos são pequenos e encaminhamos os alunos para o laboratório de informática. A princípio, eles subestimaram a atividade, pois achavam que seria muito fácil. Em seguida, colocamos na lousa o nosso número de telefone, pois precisaríamos de todas as mensagens para análise e pedimos que eles entrassem no site da OI para enviar torpedo gratuito. Caso alguém não tivesse a operadora citada, enviaria para o celular do docente e este encaminharia para a pessoa destinada.

A turma é composta por 12 alunos do 8º ano do Ensino Fundamental de uma escola particular em Fortaleza – CE. Como se pode esperar de adolescentes, alguns deles tentaram acessar o Facebook³⁶, porém tivemos de inibir a entrada, pois poderia sofrer alguma interferência na sistematização da pesquisa. Apesar disso, percebemos que o exercício foi realizado de forma tranquila, apenas com algumas dúvidas em relação a enviar mensagens ou como lidar com os erros dos sites.

A fim de sistematizarmos os dados da pesquisa, foram gerados alguns trechos que mostram o resumo e o uso do internetês em relação aos textos propostos, conforme análise apresentada a seguir.

³⁶ Salientamos que, de forma alguma, não somos contra a prática de uso das redes sociais, pelo contrário, temos atividades voltadas para o uso dos vários gêneros envolvidos em tais redes.

3. Análise dos dados

Com relação ao texto *Assim caminha a humanidade*, percebemos que quase todos os alunos mencionaram a temática do problema causado pelo carro, desde sua criação, com a finalidade de transporte rápido, até hoje, com seus transtornos, como o engarrafamento. Esperávamos tal resultado, pois os alunos se concentraram e tiveram objetividade no que foi pedido, no entanto cada pessoa tem sua limitação, logo alguns tiveram um êxito mais rapidamente, outros não, pois conforme declara Leite (2006, p. 11), “o ser humano é capaz de *resumir* as informações a ele oferecidas, mas as pessoas podem ser mais ou menos hábeis, no desempenho dessa atividade”.

O texto a seguir representa a competência de um dos alunos na produção do resumo em 121 caracteres:

“esse texto fala sobre carro que nas cidades esta tendo muitos engarrafamentos por isso que tem avioes e etc.” (Texto 01 – Aluno 01)

Apesar de a grande maioria ter compreendido a temática e conseguido resumir o texto, um aluno não o compreendeu e mencionou somente benefícios do carro. No texto original, o autor menciona rapidamente qual a finalidade da criação do automóvel com suas vantagens, porém esse assunto não era a parte principal. Consideramos natural a atitude do aluno de não reconhecer as informações relevantes e sim, aquilo que lhe foi parecido importante, pois conforme Leite (2006, p. 12), o indivíduo pode aderir àquilo que lhe convém, apegando-se “a aspectos informacionais que lhe chama mais a atenção, mas que são marginais ao cerne do tema em desenvolvimento, e, por esse motivo, desligar-se de outros imprescindíveis à compreensão do núcleo e do todo da informação”.

Com relação ao texto do aluno citado acima, é interessante perceber que o assunto da evolução do automóvel é conhecido e mencionado em jornais, revistas, propagandas e talvez, pelo conhecimento de mundo do discente, ele já tenha inferido afirmações sem ter prestado muita atenção no conto. A própria palavra evolução, colocada pelo aluno, já nos traz uma ideia de desenvolvimento que, conseqüentemente, traz melhorias. Vejamos o trecho produzido pelo aluno:

“fala sobre a evolução do automóvel, de como tudo melhorou e continua melhorando cada vez+. agr esta tudo mt bom” (Texto 01 – Aluno 02)

Segundo Leite (2006), “uma das características do resumo, isto é, do texto que o leitor produz depois de lido o texto-fonte, é a fidelidade a suas ideias”. No entanto, um aluno mencionou sua opinião, descaracterizando o texto original, conforme o trecho abaixo:

“esse texto fala sobre carro que nas cidades esta tendo muitos engarrafamentos por isso que tem aviões e etc” (Texto 01 – Aluno 03)

Outras características do resumo citadas por Machado, Lousada e Abreu-Tardelli (2004) são a menção ao autor e a seus atos. Essa característica serve para declarar que as informações são do texto-fonte. Analisando os resumos produzidos pelos alunos, pudemos perceber que somente um aluno faz menção ao autor do texto resumido, bem como aos seus atos, mesmo que esse discente não tenha citado o nome do autor. Ao mencionar a expressão “texto fala”, percebemos que o aluno quis mencionar uma autoria e anunciar que as ideias são de outrem, conforme texto abaixo:

“texto fala q caro esta acabando com a cidade e ele a um ex dizendo q ate a rainha n anada de caro e de cavalo”. (Texto 01 – Aluno 04)

Com relação ao internetês, observamos que seu uso no mesmo texto foi pouco usado. Apesar de a professora ter orientado, mencionando exemplos de usos do internetês, somente três alunos utilizaram essa linguagem e poucas vezes. Resolvemos utilizar o internetês, porque novas tecnologias emergem a cada dia e, conseqüentemente, novas formas de linguagens. Com a rapidez da internet, ele foi assimilado rapidamente pelos jovens, transformando-se em uma preocupação para muitos professores de língua portuguesa, pois, segundo Souto e Silva (2008, s/p.), a linguagem do internetês “é adquirida com o convívio com o mundo virtual e também com a telefonia celular, já que estes códigos também são utilizados nas mensagens de texto da telefonia móvel”. E nosso dever como educador é desenvolver novas metodologias e fazer uso das novas formas de comunicação em sala de aula, de forma a integrar o aprendizado ao mundo no qual nossos alunos e os docentes estão inseridos. Acreditamos que a não utilização deveu-se ao fato de os alunos estarem elaborando atividades escolares e acharem que o internetês é uma linguagem que não se deve usar na escola, desmistificando a noção de que os alunos utilizam o internetês em gêneros mais formais exigidos pela escola. Outro fator a ser considerado é o fato de essa linguagem ser utilizada para agilizar a comunicação, o que não havia necessidade naquela tarefa, já que a professora não delimitou um tempo o seu cumprimento. Abaixo

seguem os usos do internetês por parte dos alunos:

Q – que + - mais Ex – exemplo Agr - agora N – não Mt - muito Hj – hoje

Com relação ao texto “A moça tecelã”, de Marina Colasanti, constatamos que todos os alunos mencionaram a temática do conto: a moça que tecelava tudo que queria e até um marido, porém este pedia-lhe tantas riquezas que ela o desfez. No exemplo abaixo, o discente até caracterizou aquilo que a moça poderia tecer e escreveu a parte mais inusitada do conto, na qual o marido de tanto exigir e esquecer-se da esposa, acaba sendo desfeito pela moça. No caso, o que chamou a atenção do discente era uma parte importante no conto.

“Tudo q a mulher queria aparecia (marido, palácio, peixe), ela vivia tecendo. No final ela destruiu o marido q tudo pedia.” (Texto 02 – Aluno 05)
--

Percebemos, no entanto, que apenas um aluno opinou mais que resumiu, sendo condizente com as declarações de Leite (2006) quando afirma que “as pessoas “selecionam” e “apagam” informações a depender de motivações que lhes são próprias e não, necessariamente, a depender do que é mais ou menos relevante no texto”. Aqui, o discente selecionou aquilo que ele achou mais importante.

“a vida da moca era tecelar e tecelando ela dava vida aos seus sonhos” (Texto 03 – Aluno 06)

No exemplo seguinte, o discente conseguiu articular as partes do texto, demonstrando que compreende a importância da coesão em um texto, pois segundo Machado, Lousada e Abreu-Tardelli (2004, p. 45) “para que um resumo seja claro e coerente, é preciso indicar as relações entre as ideias do texto”.

“a moca tinha poder de tecer e vira real ela teceu um marido q aproveitou seu poder, mas ela o matou e viveu bem” (Texto 04 – Aluno 07)
--

Observamos que o uso do internetês nesse texto foi utilizado somente em quatro ocorrências. Conforme mencionado anteriormente, acreditamos que os alunos, por estarem em ambiente escolar, ficaram inibidos para usar o internetês, o que desfaz a premissa de que a linguagem da internet é transportada para textos escolares que exigem uma norma padrão. Assim, estes não se sentem à vontade para utilizar na escola, as

diversas linguagens, “aprendidas” fora deste ambiente. Vejamos as ocorrências a seguir:

Q -	que
Td -	tudo
Dps -	depois
Cd -	cada

Q -	que
Td -	tudo
Dps -	depois
Cd -	cada

Além disso, foi possível perceber que alguns discentes, principalmente aqueles que usam esporadicamente a internet, tiveram uma dificuldade de aprender a lidar com os erros do site da operadora do celular, que, muitas vezes, expira o tempo de enviar a mensagem ou frequentemente dá erro ao enviar. Assim, alguns recursos como copiar e salvar precisou ser ensinado aos alunos para eles não perderem seus resumos. Percebemos, com isso, que essa atividade foi importante para desenvolver o letramento digital com o uso do computador e do celular como ferramentas pedagógicas.

4. Considerações finais

Com a inserção das tecnologias de informação e comunicação nas sociedades modernas, as formas de comunicar-se e de adquirir informação se transformaram consideravelmente. Sendo assim, as instituições de ensino precisam mudar sua forma de ensinar para que seus alunos possam acompanhar as mudanças sociais. Este trabalho, que visou contribuir para o desenvolvimento de alunos de uma escola particular de Fortaleza – CE no tocante ao uso do computador e do telefone móvel para aprendizagem da Língua Portuguesa, verificou que os alunos se sentem motivados para realizar atividades com o uso dessas tecnologias.

Nesse sentido, concordamos com Corrêa (2003) que afirma ser o objetivo do uso das inovações produzir um novo contato entre educação e tecnologia, utilizando esta para uma mediação de determinada prática educativa, como forma de elucidar, de forma atraente, o ensino e possibilitar a formação de competência no aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, J. Novas tecnologias da informação e da comunicação: novas estratégias de ensino/aprendizagem. In: COSCARELLI, C.V. (Org.). *Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 43-50.

ANTONIO, José Carlos. Uso pedagógico do telefone móvel (Celular), *Professor Digital*, SBO, 13 jan. 2010. Disponível em: <<http://professordigital.wordpress.com/2010/01/13/uso-pedagogico-do-telefone-movel-celular/>>. Acesso em: 01-11-2011.

BOCK, M. Pesquisa sugere utilização do celular como ferramenta pedagógica na sala de aula. *Zero Hora*, 2010. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2010/06/pesquisa-sugere-utilizacao-do-celular-como-ferramenta-pedagogica-na-sala-de-aula-2937862.html>>. Acesso em: 30-10-2011.

DIEB, M.; AVELINO, F. C. B. Escrevo abreviado porque é muito mais rápido: o adolescente, o internetês e o letramento digital. In: ARAÚJO, J. C.; DIEB, M. (Orgs.). *Letramentos na Web: gêneros, interação e ensino*. Fortaleza: UFC, 2009, p. 264-282.

COLASSANTI, M. A moça tecelã. In: QUINTANA, M et al. *Deixa que eu conto*. São Paulo: Global, 2003.

ENGEL, G. I. Pesquisa-ação. *Revista Educar*, Curitiba, n. 16, p. 181-191, 2000.

LEITE, M. Q. *Resumo*. São Paulo: Paulistana, 2006.

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. *Resumo*. São Paulo: Parábola, 2004.

MACHADO, A. R. Revisitando o conceito de resumos. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. *Gêneros textuais & ensino*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 138-150.

MONTEIRO, S. C. F.; TEIXEIRA, T. C. C. Imagens e práticas pedagógicas no cotidiano das escolas: o celular nas classes de alfabetização. *Revista Teias*: Rio de Janeiro, ano 8, nº 15-16, jan./dez.2007.

QUEIROZ, R de. Assim caminha a humanidade. In: QUINTANA, M et al. *Deixa que eu conto*. São Paulo: Global, 2003.

SANTOS, E. M. Chat: E agora? Novas regras – Nova escrita. In: COS-

CARELLI, Carla V.; RIBEIRO, Ana E. (Orgs.). *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2005, p. 151-183.

SOUTO, A. A.; SILVA, S. M. T. A retextualização e o uso do internetês como prática escolar. *Anais do 2º Simpósio de Hipertexto e Tecnologias na Educação*. Recife - PE, 2008. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/nehte/simposio2008/anais/Alex-Souto-e-Sheila-Maria-Tabosa-Silva.pdf>>. Acesso em: 25-10-2011.

VIANA, C. E; BERTOCCHI, S. Pelo celular... lá na escola!: Mobilidade e convergências nos projetos pedagógicos. *Revista Educarede*. 2009. Disponível em: <http://www.educared.org/educa/index.cfm?pg=revista_educarede.especi ais&id_especial=493>. Acesso em: 26-10-2011.

UMA TESE DE TUPI ANTIGO I

Eduardo Tuffani (UFF e ABRAFIL)³⁷

Navarro, Eduardo de Almeida. *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil.* São Paulo: Universidade de São Paulo. cxi + 436 p. Tese de livre-docência, 2006.

RESUMO

Esta resenha trata de uma tese que consiste num *Dicionário de tupi antigo* (ou tupinambá), de Eduardo Navarro (de 2006 pela USP). Considera-se relevante escrever o texto porque, em se falando de tupi antigo, permanecem questões a serem esclarecidas já que a tupinologia, durante muito tempo, não foi norteadada pelo conhecimento científico.

A tupinologia só assumiu um caráter científico a partir dos anos 30 do século XX. Foi então que alguns estudiosos passaram a se destacar pelas suas contribuições nesse ramo do conhecimento. Não vou aqui arrolar esses pesquisadores, mas não posso deixar de mencionar, num primeiro momento, os professores Frederico Edelweiss e Aryon Dall’Igna Rodrigues, este último entre nós em plena atividade. Nas últimas décadas, o tupi antigo ou tupinambá não foi tão estudado como até os anos 70 do século passado. É por essa razão que a oportunidade de discorrer sobre um trabalho, uma tese de tupi antigo, requer mais tempo no meio acadêmico.

Em primeiro lugar, deve-se esclarecer sobre a natureza do trabalho a ser tratado: é a tese de livre-docência defendida por Navarro na U-

³⁷ Professor Associado do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense: etuffani@vm.uff.br

niversidade de São Paulo (2006). Isto deve ficar claro, pois Navarro mantém há vários anos, em seu *Currículo Lattes*, esse trabalho como livro publicado,³⁸ o que até o início da redação deste texto, 31 de janeiro de 2011, não se justifica, uma vez que, até esta data, o livro não foi publicado.³⁹ Compreendo que Navarro queira divulgar o seu trabalho e que deva fazê-lo, mas não é recomendável dar como publicado um livro que ainda não foi posto à disposição do público. Esse livro pode vir a ser publicado durante a feitura e a publicação deste texto, mas é fato consumado que permaneceu durante anos equivocadamente no *Currículo* de Navarro.

Conheci Navarro há muitos anos. É um homem culto, inteligente, cultor do vernáculo e de outros idiomas, tendo um mérito que ninguém lhe tira: exemplo da autoeducação, estudou muito o tupi antigo pelo manual do Pe. Antônio Lemos Barbosa (1956), estudou a ponto de traduzir de forma satisfatória textos quinhentistas e seiscentistas do tupi antigo ou tupinambá. Para bem desempenhar suas atividades, no entanto, seria bom que Navarro estudasse mais a fundo e desse ao seu trabalho um cunho mais científico. Isto vai ficar mais claro ao longo desta resenha de tese acadêmica. Como exemplo do que foi afirmado, informo que Navarro alterou o título de sua tese de doutorado após a defesa do trabalho, o que é inusitado (1995 a e b). Se não estou equivocado, a alteração foi feita por ocasião do quarto centenário da morte de José de Anchieta. Todos aprendemos errando. Muitos de nós fizemos erratas para os nossos primeiros trabalhos. Navarro, porém, toma atitudes que causam estranheza. Sobre Lemos Barbosa e seu *Curso de Tupi Antigo*, afirmou: “Omitiu, ademais, de sua obra, textos fundamentais para o estudo dessa língua, como os de Léry [...]” (1998, p. xi). Isto não é verdade, pois Lemos Barbosa usou e citou Jean de Léry direta e indiretamente (1956, p. 74, 96, 97, 105, 362 e 446). Mais exemplos serão dados ao longo desta resenha quando forem pertinentes.

³⁸ NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de tupi antigo: a língua brasileira de nossas origens*. Petrópolis: Vozes, 2001. A editora afirmou nunca ter publicado tal livro. Na “Bibliografia” da tese, p. cviii, Navarro apresenta esse título como trabalho inédito! Durante muito tempo figurou no *Currículo* de Navarro como livro publicado (2009).

³⁹ _____. *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global, 2009. É assim que vem atualmente no *Currículo* de Navarro (2011). Isto tudo é desconcertante porque, ao ser indagado sobre o livro, sou obrigado a dizer que ele ainda não saiu e que se encontra no prelo há quase uma década.

A tese é constituída pelo “Dicionário de tupi antigo” (436 p.) e por um longo texto com “Introdução”, desenvolvimento em vários tópicos, “Conclusões” e “Bibliografia” (cxi p.). A exemplo do *Método Moderno de Tupi Antigo*, são numerosas as incorreções, e vale lembrar que o MMTA está na sua terceira edição (2005). Um exame profundo e exaustivo da tese demandaria um tempo considerável, tempo de que não disponho no momento. Assim sendo, intitulei o texto “Uma tese de tupi antigo I”, deixando para outra ocasião o exame do dicionário propriamente dito, que aqui será tratado nos seus pontos principais. Também seria interessante que um especialista fizesse uma crítica serena e construtiva para que se reelaborasse o “Dicionário” à luz da filologia e da linguística.

Como são vários os pontos a serem tratados nas cxi p., decidi levantá-los, seguindo o texto desde o seu início. Logo na primeira página,⁴⁰ folha de rosto, chama a atenção o subtítulo da tese “a língua indígena clássica do Brasil”. Na p. vi, Navarro compara o tupi antigo com o náuatle, o quéchua e o guarani antigo. Por razões culturais e históricas, a comparação até se entende, mas o tupi antigo não foi tão estudado como esses três idiomas, muito menos se manteve como língua viva por largo tempo após a colonização. O tupi antigo persistiu com mais evidência em São Vicente e no Maranhão. A língua falada, porém, logo evoluiu para a língua geral, ou melhor, línguas gerais, no sul e no norte da Colônia. No século XVIII, o tupi antigo caminhava para uma língua morta, e o seu aprendizado estava comprometido, chegando a ser língua quase intraduzível no século XIX.

O “Índice” que vai da p. iii à p. v deve seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, sobretudo na numeração das seções primárias, secundárias, terciárias, etc. (1978 [1964], p. 31-32). Pelas normas da ABNT, não se usa “índice” por “sumário”, como faz Navarro (1978 [1964], p. 43).

Na “Introdução”, p. vi, Navarro vincula o tupi antigo ao Romanismo e ao Modernismo. Com efeito, houve tentativa nesse sentido, mas o tupi antigo só foi “decifrado” a partir dos anos 30 do século XX. Os escritores e os estudiosos anteriores, em sua quase totalidade, confundiam o tupi antigo com o guarani antigo e, sobretudo, com o nheengatu ou tupi moderno. O tupi antigo foi “ressuscitado” porque era letra morta, seus

⁴⁰ Apesar de ser uma tese, e não um livro, não faço uso de “folha”, mas de “página”.

textos eram quase incompreensíveis (ver nota 19 deste texto). Na mesma página, Navarro afirma que o tupi antigo “é a língua indígena brasileira mais bem conhecida”. A língua que tem esse *status* é o guarani antigo, que também foi uma língua indígena brasileira. O guarani antigo se beneficiou de uma ortografia mais precisa e foi mais bem descrito tanto em gramáticas quanto em dicionários.

Nas p. vii e viii, Navarro arrola dicionários de tupi antigo, mas parece ignorar o de Moacyr Ribeiro de Carvalho (1987), o que causa espécie, porque, apesar de suas limitações, é superior a alguns citados nessa tese que é também um dicionário. Tal falta não se justifica num trabalho dessa natureza.

Em “Os estudos de tupi antigo e a crítica estruturalista”, p. ix, Navarro cita o Prof. Mansur Guérios à frente da cadeira de etnografia e língua tupi da Universidade do Paraná. Na p. xiii, diz que tal cadeira se extinguiu nos anos 90. Segundo comunicação pessoal feita pelo Prof. Aryon Dall’Igna Rodrigues, paranaense, discípulo de Rosário Farâni Mansur Guérios, tal cadeira nunca existiu na atual Universidade Federal do Paraná.

Na p. xi, Navarro alude ao início do curso de tupi no Colégio da Bahia em 1556, cujo primeiro professor teria sido Luís da Grã. O primeiro professor foi Antônio Rodrigues (EDELWEISS, 1969 a, p. 74), e, nessa ocasião, Luís da Grã se encontrava na capitania de São Vicente (CARDOSO, 1992, p. 26-27).

Na p. xiii, Navarro diz: “Mesmo Aryon Rodrigues faz extrapolações que não encontram amparo nos autores quinhentistas e seiscentistas.” Se tomarmos os trabalhos dos tupinólogos que se destacaram no século XX, veremos que vários deles erraram e se corrigiram: é assim que a ciência progride. Gostaria que Navarro expusesse as extrapolações do Prof. Rodrigues porque as de Navarro são suficientes para uma quarta edição do *Método Moderno de Tupi Antigo*. A afirmação de Navarro causa surpresa, pois foi o Prof. Rodrigues que pacientemente orientou Navarro para que o seu trabalho tivesse um caráter mais científico, sobretudo auxiliado pela linguística moderna. O MMTA foi elaborado com base no *Curso* de Lemos Barbosa. Lembro-me da sua primeira versão, em formato de apostila, encaminhada ao Prof. Rodrigues, desprovida das correções do próprio Lemos Barbosa (1970, p. 224-228). Navarro, entretanto, não assimilou todos os ensinamentos que lhe foram feitos pelo Prof. Rodrigues.

Ao tratar de tupinismos, p. xiv, Navarro cita “ficar com nhenhém, ficar jururu, ir para a cucuia, chorar as pitangas, etc.”. Certos termos e expressões devem ser evitados pelos tupinólogos, pois possuem etimologias ainda não esclarecidas: é o caso de “nhenhém” e “jururu”. Na mesma página, entre outras palavras, Navarro arrola “pirão”, de origem tupi ou africana, mais provavelmente tupi (Houaiss & Villar 2008 [2001], p. 2223), que, no MMTA, por equívoco, afirma proceder de “pirá”... (1998, p. 546). Também no MMTA apresenta “SAPOTI”⁴¹ como tupinismo (1998, p. 292; 2005, p. 246), quando o termo nem sequer é de origem tupi, mas náuatle (HOUAISS & VILLAR, 2008 [2001], p. 2518). O cúmulo das falsas etimologias cabe a “Ipanema”, “upá-nema ‘lago fedorento’” da quinta lição do MMTA (1998, p. 61-62; 2005, p. 70-71). Segundo Navarro, assim se chamava a lagoa Rodrigo de Freitas (1998, p. 62), mas a lagoa nunca teve essa denominação. A Vila Ipanema era uma homenagem ao Barão de Ipanema, daí o nome do bairro: o topônimo tem sua origem na região de Sorocaba, *Ypanema*,⁴² já que de lá veio o homenageado.

Nas p. xx e xxi, a propósito de Antonio Ruiz de Montoya, Navarro diz: “[...] escreveu o *Vocabulario y Tesoro de la Lengua Guarani (o más bien, Tupi)*, como que identificando o guarani ao tupi ou, ao menos, apresentando-lhes as semelhanças.” Fico perplexo porque, como se sabe, “Ó MAS BIEN TUPI” é um acréscimo do editor, Francisco Adolfo de Varnhagen, na edição de 1876 em Viena-Paris (EDELWEISS, 1947, p. 6; RUIZ DE MONTOYA, 1876 [1639-1640], p. i).

Na p. xxiii, Navarro diz que “arma” está no ablativo, e, assim sendo, o “a” final é longo. Acontece que *arma*, *-orum* é uma palavra latina da segunda declinação, e não da primeira. Como pluralício que é, o ablativo deve ser *armis*. No substantivo *arma*, o *a* final é breve.

Em “Os falantes do tupi antigo: origem, história e distribuição geográfica no passado”, p. xxvii-xxxvii, Navarro trata de oito povos indígenas: tupiniquim, potiguara, tupinambá (da Bahia, do Maranhão e do sul), temiminó, caeté e tupi de São Vicente. Apesar de menos conheci-

⁴¹ Entre aspas vêm os termos com as suas grafias originais de acordo com as edições citadas.

⁴² “IPANEMA *corr.* *Ypanema*, a água ruim, imprestável; o rio sem peixe, ou ruim para a pesca. São Paulo. *Alt. Ipané.*” (SAMPAIO, 1987 [1901], p. 251.) Por motivo de questão didática, estou empregando, com adaptações, menos uso do hífen e inserção de *-y-*, a ortografia adotada por Lemos Barbosa no *Curso de Tupi Antigo* (1956).

dos, seria interessante tratar também dos demais povos falantes do tupi antigo na região da costa brasileira (MÉTRAUX, 1928, p. 12-19). Ao discorrer sobre os tupiniquins, p. xxix, Navarro afirma: “Essas referências a tupiniquins em São Vicente permanecem ainda enigmáticas e somente a descoberta de novos documentos históricos poderá lançar luzes sobre essa questão [!].” É mais do que sabido que os tupis de São Vicente também eram chamados de tupiniquins⁴³ (MÉTRAUX, 1928, p. 14-15; EDELWEISS, 1947, p. 44).

Ao tratar dos potiguaras, p. xxx, Navarro afirma que a *História do Brasil* de Vicente do Salvador foi publicada em 1627. Tal obra permaneceu inédita até 1889 quando teve a sua primeira edição no volume 13 dos *Anais da Biblioteca Nacional* (LACOMBE, 1974, p. 164-165). Como cultor do vernáculo, Navarro deve corrigir “Baía da Guanabara” para “Baía de Guanabara” (MARTINS, 1997 [1990], p. 11, 51 e 340), cinco vezes nas p. xxxiv e xxxv, quando trata dos tamoios ou tupinambás do sul.

Em “As fontes para o conhecimento do tupi antigo”, p. xl, Navarro se equivoca ao comentar o trabalho do Prof. Carlos Drumond para a edição crítica, segunda, do *Vocabulário na Língua Brasileira*: “Em 1952, seu sucessor [de Plínio Ayrosa, editor da primeira edição] na Universidade de São Paulo, Carlos Drumond, publicou outra cópia daquele cimélio, existente em Portugal.” Na folha de rosto dessa edição do VLB vem “2.^a edição revista e confrontada com o Ms. fg., 3144 da Bibl. Nacional de Lisboa, Lisboa, por CARLOS DRUMOND” (1952). O Prof. Drumond não publicou outra cópia do VLB, mas revisou a primeira edição e a cotejou com o manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, tendo preparado uma edição com base em mais de uma fonte, edição corrigida, ampliada e aperfeiçoada. Na p. xlii, insiste em ter sido Luís da Grã o primeiro professor de tupi no Colégio da Bahia em 1556. Isto perde a gravidade diante da falta de esclarecimento do processo para a segunda edição do VLB, para a qual muito contribuiu a Prof^a Maria de Lourdes de Paula Martins (1949).

Na p. liii, Navarro cita as cartas trocadas entre índios potiguaras como fontes do tupi antigo. “Felipe” Camarão sobressai entre os chefes, melhor seria Antônio “Filipe” Camarão (MARTINS, 1997 [1990], p. 129 e 358), uma vez que Navarro também é formado em grego clássico.

⁴³ Mantive as minúsculas e o plural para os gentílicos, como fizeram Navarro e autores de outras fontes, seguindo as normas ortográficas da língua portuguesa, exceto em citações literais.

Quanto às cartas, é estranho que Navarro não mencione em seus trabalhos dois títulos a elas referentes (SAMPAIO, 1906, e SOUTO MAIOR, 1912), chegando a considerar inédito trecho de uma delas no MMTA (2005, p. 178).⁴⁴

“Perfil do tupi antigo” é a seção que se estende da p. lvi à p. lxxix. Como só há duas análises modernas do tupi antigo, de Lemos Barbosa e de Aryon Rodrigues,⁴⁵ é evidente que essa unidade da tese muito deve a esses autores, particularmente ao Prof. Rodrigues e à sua *Estrutura do Tupinambá* (1981),⁴⁶ trabalho não citado por Navarro ao longo do texto, cita sim a tese de doutorado do Prof. Rodrigues, p. lvi, trabalho inédito, porém em alemão (1959). As considerações pertinentes a essa seção serão feitas ao tratar das “Conclusões” e do “Dicionário”, uma vez que há pontos dela que se repetem nessas duas unidades.

Nas p. lxxx a xci está a seção “Estrutura, métodos e procedimentos de elaboração e organização do dicionário de tupi antigo”. Acredito ser a unidade mais bem trabalhada das cxi p. Foi com base nela que Navarro concebeu o seu “Dicionário”. Penso que não há o que levantar no que diz respeito à lexicologia e à lexicografia e, se houver, não invalida o preparo teórico de Navarro nesses domínios científicos. Vale lembrar que fizeram parte da banca examinadora as professoras Maria Aparecida Barbosa e Maria Tereza Camargo Biderman, especialistas que certamente desempenharam os seus papéis com competência. É lamentável, no entanto, que nenhum especialista em tupi antigo tenha participado dessa comissão julgadora. Apesar do arcabouço teórico, Navarro não elaborou o seu “Dicionário” conforme os preceitos da ciência e da filologia. Serve de exemplo isto: para fim de abonação, cita Luís Figueira na p. xc, mas o que se lê em Figueira não é o que Navarro transcreve. Figueira escreve:

⁴⁴ Embora as traduções de Teodoro Sampaio deixem a desejar, o fato é que ele transcreveu, nem sempre com acerto, os originais das cartas a Pedro Poti de Diogo Pinheiro Camarão (21-10-1645) e de Diogo da Costa (17?-10-1645). O trecho “inédito” aparece no fecho da primeira (SAMPAIO, 1906, p. 289). O excerto não é inédito, mas imperfeita foi a transcrição desses documentos.

⁴⁵ Se o Prof. Rodrigues é o maior linguista do tupi antigo, para ele tupinambá de preferência, o Prof. Edelweiss foi o maior filólogo, pois conhecia como ninguém as fontes para o estudo do tupi antigo. É claro que ele tinha uma análise da língua, mas não a divulgou em trabalho de forma sistematizada, ficando os seus ensinamentos dispersos em longa e válida bibliografia. Mesmo não sendo linguista, lia tudo que dizia respeito à família linguística tupi-guarani, chegando por vezes às mesmas conclusões de linguistas que empregaram o método histórico-comparativo.

⁴⁶ Esta obra foi recentemente publicada. Como não tive acesso ao trabalho, mantive a referência do título inédito para não fazer uma transcrição de uma obra não consultada efetivamente.

“Anhé [...] Anhéráú [...] Anhéreá [...] Anhéracoreá [...] Anhéřé!Ĵ...] Anhéracore!Ĵ...]” (1878 [1687], p. 133-134). O é de *anhé*⁴⁷ de Figueira é transcrito com “~” por Navarro, o que não está de acordo com a fonte utilizada. Para justificar o “~”, Navarro deve fazer uso de outra fonte ou passagem (ver texto referente às notas 21, 22 e 23). Exemplos como esses são muito comuns no MMTA e no “Dicionário”.

Em “A documentação histórica: as edições e os manuscritos utilizados”, p. xciii, Navarro deixa de citar Helder Perri Ferreira como tradutor dos *Poemas* de Anchieta, assumindo para si a tradução da lírica tupi (1997), repetindo o que faz na terceira edição do MMTA (2005, p. 450). Na primeira edição do MMTA, a tradução desses poemas apresenta-se como trabalho em conjunto (1998, p. 533). Isto lembra a alteração do título da tese de doutorado, pequena, no entanto inconveniente. Mas aqui o caso é mais grave, chega a ser preocupante.

Nem sempre é possível consultar as melhores edições, porém como não fazer uso da *Notícia do Brasil* de Gabriel Soares de Sousa, comentada e anotada por Varnhagen, Pirajá da Silva e Edelweiss (1974 [1851])? O Prof. Edelweiss, para essa edição, escreveu um trabalho indispensável, “Revisão das etimologias tupis”, o melhor que se fez sobre a *Notícia* (ou *Tratado*)⁴⁸ como fonte do tupi antigo (SOUSA, 1974 [1851], p. 439-474).

A *História do Brasil* de Vicente do Salvador, “publicada em 1627” (p. xxx), é aqui tratada como um códice, 49, da coleção Livros do Brasil do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (p. xcv). De nada adianta consultar as melhores fontes se delas não se faz uso adequado. No “Dicionário”, p. 309, no verbete “pa’ama”, Navarro o abona com passagem dos “Poemas brasílicos” de Cristóvão Valente, mas o que se lê em Valente não é o que Navarro transcreve, pois Valente escreve “xe nhééng pãâmã” (*Catecismo*, 1898 [1686], n.p.). Na transcrição de Navarro, o *g* não está presente, e o *a* final deixa de ser nasal: “che ñeéng paáma ‘a minha voz confusa”, na edição de Plínio Ayrosa (1941, p. 21 e 29), lembra a lição de Navarro “xe nhe’^řpa’am-a”, exceto o *g* presente e as ausências da oclusiva glotal ‘ que registra Navarro entre os dois *ee* e os dois *aa*. Ayrosa afirma: “*Paáma* é o verbo *paã* [forma guarani], engasgar-se,

⁴⁷ “Uerdade, ou uerdade ser. – Anhé. Aiê.” (VLB, 1953, p. 144.) “Anhé” tilado por Navarro no mesmo verbete, justamente na subseção “O registro das variedades da língua” (p. lxxxix-xc).

⁴⁸ *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, como aparece em outras edições.

confundir-se, etc.” (1941, p. 25.) Acompanho o raciocínio de Navarro que traduz o trecho por “minhas palavras engasgadas”. O estudo de outras línguas da mesma família pode auxiliar: o termo parintintim “pa’am” ou “ma’am” se traduz por “pregar, ficar preso; obstruir; atrapalhar” (BETTS, 1981, p. 158). Isto tudo parece procedente, mas o fato é que, no original, há um *g*, e o *a* final é nasal.⁴⁹ Num dicionário dessa natureza, a abonação deve reproduzir fielmente o que está na fonte primária.

A unidade intitulada “Conclusões”, p. c-ciii, parece ser a mais problemática não só pelos seus equívocos, mas também por “conclusões” questionáveis. Navarro assim começa na p. c:

Após muitos anos de pesquisas, em contato com raríssimas edições e manuscritos quinhentistas e seiscentistas, podemos afirmar que lemos e analisamos quase tudo o que existe escrito em tupi antigo. É certo que novos textos poderão ser revelados no futuro. Mas acreditamos que não alargarão consideravelmente o que se conhece agora, com este dicionário, do léxico dessa língua.

Reunimos e organizamos tudo o que estava disperso, disseminado por obras diversas, algumas quase inacessíveis ao grande público e durante sete anos procedemos à organização de uma grande massa de informações que nunca antes haviam sido analisadas. Textos que jaziam mal traduzidos nas páginas dos viajantes e cronistas, textos que não foram até hoje traduzidos e, às vezes, nem sequer publicados, agora são utilizados largamente em nosso dicionário nos exemplos ilustrativos de que nos servimos.

Em “A documentação histórica”, p. xcii, Navarro delimita no tempo as fontes utilizadas, séculos XVI e XVII, “o período histórico em que o tupi antigo foi falado”. Se leu tanto, onde está *karaku*? São duas as ocorrências em Claude d’Abbeville.⁵⁰ Se analisou tudo, por que “karamemûã” (p. 188), e não “caramémo ‘karamemó’”, como está em Léry (1578, p. 342, *apud* NOGUEIRA, 1876, p. 12)?⁵¹ Embarcação indígena, “maracatim” é um tupinismo do português do Brasil, cuja pronúncia parece ter sofrido pouca alteração, palavra tupi, documentada em Pernam-

⁴⁹ Lemos Barbosa afirma: “A apócope é menos taxativa, se as duas consoantes são heterogênicas: [...] *nheeng + porang = nheeng-porang* ou *nhe ‘porang*: falar bonito” (1956, p. 37-38).

⁵⁰ “CARACOU – boisson” (1975 [1614], p. 180) e: “KARACOU – vin doux... fait de racines de Mani-och-caue.” (1975 [1614], p. 238.) Para a espécie de gado “caracu”, consultar Teodoro Sampaio (1987 [1901], p. 216).

⁵¹ “Léry grafa *caramemô* e, como tal, encontramos em alguns vocabulários do tupi costeiro. Mais corrente, porém, é *karamemoã* [*karamemuã*], cesto, baú, caixa arqueada etc. No guarani é de mais uso a variante *karamenguá* (P[linio] A[yrosa]).” (LÉRY, 1980 [1878], p. 133.) As notas tupinológicas de Ayrosa não são das mais felizes, mas aqui ele foi mais fiel ao texto original.

bucu e no Maranhão, não tem verbete no “Dicionário”, pois as fontes são do século XVIII.⁵² Na mesma página, Navarro dá prosseguimento:

Com o *Dicionário de Tupi Antigo* (título de livro que em breve publicaremos) e durante sua feitura pudemos alargar o conhecimento de processos gramaticais daquela língua. Assim, não somente o léxico, mas também a gramática dessa língua ficou mais bem conhecida com este trabalho, donde retiramos informações para descrevê-las pela primeira vez na 3ª edição de nosso *Método Moderno de Tupi Antigo* (Editora Global, São Paulo, 2005), que, assim, muito se beneficiou das descobertas que fizemos durante nossas pesquisas.

Não há dúvida de que a terceira edição do MMTA é uma versão reelaborada, mas como explicar a manutenção de uma nota para *suí*?: “a posposição *suí* tem um sentido especial, que até agora não foi estudado: ela pode introduzir uma finalidade negativa, significando *para não*” (1998, p. 520; 2005, p. 439). No *Curso* de Lemos Barbosa, para *suí*, lê-se “‘para não’: *a-só nde repiaka suí*: vou para não te ver” (1956, p. 72). A mesma citação aparece na primeira edição do MMTA, na edição “revista e aperfeiçoada”, Navarro abona a nota com outro exemplo, mas mantém para si o crédito da “descoberta”.

Ao arrolar as suas conclusões, na mesma página, a propósito de uma de suas descobertas, Navarro começa: “Soubemos da existência do que chamamos ‘gerúndio causal [...]’”. Embora Lemos Barbosa não ensine tal emprego em “Sintaxe do gerúndio” (1956, p. 168-173), em “Conjugação negativa”, apresenta: “No gerúndio, infinito e conjugação subordinada, a negação dupla é *nda – eym- ruã* [...]” (1956, p. 354). Entre os exemplos, o autor do *Curso* cita “*nda gûi-xó-eym-a ruã, a-s-epiãk*: não porque não fui, eu o vi” (1956, p. 355). Note-se que o exemplo é da lavra de Lemos Barbosa, pois não há abonação com fonte primária. Se não registra o emprego na lição sobre o gerúndio é porque deve ser muito menos frequente, como o próprio Navarro admite no MMTA: “Tal emprego

⁵² “[...] não pode haver dúvida quanto ao seu uso, mesmo entre os tupis da Bahia. Jaboatão [1761] se refere aos *maracatins*, no vol. I. pp. 154-55. Aos navios, entretanto, os tupis do Centro e do Sul davam o nome de *ygar-usú – canoa grande* [...]” (EDELWEISS, 1971, p. 39). A obra de Jaboatão é o *Novo Orbe Seráfico*, citada pelo Prof. Edelweiss ao tratar dos aumentativos do *Dicionário Português e Brasileiro*, de 1795, no caso, para “maracatim oçú ‘navio’”. O termo é tupi porque foi empregado pelos potiguaras de Itamaracá e pelos falantes da língua geral do Pará e do Maranhão, oriunda do tupinambá do Maranhão: “E porque, nas que faziaõ sobre a agoa nesta Ilha [Itamaracá] nas suas Canoas, costumavaõ pôr na proa destas hum espigaõ de ferro, ou páo muy forte para abalroar as outras, ao qual chamavaõ *Tim*, no seu idioma, e neste penduravaõ alguns daqueles seus *Maracás*, maiores, e faziaõ mais estrondo, a esta Canoa assim armada, chamavaõ *Maracá tim* [...]” (JABOATAM, 1858 [1761], p. 154-155).

[do gerúndio causal], porém, é mais raro [...]” (2005, p. 306). Na sua tradução do *Catecismo Brasilico* de Anchieta, o Pe. Armando Cardoso também identifica esse emprego do gerúndio:

1. *M Mbaépe Cristãos jekuapába?* 1. *M Qual é o sinal dos Cristãos? D Santa Cruz. D A Santa Cruz.* 2. *M Maránamope?* 2. *M Por quê? D Ipuapé o-mamómo Jandé Jará Jesus Cristo [...] D Porque nela morreu Nosso Senhor Jesus Cristo [...]* (1992 a, p. 186).

O gerúndio causal não é novidade para quem estudou o *Curso* de Lemos Barbosa nem para quem leu as traduções de Armando Cardoso. Aliás, essa passagem de Anchieta serve de exemplo para Navarro no MMTA ao tratar dos empregos do gerúndio (2005, p. 159). O *Catecismo Brasilico* de Anchieta só foi divulgado com essa publicação de Armando Cardoso.

Fruto de “descoberta”, p. ci, outra conclusão que merece esclarecimento diz respeito a “*iakatu*¹ (adv.) – por todo (os, a, as), em todo (os, a, as)”. Acerca do que afirma Navarro:

Nenhum dos tradutores de Anchieta atinara com o seu significado, que somente com este dicionário ficou evidenciado em virtude do cotejo de diferentes textos, donde pôde ressumar o verdadeiro sentido do lexema.

Ao discorrer sobre “Sujeito incorporado”, Lemos Barbosa diz: “O prefixo *mo-*, do sujeito e verbo incorporados, forma um novo verbo transitivo: *mo-ugûy-syryk*: fazer escorrer sangue de *ou a*” (1956, p. 209). O exemplo que se segue foi tirado do *Catecismo* de Antônio de Araújo: “*s-eté îa-katu-pe gûá i mo-peré’-pereb-i i mo-ugûy-syryk-a?*” (Ar. 85): *chagam-lhe todo o corpo, fazendo escorrer o seu sangue?*” (1956, p. 209). Armando Cardoso publicou de Anchieta a *Lírica Portuguesa e Tupi*, em que também identifica tal significado no poema que começa por “*Oré rausubá jepé ‘De nós compadecedor’*”: “*Oroausúb katú uitekóbo, xe rekobé jakatú [...] Ficando eu a bem te amar, por todo este meu viver [...]*” (1984, p. 158 e 160). Estas lições não tinham sido bem aprendidas por Navarro porque na sua tradução da lírica tupi de Anchieta não se vê tal entendimento: “*Oro-aûsu-katu gûi-t-ekóbo, xe r-ekobé îa-katu [...] Estou amando-te muito, como a minha própria vida [...]*” (1997, p. 102). A passagem vem assim no texto original: “*Oroauçub catu guitecobo xe recobe yacatu [...]*” (ANCHIETA, 1989 [1954], p. 93). O que causa perplexidade é Navarro abonar o verbete de *iakatu* com, entre outras, as passagens de Anchieta e de Araújo, uma traduzida por Lemos Barbosa, a outra, por Armando Cardoso. E de gravidade é o fato de Navarro, para Anchieta, abonar com a “sua” tradução: “*Estou amando-te muito, por toda a minha*

vida” (p. ci e 132), o que não condiz com o que está na sua publicação. Tal significado de *iakatu* era conhecido, mas foi apresentado como descoberta, inspirado em tradução de outrem.

Após algumas considerações pertinentes, Navarro, p. cii-ciii, prosseguindo em suas conclusões, trata da contribuição da sua tese para a etimologia dos tupinismos do português do Brasil:

Nosso dicionário, apresentando etimologias de muitos lexemas, permite um melhor conhecimento do significado das palavras portuguesas de origem tupi, geralmente muito mal explicadas nos dicionários contemporâneos. Nenhum dos dicionaristas do século XX, desde Nascentes até Aurélio Ferreira atinou, por exemplo, com a etimologia do substantivo *caipira*. A consulta ao dicionário e o conhecimento de certos fenômenos da língua revelam-na: *kopir* (v. intr.) – lavar a terra, fazer lavoura, fazer roça; carpir, roçar: *A-kopir*. – Faço roça. (VLB, II, 19) [...] ⁵³ *Caipira* provém seguramente de *kopira*, o que *carpe*, o *roceiro*, do verbo tupi *kopir*, *fazer roça*.”

Com efeito, a etimologia de muitos tupinismos está por esclarecer, mas a responsabilidade disso não cabe aos professores de português, e sim aos tupinólogos carentes de espírito científico. Quais são esses fenômenos da língua? A respeito de “caipira”, Antônio Geraldo da Cunha, no seu *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*, afirma que “faltam, todavia, os elos da cadeia evolutiva, pois a documentação histórica é tardia” (1982 [1978], p. 83). Em *Lições de Etimologia Tupi*, o Prof. Edelweis dá a sua contribuição para a etimologia de “caipira”:

Caipira – é outro enigma etimológico à espera de solução defensável. [...] ⁵⁴ Sendo, pois, a etimologia de *caipira* um enigma intrincado, o máximo que se pode fazer é juntar às opiniões anteriores mais outra, que talvez não satisfaça, mas que, pelo menos, não violenta os preceitos gramaticais tupis. Existe no guarani o termo *ypy*, correspondente ao tupi *ypyra* – perto de, junto de, parte próxima. Diz Montoya que a mesma palavra se emprega para designar o que trata de, o que toma conta de. Se combinarmos *ypyra* com *kaá* – teremos *kaá-ypyra*. Mais provável, entretanto, é que, pelo sentido de *caipira* o termo proceda de *ko-ypyra*, o que cuida, o que trata de roça, o rústico. *Ko* transmutou-se em *ka* nos termos: *capoeira*, de *kopûera* = roça antiga, roça abandonada e *capixaba*, de *kopisaba* ou *kopixaba* = a roça, a roçagem de mata. Nada de extraordinário haveria, pois, em *kaypyra*, ao invés de *ko-ypyra*. (1986, p. 12-14.)

⁵³ [...] se refere a verbetes de derivados tupis de *kopir*.

⁵⁴ [...] diz respeito a outra etimologia aventada para “caipira”. Navarro não cita esse trabalho do Prof. Edelweis em sua “Bibliografia”.

Para uma palavra tida como de origem controvertida (CUNHA, 1982 [1978], p. 83), deve-se admitir que a hipótese de etimologia de “caipira” elaborada pelo Prof. Edelweiss chega a ser original e mesmo plausível: até onde se sabe, é a mais viável das propostas de etimologia para o termo em causa. No “Dicionário” de Navarro, em que se leram e se analisaram todas as fontes disponíveis, não há verbete para *ypyra* com tal significado. No *Confessionário Brasílico* de Anchieta se encontra “4. Ndeíteé abá [...] sóypýra abaré supé [...] 4. Por isso o homem [...] se aproxima do sacerdote [...]” (1992 b, p. 77). Nas “Notas” do tradutor, Armando Cardoso, lê-se “4. [...] *só-ypýra*: ir perto, aproximar-se” (1992 b, p. 80). A passagem deve ser considerada para o significado de *ypyra*.

Entre outras conclusões, há uma que, p. ciii, na verdade, nem é uma conclusão, mas um comentário equívocado:

Também poderão beneficiar-se, doravante, os descendentes de grupos indígenas da costa, notadamente os potiguaras da Paraíba, os tupiniquins do Espírito Santo, os pitaguaris do Ceará, com a dilatação do conhecimento do tupi antigo representado por nosso dicionário. Eles são um dos poucos grupos indígenas do Brasil que, tendo perdido seu idioma nativo, teriam condições de recuperá-lo, haja vista o grande conhecimento que hoje temos dele [...] o tupi antigo poderia ainda conhecer algo semelhante ao que ocorreu com o hebraico em Israel.

No seu *Curso de Tupi Antigo*, Lemos Barbosa ensina que: “Estudar tupi é investigar a língua que os índios realmente falaram e não exco-gitar como a falariam hoje. Proceder de outro modo é falar português... com palavras tupis.” (1956, p. 437.) Acerca da versão do português para o tupi antigo, o autor do *Curso* afirma: “O certo é que essas expressões [exemplos de neologismos], no sentido que se lhes dá, não são tupi. Podem divertir, mas carecem de valor lingüístico.” (1956, p. 437.) De fato, torna-se preocupante o interesse daqueles que estudam o tupi antigo como uma língua viva. Como falar e escrever em tupi antigo se não se dispõe de curso, gramática e dicionário atuais e confiáveis para o estudo da língua? E mesmo que houvesse, não seria recomendável estudar tupi antigo para falá-lo ou escrevê-lo. O próprio Navarro se corrigiu muitas vezes após a publicação do MMTA, e a terceira edição do seu manual carece de revisão cuidadosa. Navarro contra tudo e contra todos ensina que o radical de “vermelho” é “pyrang” (1998, p. 27; 2005, p. 41; 2006, p. 351), não levando em conta sequer o estudo comparativo da família linguística tupi-guarani, que confirma a forma *pirang*, ortografia adaptada, há muito tida como legítima (MELLO, 2000, p. 188). Penso nos potiguaras da Paraíba que começaram a reaprender a sua língua com a segunda

edição do MMTA em 2003 (ÍNDIO, 2003, p. 76) e, em 2005, com a terceira edição do MMTA, tenham percebido que muito do que aprenderam não estava correto. Por ocasião da estreia de *Hans Staden*, o *Jornal do Brasil* publicou uma reportagem, em que se dava atenção ao fato de o filme ser falado em tupi antigo: “‘Em *Hans Staden* fala-se a verdadeira língua brasileira’, atesta o professor Eduardo Navarro, especializado em tupi-guarani.” (DIA, 2000, p. 1.) Quem assistiu ao filme viu Hans Staden se dirigir à praia exclamando: “*Kurusu! Kurusu! Kurusu!*” Portuguesismo no tupi antigo, *kurusá* é “cruz”, *kurusu* é no guarani, *ybyraïoasaba* também traduz a ideia significando “paus cruzados”. Também preocupa o que surge na esteira dos que tratam o tupi antigo como uma língua viva. O Sr. Ozias Alves Jr. publicou *Parlons nheengatu* (2010), em que trata muito do tupi antigo nem sempre com felicidade.⁵⁵ A partir da publicação do *Vocabulário na Língua Brasileira* (1938), a pesquisa e o ensino do tupi antigo ganharam profundidade, e, com a segunda edição do VLB (1952-1953), houve necessidade de revisão do que se tinha produzido. Lemos Barbosa tanto tinha consciência das falhas do seu *Curso* que fez uma longa errata ao seu trabalho mais divulgado, o *Pequeno Vocabulário Tupi-Português* (1970, p. 224-228). Apesar disso, o *Curso*, mesmo envelhecido e desatualizado, continua a ser o que de melhor se fez como manual: curso, gramática, exercícios, textos e vocabulários. A questão é que

⁵⁵ O jornalista Ozias Alves Jr. é um homem culto, inteligente, interessado e dedicado, mas não é um especialista em tupi antigo: seguindo Navarro (1998, p. 546), afirma que “*pirão* vient de *pirá* (poison) et *ão*” (2010, p. 17), escreve “ybyra piranga” por *ybyrapytanga* “pau-brasil” cinco vezes (32-33), arrola aimoré e tremembé entre as principais tribos tupis (38), diz que a carta de Diogo Pinheiro Camarão a Pedro Poti é “la seule lettre écrite par un Indien en tupi ancien” (116), afirma que o tupi antigo foi falado até o século XVIII de forma predominante (11 e 62), tendo desaparecido no século XIX (13, 64 e 72), mas admite que o nheengatu surgiu no século XVIII (71), chama o nheengatu de língua brasileira (11), o que cabe ao tupi antigo, diz que um falante do tupi moderno é capaz de ler um texto do tupi antigo (103), abre espaço para o tupi antigo como uma língua viva (23-26 e 78), etc. Com exceção de Batista Caetano de Almeida Nogueira, os tupinólogos do século XIX e das primeiras décadas do século XX se dedicaram ao nheengatu, e não ao tupi antigo. Mesmo Teodoro Sampaio confundiu o tupi antigo com o nheengatu, sendo a sua obra *O Tupi na Geografia Nacional* de consulta obrigatória mais pela documentação pesquisada: “Confesso que só com grande dificuldade consegui entender o tupi em que foram escritas as duas primeiras cartas [dos Camarões], as únicas em que logrei fazer alguma coisa na restauração e tradução do texto. As restantes estão ainda para mim indecifráveis: são verdadeiros enigmas” (SAMPAIO, 1906, p. 281). O fato de conhecer o tupi moderno não facilitou na compreensão de textos do tupi antigo: “Nesse assumpto de tradução – e do tupy... é ser demasiado querer talvez outra coisa além do sentido... S. Jeronymo contentou-se em verter assim o livro de Judith. Os autores pios não se atêm á letra, como os philologos” [Afrânio Peixoto] (PRIMEIRAS, 1923, p. 18).

Lemos Barbosa já não está conosco porque seria interessante uma nova edição do *Curso de Tupi Antigo*.

Não há como negar os anos dedicados por Navarro à feitura do seu “Dicionário”. De fato, é o dicionário de maior volume feito sobre o tupi antigo ou tupinambá. Também se deve reconhecer que o léxico e a gramática do tupi antigo estão mais acessíveis, dada a extensão do “Dicionário de tupi antigo”. Uma contribuição relevante foi a participação de profissionais de zoologia e de botânica ligados à USP na elaboração de verbetes do “Dicionário”. Não vá alguém pensar, portanto, que, com esta resenha, há a intenção de questionar a aprovação de Navarro no concurso de livre-docência do qual participou. Como o trabalho, porém, poderia ter um caráter mais científico, serão levantados pontos que, se tivessem sido considerados, teriam dado ao “Dicionário” a confiabilidade de que precisa.

Como se trata de um dicionário histórico, o “Dicionário de tupi antigo” deve ter os seus verbetes abonados com reproduções fiéis ao que está nas fontes primárias e secundárias, mas não é o que se encontra. Por que não se orientou pelo *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*? Neste *Dicionário*, a primeira e mais antiga abonação para “cupuaçu” vem assim: “1817 Casal *Corografia Brazílica* II. 278: Entr’outras fructas mais nomea-se [...] o cupuassú [...]”. Após a abonação feita com a obra de Aires de Casal, há mais três também do século XIX: “copuassú”, de 1833, “copú-assús”, de 1886, e “copús-assús”, de 1888. O verbete se encerra com duas abonações do século XX: “cupuassu”, de 1928, e “cupuassú”, de 1938 (CUNHA, 1982 [1978], p. 121). É assim que se faz um dicionário dessa natureza, um dicionário histórico, como Navarro admite na p. vi:

Algumas das obras daqueles autores foram publicadas ainda no período colonial, outras somente no século XX. Nosso trabalho, nelas fundado, é, assim, de cunho eminentemente filológico, e seu instrumental são textos antigos e não o contato com falantes da língua. Trata-se, portanto, de um *dicionário histórico*.

Para “kupu’ygúasu ‘cupuaçu’”, o “Dicionário” não traz abonação original nem transcrição moderna, p. 208, com citação de d’Abbeville, mas o que se lê no original é “COPOUIH OUËSSOU – arbre” (1975 [1614], p. 172). Para “kupu’y’áüba (lit., *cupiüba do fruto amarelo*)”, também não há abonação original nem transcrição moderna, p. 208, com citação também de d’Abbeville, em que se lê “COPOUIH AIOUP – arbre” (1975 [1614], p. 172). Aproveitando a obra de d’Abbeville como

fonte para citação, podem-se também arrolar, entre outros, “muri si ‘murici’”, p. 275, mas o original dá “MORECY” (1975 [1614], p. 174)], “ñunypaba ‘jenipapo’”, p. 171, “IUNIPAP” (1975 [1614], p. 169). Tratando-se de um dicionário histórico, são inconcebíveis falsas etimologias como, entre outras, “itagûasu” por *itãgûasu* na p. 166: “lit., *pedra grande*” (s.) – mexilhão d’água doce (o maior) (VLB, II, 37)”. *Itãgûasu* significa “concha grande”: *itã* + *gûasu*, e não *itá* + *gûasu*. *Mboîgûasu* é “cobra-veado”, tradução literal, *mboî* + *gûasu* = *sygûasu* (EDELWEISS, 1969 b, p. 39-40). “Sucuri ou cobra-de-veado”⁵⁶ está no verbete “*mboîgûasu*¹ (lit., *cobra grande*)”, p. 231, etimologia equivocada pois “cobra grande” é *mboîusu* (*mboî* + *usu*). O grande problema é que, no “Dicionário”, as abonações originais, quando existem, são transcritas com ortografia atualizada. O DHPPOT de Cunha (1982 [1978]) apresenta falhas, porém elas são compensadas com documentação fidedigna, daí o mérito da obra. Pode parecer exagero, mas não é, todos os verbetes do “Dicionário” devem ser revistos para que sejam refeitos com abonações originais. Na p. 17 vem o segundo verbete para “Aîurûasu”: “*Aîurûasu*² (lit., *papagaio grande*) (s. antrop.) – nome de um índio (D’abbeville, *Histoire*, 184)”. Na fonte para a abonação, o que se lê é: “AIOUROUOUASSOU” – Principal... c’est à dire le grand Perroquet.” (1975 [1614], p. 143.) O verbete deve ser corrigido para: “*Aîuruûasu*² (lit., *papagaio grande*) (s. antrop.) – nome de um chefe tupinambá do Maranhão (D’abbeville, *Histoire*, 184)”. Navarro usa a edição de 1614, daí a diferença de paginação. “Aîurûasu” é inadmissível, a transcrição correta é *Aîuruûasu*, *Aîurugûasu* no padrão da língua. Por falar em correção, Navarro, zeloso do português, dedicado ao latim e ao grego clássico, deve preferir “fleuma” a “fleugma” (Houaiss & Villar, 2008 [2001]), p. 1356), p. 82, em “*ekombegûê* (lit., *modo de ser lento*)”. Na p. 148 está o verbete: “*îemopyrang* (v. intr.) – pintar-se de vermelho, avermelhar-se: *Moraseîa é i katu, îegûaka, îemopyranga...* – A dança é que é boa, enfeitar-se, pintar-se de vermelho. (Anch., *Teatro*, p. 6)”. No texto original, o que vem é: “*Moraçeyae ycatu yeguaca, yemopirâga [...]*” (ANCHIETA, 1989 [1954], p. 138). O verbete corrigido é: “*îemopyrang* (v. intr.) – pintar-se de vermelho, avermelhar-se: *Moraseîa é i katu, îeguaka, îemopyranga...* A dança é que é boa, enfeitar-se, pintar-se de vermelho (Anch., 1989 [1954], p. 138)”. Isto no caso de haver transcrição atualizada com base

⁵⁶ Existe outra serpente que também é chamada “cobra-de-veado”.

na edição da Prof^a Paula Martins porque a de Navarro, por ele citada, é falha nessa passagem.

Lemos Barbosa ensina: “*î* e *nh* às vezes se permutam. Junto de nasal é preferido *nh* [...]” (1956, p. 36): *nh* é um alofone usado em tal contexto. Linguisticamente tratando, o que se espera é *nhõ*, e não *nhó*, daí o *e* tilado para *anhé*, mas a fonte não pode ser alterada em função disso. A reprodução ou a transcrição devem ser fiéis ao original, o que não se vê no “Dicionário”. O *e* aparece tilado, entre outros, nestes exemplos de Figueira: “*nhê*”⁵⁷ (1878 [1687], p. 144), “*ranhê*”⁵⁸ (1878 [1687], p. 144), respectivamente nas p. 286 e 357. Na gramática de Anchieta se lê “*ndénhóumê ejucâ*, não o mates tu sô” (1990 [1595], p. 22v). Tanto o *o* de *nhô*⁵⁹ quanto o *e* de *umê*⁶⁰ estão tilados na p. 410 do “Dicionário”. Quanto a “*nhõ*”, é o que se espera junto de nasal, mas aqui não tem apoio na fonte. O *é* e o *ó* são muitas vezes tilados no “Dicionário”, como no caso de *umé*, e, na p. 28, vem “*amõ*” por “*amó*”,⁶¹ este no *Catecismo Brasílico* de Anchieta (1992 a, p. 163). *Manó* ou *manõ*⁶² são ambos usuais, mas o original deve ser mantido. Na p. 218 do “Dicionário” se lê “*manõ*”, mas em Figueira vem “*manó*” (1878 [1687], p. 69). Falando de linguística, embora o trabalho seja de cunho filológico, não se pode abrir mão dela, como para esta entrada: “*ãûa* (pron.) – ele (es, a, as) (VLB, I, 109); esse (es, a, as); aquele (es, a, as), isso, aquilo (principalmente no plural)”. A abonação do VLB não traz transcrição. Há uma do *Confessionário* de Anchieta e outra da gramática de Figueira, as três na p. 64. No VLB se lê: “*Aoã* [...] *Aõaae* [...] *Aõa* [...]” (1952, p. 109). “*Aõa*” se encontra em Figueira (1878 [1687], p. 81). Na edição para Anchieta vem “*aú ã*”⁶³ (1992 b, p. 102). Os professores Edelweiss e Aryon Rodrigues,

⁵⁷ “*Ociosamente, ou sem porq.* – *Nhê. Nhenhê. Tenhe. Tenhenhe.*” (VLB, 1953, p. 54.)

⁵⁸ “*Ndaéiranhê*, negatiuo, Ainda não, sempre o *ranhê*, alem do gerundio [...]” (ANCHIETA, 1990 [1595], p. 56).

⁵⁹ “*Somente. aduverb.* – *Nho. Nhonhe. Nhotenhe. Nhote.*” (VLB, 1953, p. 121.)

⁶⁰ “*O Imperatiuo [...]* No fim do negatiuo tem, *vmê [...]*” (ANCHIETA, 1990 [1595], p. 22-22v).

⁶¹ “*Algum, ou alguma.* – *Amõ. Amoaê.*” (VLB, 1952, p. 31.)

⁶² “*Morrer.* – *Amanô.*” (VLB, 1953, p. 42.)

⁶³ Para Armando Cardoso: “9. ‘Aú têm mbaé aiba mã, aé moném xe reôu, aú ã suí! 9. ‘Oxalá eu comesse veneno e feito fétido morresse, por comer isso!’” Na transcrição de Navarro: “*A-u temô mba'e aiba mã a'emo nh xe r-e'ôu aûa suí.* – Ah, quem me dera comer veneno para que eu morresse disso.” Navarro transcreve, mas deixa de traduzir “aé moném”, para ele “a'emo nh”.

especialistas na família linguística tupi-guarani, reconstituem esse termo por “aûã” (EDELWEISS, 1969 a, p. 145) e “awã” (RODRIGUES, 1981, p. 17). No parintintim, há para “essa” “agûã”, adaptação do original “agwa” (BETTS, 1981, p. 24). Deve-se ler a bibliografia sobre o tupi antigo para elucidar também questões de natureza filológica. O verbete que se segue vem na p. 302: “oi (interj.) – oi! (respondendo a chamado): – *Aîmbiré!* – *Oi!* – *Xe pysyrô îepé!* – *Aimbirê!* – *Oi!* – *Ajuda-me tu!* (Anch., *Teatro*, 48)”. Lemos Barbosa escreveu “O auto de São Lourenço”, mas parece que os tradutores de Anchieta não leram ou não concordaram com o comentário feito a respeito dessa passagem:

Quando Saravaia relata o que fez para induzir aqueles índios numa cilada, o Anjo já não suporta. Deante da confissão espontânea e cínica, amarra Saravaia para mandá-lo ao fogo eterno. Saravaia grita por socorro a Aimbiré: 554. [-] *Aimbiere*. [-] *Aimbiré!* [555.] Aimbiré: – *Oi!*¹¹ [...] – *Úi!* [...] ¹¹ A interjeição não está arrolada nas artes e dicionários, mas o seu sentido é óbvio. (1950, p. 216.)

“Ui!” porque ambos os demônios agora se encontravam presos. Aimbirê tinha sido preso com Guaixará pelos santos (v. 476). Aimbirê não estava em melhor condição do que Saravaia e já tinha expressado a sua dor (v. 482). A razão parece caber a Lemos Barbosa pois, no *Tesoro* de Ruiz de Montoya, encontra-se: “Oî (*Dize la muger que se duele*), Ay.” (1876 [1639], p. 256.) No verbete “îur/ur(a) (t, t) (v. intr. irreg.)” [...] “2) fórmula de saudação para o que chega: *Ere-îu-pe?* – *Pá, a-îur.* – *Vieste?* – *Sim*, vim. (Léry, *Histoire*, 341)”, p. 172 do “Dicionário”, “a-îur” não está como a fonte que traz “aiout ‘a-îut” (LÉRY, 1578, p. 341, *apud* NOGUEIRA, 1876, p. 10, BARBOSA, 1942, p. 308, EDELWEISS, 1969 a, p. 97).⁶⁴ Numa das conclusões da tese, p. cii, lê-se: “Também de grande valia será o *Dicionário de tupi antigo* para o melhor conhecimento das variantes dialetais da língua da costa do Brasil nos primórdios de sua história.” Assim como *karamemó*, *aîut*, entre outros, sem análise para descrever o falar dos tamoios ou tupinambás do sul. Muitos verbetes merecem revisão, de que são exemplos “agûarakynhusu” e “petymamanimbyra”, respectivamente nas p. 11 e 319. O segundo é “*petymamanimbyra* (s.) – fumaça que se inala ao se fumar (VLB, I, 144)”:

⁶⁴ “As palavras que em outros autores aparecem com a terminação *r* [...], figuram, normalmente, em Léry, terminadas em *t*. Esse fenômeno, sempre facultativo no tupi [...], assume o aspecto de regra geral no Colóquio [...]” (BARBOSA, 1942, p. 308). “*R* final se permuta por *t* (pron. comum dos tamoios; entre as outras tribos, elegante, mas rara): [...] *a-îur* = *a-îut*: vim [...]” (BARBOSA, 1956, p. 41).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O *Vlb.* evita registrar práticas pagãs; traz, entretanto, o nome do *charuto* – *pety-mamanë[m]byra*, no verbete *fumaça que se bebe*. A tradução literal do termo é *tabaco enrolado*. Gabriel Soares traz a descrição do charuto indígena no cap. 61 da II. parte. (EDELWEISS, 1972, p. 71.)

Para Edelweiss, “-ë-” = “-y-”, portanto, o verbete revisto é “*pety-mamanybyra* (s.) – charuto (*VLB*, I, 144)”. “*Agûarakynhusu*” também deve ser revisto com base em estudo do tupinólogo gaúcho, radicado na Bahia:

A forma ‘asú’ em Piso e Marcgrave [Grafia de Piso e Marcgrave] aguara-cuinha-acu [Forma tupi em nossa grafia fonêmica] – agûará-kyynh-usú [Tradução portuguesa] – erva moura (25) [...] (25) Há inversão de letras nesta palavra, de que a maioria dos compendiaadores não se dá conta: *aguara-ciunha-acu* está por *aguara-cuinha-acu*, mais exatamente, *agûará-kyynha-asú* por *agûará-kyynh-usú*, que êste último é a forma correta em tupi. A tradução literal é *pimenta grande do guará* (= *cachorro do mato ou lôbo*). *Inácio de Menezes* (*Flora da Bahia*) vê sinonímia em *aguaraquiunha açu* (sic!) e *crista-de-galo*. O *Vlb.* traduz *agûará-kyynha* por *erva-moura*. A forma aumentativa correta é *agûará-kyynh-usú*. (EDELWEISS, 1970, p. 80.)

O verbete “*agûarakynhusu* (s.) – aguaraquiá-açu, fedegoso, provavelmente uma borraginácea da subfamília das heliotrópias, talvez o *Heliophytum indicum* De Cand. (Piso, *De Med. Bras.*, IV, 198)” tem entrada por corrigir.

Muito cuidado deve ser tomado ao lidar com fontes subsidiárias pois corre-se o risco de tratar um tupinismo como vocábulo do tupi antigo. Na p. 132 do “Dicionário” está o verbete “*îakûasu* (lit., *jacu grande*) (s.) – jacu-açu [...] (Sousa, *Trat. Descr.*, 230)”. “*Îakûasu*” não pode ser porque o correto é *îakugûasu*: o termo de Sousa já traz consigo o sinal da evolução do tupi antigo para a língua geral, devendo ter a sua entrada corrigida. Continuando com os tupinismos, p. 122, vem “*guti* (s.) – o mesmo que *gûeti* [oiti] (v.) (Sousa, *Trad. Descr.*, 194)”: “*guti*” é um tupinismo pois não pode ser palavra do tupi antigo, o que torna a entrada desnecessária. No DHPPOT de Cunha, todas as abonações de “*oiti*” são de fontes subsidiárias, admitindo-se o étimo “*gûiti*”, transcrição do que vem nesse *Dicionário Histórico* (1982 [1978], p. 221). No “Dicionário” de Navarro, arrolam-se os vocábulos originados de “*gûeti*” (4, p. 121) e de “*gûiti*” (5, p. 121-122). Na p. 70 do “Dicionário” se lê “*bakori* (s.) – bacuri, planta da família das gutíferas (Silveira, *Relação do Maranhão*, fl. 11v)”. Também com abonação em fontes subsidiárias, o étimo que se defende é “*ybakuri*”, transcrição do original (CUNHA, 1982 [1978], p. 68). A fonte usada por Navarro para “*bakori*” está entre as de Cunha. Em d’Abbeville vem o que se segue: “*PACOURY* – arb. – ...Son fruit est

gros comme deux poings qui a la peau espesse d'une demi pouce [...]” (1975 [1614], p. 171-172). Para “pakury”, Navarro tem o verbete: “*pa-kury* (s.) – bacuri, bacurizeiro, árvore frutífera muito grossa e alta, da família das gutíferáceas (*Platonia insignis*, Mart.) [...] (D’Abbeville, *Histoire*, 222)”. É a mesma árvore frutífera de que trata Cunha. Se d’Abbeville estiver certo,⁶⁵ por que as duas entradas? Não é “bakori” um tupinismo? Segundo d’Abbeville, no tupinambá do Maranhão, o nome é *pakuri*, árvore típica da região amazonense. “Abá-pe?” é verbete na p. 6, mas por que razão? se há remissão dispensável para “abá? ‘quem?’”.

Navarro afirma, p. vi, sobre a extensão do seu “Dicionário” após dizer que o tupi antigo “é a língua indígena brasileira mais bem conhecida”:

[...] atingimos nele quase oito mil palavras-entradas, superando de longe, nesse aspecto, todas as outras produções lexicográficas congêneres, mesmo o *Tesoro de la Lengua Guarani* de Antonio Roiz de Montoya e o *Dictionnaire Wayãpi-Français*, de Françoise Grenand, que ultrapassam cinco mil entradas.⁶⁶

Se o tupi antigo é tão conhecido, por que se contam nos dedos das mãos os tupinólogos do século XX? Por que só houve duas gramáticas publicadas no período colonial? Por que a obra poética de Anchieta só foi traduzida no século XX? E houve o que rever nas traduções. Por que o *Catecismo* dos jesuítas (1686 [1618]) até hoje não foi teve tradução publicada? Por que o *Vocabulário* dos jesuítas só foi publicado no século XX (1952-1953 [1938])? A cultura brasileira faz triste figura nesse quesito diante do Paraguai, do Peru e do México. O País inteiro fala de uma língua tupi-guarani, ignorando as diferenças entre o tupi antigo e o guarani antigo, misturando-os com o nheengatu e o guarani moderno ou paraguaio, fato comum até no meio acadêmico, tema que já foi tratado exaustivamente por vários tupinólogos no passado e no presente. Até a p.

⁶⁵ Que fique bem claro, no caso de d’Abbeville estar certo, pois “paquori”, de 1631, é abonação em Cunha (1982 [1978], p. 68). Para “oití” e “bacuri”, Teodoro Sampaio admite os étimos “Ui-ti” e “Ybá-cury” ou “ybá-curi” (1987 [1901], p. 338 e 203). *Güiti* na língua padrão, “üiti” para “oití” vem em d’Abbeville: “OUVTY – arbre” (1975 [1614], p. 175). A forma “güeti” não está de acordo com d’Abbeville, podendo ser talvez um tupinismo. A mesma fonte dá “Pakuriyba”: “PACOURY-EUUE – village... qui signifie l’arbre de *Pacoury*” (1975 [1614], p. 144). No tembé e no guarani moderno, há também a forma de d’Abbeville: “*Bacuri*; pakuri – pakuri (G).” (BOUDIN, 1978, p. 43.) No guarani moderno, o termo é o mesmo, mas a árvore se trata do abieiro. Para “bacuri” e “bacurizeiro”, no urubu-kaapor, existem “pakuri” e “pakuri’y” (KAKUMASU & KAKUMASU, 1988, p. 61 e 62). Pelo que se vê, o étimo deve ser mesmo *pakuri*.

⁶⁶ Não se pode comparar a obra de Navarro com a de Ruiz de Montoya! Este passou décadas entre os guaranis, e suas obras até hoje são referências, aquele concebeu um manual que, anos depois de seu lançamento, mostra-se falto de acabamento.

186 do “Dicionário”, 42 % das 436 p., há cerca de 650 zoônimos e fitônimos, 35 antropônimos e 15 gentílicos.⁶⁷ Há fortes indícios de entradas desnecessárias, e o “Dicionário” carece de revisão, o que pode diminuir o número de entradas. O que são “quase oito mil”? já que Navarro por vezes não é preciso. Muitos dos zoônimos e fitônimos são de origem tupi, mas as fontes respeitantes são subsidiárias, trata-se, pois, de tupinismos. Se não há fonte primária que os abone, não devem ser arrolados num dicionário de tupi antigo. Quanto aos gentílicos, Alfred Métraux enumera quinze tribos falantes do tupi antigo, de que se conhecem nome e localização na costa brasileira e vizinhanças (1928, p. 12-19).⁶⁸ Das quinze tribos, Navarro tem verbetes no seu “Dicionário” para treze, não incluindo “Ararape” (CARDIM, 1980 [1925], p. 103; MÉTRAUX, 1928, p. 14) e “Guaracaio” ou “Itati” (CARDIM, 1980 [1925], p. 102; MÉTRAUX, 1928, p. 19). Vizinhos dos potiguaras, os viatãs são contemplados com dois verbetes na p. 408:

“u’iatã¹ (lit., *farinha dura*) (s.) – nome de grupo indígena que vivia no século XVI próximo dos potiguaras da costa nordestina (Cardim, *Trat. Terra e Gente do Brasil*, 121)

U’iatã² (lit., *farinha dura*) (s. etnon.) – nome de antiga nação indígena da Paraíba (Cardim, *Trat. Terra e Gente do Brasil*, 121)⁶⁹

Navarro dá entradas para tribos não falantes do tupi antigo, deixa de mencionar “Ararape” e “Itati” e faz dois verbetes para “Viatã”. Note-se que “u’iatã ‘farinha dura’” tem abonação na p. 407 em “u’i ‘farinha’”. Na p. 31 vem “*amopyra* (s. etnon.) – (nome de nação indígena (Vasconcelos, *Crônicas (Not.)*, I, § 151, 110)”, que também deve ser levado em conta para *ypyra*:

Amoipira. – A palavra é composta de *amó* = *outro, outra, da outra*, e *ybyra* = *margem*, com possível influência de *ypyra* = *parte próxima*. Como se vê no texto, o gentílico proveio do nome do maioral da tribo. Chamou-se, portanto, *O(s) da outra margem*. (EDELWEISS, 1974, p. 473-474)

O verbe “*ka’aetê*² (lit., *mata verdadeira*)” é seguido de outro, p. 177, “*ka’aetê*³ (lit., *mata verdadeira*) (s. etnon.) – caeté, nome de antiga

⁶⁷ Os números estão aproximados para menos.

⁶⁸ Para “Apigapigtanga” e “Muriapigtanga”, confrontar Métraux (1928, p. 19) com Fernão Cardim (1980 [1925], p. 102).

⁶⁹ “Perto destes [*Potyguaras*] vivia multidão de gentio que chamão *Viatã*, destes já não ha nenhuns, porque sendo elles amigos dos *Potyguaras* [...] e parentes os Portuguezes os fizeram entre si inimigos [...]” (CARDIM, 1980 [1925], p. 102).

nação indígena da costa (Cardim, *Trat. Terra e Gente do Brasil*, 122)". As formas para o gentílico são "Caité" e "Caaeté" (CARDIM, 1980 [1925], p. 102; MÉTRAUX, 1928, p. 13). Para o Prof. Edelweiss, a variante "caité" é a mais procedente:

O gentílico *caité* deve ser uma alcunha aplicada a esses índios tupis por seus vizinhos, ou é o nome de um antigo tubixaba, que passou à tribo. Parece composto de *caí*, uma casta de macacos de pernas e rosto comprido, mais *eté* = *genuíno, verdadeiro*. (1974, p. 444.)

Aproveitando a citação desse trabalho do Prof. Edelweiss, é bom ler livros, artigos e outras publicações e até trabalhos inéditos como teses para que o estudo tenha mais profundidade. Leiam-se os dois verbetes nas p. 397 e 436 do "Dicionário": "*tororõma* (s. onomat.) – jorro, borbotão: 'y-tororõma – jorro d'água, bica d'água (VLB, I, 55)" e "'ytororõma (lit., jorro d'água) (s.) – bica d'água (VLB, I, 55)". Segundo lição do Prof. Edelweiss, o primeiro deve ser revisto, e o segundo, corrigido, "jorro d'água" para "água rumorejante": "Em tupi *tororoma* > *tororõ* é *rumor, rumorejante* e *y-tororõ* = *rumor de água corrente, rio murmuroso* ["Tororam" em Sousa, 1974 [1851], 326]. É formação onomatopaica." (1974, p. 448.) O termo parintintim que verte "roncar" se pronuncia "tororõe", adaptação para o português (BETTS, 1981, p. 189). Ao Prof. Edelweiss cabe a razão, mas, para manter o verbe de "tororõma", é preciso aboná-lo com fonte primária. Finalizando com a amostragem de pontos a rever e a corrigir, também é bom ler os trabalhos de Alfred Métraux, Estêvão Pinto, Florestan Fernandes, Cristina Pompa, Adone Agnolin, entre outros, para evitar uma visão estereotipada do índio tupinambá, já que as tribos tupinambás foram mais bem descritas e estudadas. O *Pequeno Vocabulário Tupi-Português* de Lemos Barbosa traz "*caraimonhang* – cerimônia de santidade; *tr.* fazer cerimônias de santidade" (1967 [1951], p. 45), e o *Curso*, "*carai-monhang*² [...] 2 – cerimônias de 'santidade'" (1956, p. 356-357). No "Dicionário", p. 188, há os verbetes "*karaimonhang* (v. intr.) – fazer feitiços" e "*karaimonhang* (s.) – feitiço, magia, pajelança": pelo menos há "pajelança" entre as opções para a tradução.

Os meus primeiros trabalhos foram *Vitrúvio e a Formação do Arquiteto* (1991) e *Introdução ao Tupi* (1994). *Vitrúvio e a Formação do Arquiteto* têm vinte anos e uma longa errata (*corrígenda, delenda e ad-*

denda),⁷⁰ e *Introdução ao Tupi*, trabalho de divulgação, foi escrito com base em bibliografia recomendável, mas carente de análise linguística moderna. *Revisão de um Compêndio de Tupi Antigo* ficou inédito durante quinze anos (2009), tendo sido revisto pelo Prof. Aryon Rodrigues, e agora eu faria uma alteração de fonte, mas não de conteúdo. Todo trabalho pode e deve ser melhorado, porém, tratando-se de tupi antigo, isso é mais do que necessário, pois boa parte das fontes primárias apresenta ortografia deficiente. Por isso solicitei a Navarro que não publicasse o seu manual antes do tempo, pois se ele o fizesse, teria que refundir o trabalho posteriormente. Mas ele o publicou, e houve a necessidade de reelaborar o MMTA (2005 [1998]), ainda carente de revisão. Como se não bastasse, Navarro deu aos estudos tupis uma orientação equivocada, tratando o tupi antigo como uma língua viva, dispendo-se a ensiná-lo aos potiguaras e a outros remanescentes dos antigos tupis ou tupinambás. Nas duas primeiras edições do MMTA, vem nos “Agradecimentos”:

Ao Prof. Dr. Aryon dall’Igna Rodrigues, da Universidade de Brasília, com quem mais aprendi sobre a Língua Brasílica e que, com mão de mestre, guiou-me pelos caminhos de seu estudo. Se este livro tiver méritos, eles são todos seus. (1999 [1998], n.p.)

Na mesma página também se lê: “Ao Prof. Dr. Eduardo Tuffani, da Universidade de Brasília, por suas judiciosas observações e críticas, que muito me ajudaram.” Os agradecimentos não estão presentes na última edição. Não posso falar pelo Prof. Aryon Rodrigues, mas de minha parte afirmo que a apostila revisada não é exatamente o livro publicado nem poderia sê-lo, pois há erros crassos que permanecem na terceira edição. Também afirmo que não recomendei a publicação do manual na ocasião porque eu esperava de Navarro um amadurecimento no que toca à questão da problemática do tupi antigo ou tupinambá. Termino a redação deste texto em 11 de março de 2011, desejando que sirva para os interessados refletirem sobre a língua e o seu estudo.⁷¹

⁷⁰ Sujeitos a outra errata também estão os *Estudos Vitruvianos* (1993), da tese originados, trabalho desfavorecido por editoração descuidada.

⁷¹ Em 3 de março de 2012, o texto foi revisto com base em sugestões de um parecerista externo, sugestões nem todas por mim acatadas. Até essa data, o “Dicionário” ainda não tinha sido publicado. Acredito que a resenha tem sua razão de ser, pois a obra analisada tem sido consultada e citada por estudiosos de tupi antigo, tornando-se uma obra de referência, apesar de suas limitações e falhas manifestas. Após o ingresso de Navarro em Etnolinguística, o “Dicionário de tupi antigo” já não figurava em seu *Currículo* como livro publicado. Esclareço que consulto currículos para me atualizar, e não para acompanhar simplesmente a produtividade de outros professores.

P.S.: Tinha eu também a intenção de fazer uma resenha sobre a obra *Repositório da Língua Brasilica* do advogado Elvan Loureiro (2009). Esse trabalho, no entanto, é um dicionário de tupi antigo, tupi médio e tupi moderno (2009, p. iv e vi), elaborado com base em fontes secundárias (iv). Seguidor de Navarro, Elvan Loureiro, porém, não faz uso da terceira edição do MMTA nem do “Dicionário de tupi antigo”. Trata Lemos Barbosa e Frederico Edelweiss em pé de igualdade com outros autores (iv). Em sua longa bibliografia, p. 578-601, há casos de duplas referências bibliográficas, entre outras, para a primeira edição de Léry (588) e para *Poesias* de Anchieta, por Paula Martins (579), entrada em Anchieta, e (589), entrada em “Manuscrito” [!]. Também cita o livro que Navarro teria publicado pela Vozes, o que a Editora negou ter feito. São flagrantes as entradas desnecessárias e a falta de cuidado na elaboração dos verbetes: abona “jakatú” com tradução de Armando Cardoso como se fosse de Paula Martins (190). Entre outras abonações equivocadas, há a de “karamemua” feita com base no MMTA (234). Existem casos de falsas etimologias como, entre outras, para “tororõma” (527) e “mboiguasú” (281). Apesar de ser também um dicionário de tupi médio, não faz verbete para *marakat* mas o faz para “kurusú” (256). Não há entrada para *oi*. Elvan Loureiro parece não ter se dado conta de que “ãua” (Barbosa, 1970, p. 225) e “AÛÃ” (Navarro, 1998, p. 19) são a mesma coisa pois faz entradas distintas para o vocábulo (75). O dicionário que se estende por 578 p. apresenta mais problemas do que o de Navarro já que se fez tendo por fontes obras por vezes não confiáveis: há duas entradas para “vermelho”, “piránga” e “pyránga” (432 e 468).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

D'ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975 [1614].

ALVES JR., Ozias. *Parlons nheengatu: une langue tupi du Brésil*. Paris: L'Harmattan, 2010.

ANCHIETA, José de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Edição fac-similar. São Paulo: Loyola, 1990 [1595].

_____. *Poesias*. Manuscrito do séc. XVI, em português, castelhano, latim e tupi. Transcrições, traduções e notas de M. de L. de Paula Martins.

Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989 [1954].

_____. *Lírica portuguesa e tupi*. Originais em português e em tupi acompanhado de tradução versificada, introdução e anotações ao texto pelo Pe. Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1984.

_____. Catecismo brasílico. In: _____. *Doutrina cristã*. Introdução, tradução e notas do Pe. Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1992 a, t. 1.

_____. Doutrina autógrafa e Confessionário. In: _____. *Doutrina cristã*. Introdução histórico-literária, tradução e notas do Pe. Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1992 b, t. 2.

_____. *Poemas*: líricas portuguesa e tupi. Ed. preparada por Eduardo de Almeida Navarro. Tradução dos textos em tupi: Eduardo de Almeida Navarro & Helder Perri Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ARAÚJO, Antônio de. *Catecismo na língua brasílica*. Reprodução fac-similar da 1. ed. (1618), com apresentação pelo Pe. A. Lemos Barbosa. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1952 [1618].

_____. *Catecismo brasílico da doutrina christã*. Publicado de novo por Julio Platzmann. Edição fac-similar. Leipzig: B.G. Teubner, 1898 [2. ed., 1686].

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. *Normas ABNT sobre documentação*. Ed. atual. pela Comissão de Estudos de Documentação do CB-14. Rio de Janeiro, 1978 [1964], v. 1.

_____. NBR 6023. Rio de Janeiro, ago. 1989, [ago. 2002].

AYROSA, Plínio. *Poemas brasílicos do Pe. Cristóvão Valente, S.J.* Notas e tradução. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1941.

BARBOSA, A. Lemos. O diálogo de Léry. *Revista Filológica*, Rio de Janeiro, E.L. Martins, Lisboa, Agência Editorial Brasileira, v. 4, n. 16, p. 306-322, mar.1942.

_____. O auto de São Lourenço: uma peça teatral de Anchieta em tupi, castelhano e português. *Verbum*, Rio de Janeiro, Universidade Católica, v. 7, n. 2, p. 201-247, jun. 1950.

_____. 3. ed. *Pequeno vocabulário tupi-português*. Rio de Janeiro: São José, 1967 [1951].

_____. *Curso de tupi antigo: gramática, exercícios, textos*. Rio: São José, 1956.

_____. *Pequeno vocabulário português-tupi*. Rio de Janeiro: São José, 1970.

BETTS, La Vera. *Dicionário Parintintín-português português-Parintintín*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1981.

BOUDIN, Max H. Português-tembé-tênêthar e sinópsis gramatical. In: _____. *Dicionário de tupi moderno* (dialeto tembé-tênêthar do alto do rio Gurupi). São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978, v. 2.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980 [1925].

CARDOSO, Armando. Introdução histórico-literária. In: Anchieta, José de. *Doutrina cristã*. São Paulo: Loyola, 1992, t. 1, p. 17-44.

CARVALHO, Moacyr Ribeiro de. *Dicionário de tupi (antigo)-português*. Salvador: s.n., 1987.

Catecismo. Ver em ARAÚJO.

CUNHA, Antônio Geraldo da. 2. ed. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Melhoramentos, 1982 [1978].

DIA de índio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. B, 4-2-2000, p. 1.

EDELWEISS, Frederico G. *Tupís e guaraní: estudos de etnonímia e linguística*. Bahia: Museu da Bahia, 1947.

_____. *Estudos tupís e tupi-guaranis: confrontos e revisões*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1969 a.

_____. Gûasú e usú na diacronia das línguas e dialetos tupi-guaranis. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 7, p. 33-45, 1969 b.

_____. ‘Gûasú’, ‘usú’ e ‘asú’ na História da missão dos pp. capuchinhos de Frei Cláudio d’Abbeville. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 9, p. 65-80, 1970.

_____. Gûaçú e usú na diacronia das línguas e dialetos tupi-guaranis. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 10, p. 29-62, 1971.

_____. Gûasú e usú na diacronia das línguas e dialetos tupi-guaranis. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 12, p. 59-78, 1972.

_____. Revisão das etimologias tupis. In: Sousa, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, [Brasília]: Ministério da Educação e Cultura, p. 439-474, 1974 [1851].

_____. *Lições de etimologia tupi*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1986.

FIGUEIRA, Luiz. *Grammatica da lingua do Brasil [Arte de grammatica da lingua brasílica]*. Novamente publicada por Julio Platzmann. Leipzig: B. G. Teubner, 1878 [1687].

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008 [2001].

ÍNDIO quer voltar a ser índio. *Veja*, São Paulo, Abril, ano 36, n. 37, ed. 1820, 17-9-2003, p. 76.

JABOATAM, Antonio de Santa Maria. *Novo orbe serafico brasílico, ou Chronica dos frades menores da provincia do Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1858 [1761], v. 1.

KAKUMASU, James Y.; Kakumasu, Kiyoko (Comps.). *Dicionário por tópicos Urubu-Kaapor-português*. Brasília: Fundação Nacional do Índio, Summer Institute of Linguistics, 1988.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução ao estudo da história do Brasil*. São Paulo: Nacional, Universidade de São Paulo, 1974.

LERY, Jean de. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil, avtrement dite Amerique*. La Rochelle: Antoine Chuppin, 1578.⁷²

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Tradução e notas: Sérgio Millet. Colóquio na língua brasílica e notas tupinológicas: Plínio Ayrosa. [Trabalho questionado.] Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980 [ed. Paul Gaffarel, 1878].

⁷² Segundo o Prof. Edelweiss, a terceira, de 1585, é a melhor das primeiras edições francesas (1969 a, p. 289). Como não foi possível consultá-la, usou-se a primeira para citações de passagens estudadas por Nogueira, Ayrosa, Barbosa e Edelweiss.

LOUREIRO, Elvan. *Repositório da língua brasílica*. Recife: ed. Autor, 2009.

MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo*. 3. ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997 [1990].

MARTINS, M. de L. de Paula. Vocabulários tupis – o problema VLB. *Boletim Bibliográfico*, São Paulo: Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, v. 13, p. 59-93, 1949.

MELLO, Antônio Augusto de Souza. *Estudo histórico da família lingüística tupi-guarani*: aspectos fonológicos e lexicais. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado, 2000.

MÉTRAUX, A. *La civilisation matérielle des tribus tupi-guarani*. Paris: Librairie Orientale Paul Geuthner, 1928.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *A problemática lingüística do Renascimento*: as missões e as gramáticas da língua tupi de José de Anchieta e Luís Figueira. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de doutorado, 1995 a.

_____. *A problemática lingüística do Renascimento às missões e às gramáticas da língua tupi de José de Anchieta e Luís Figueira*. [...], 1995 b.

_____. *Método moderno de tupi antigo*: a língua do Brasil dos primeiros séculos. Petrópolis: Vozes, 1998 [3. ed. rev. e aperf. São Paulo: Global, 2005].

_____. *Dicionário de tupi antigo*: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de livre-docência, 2006.

_____. *Currículo Lattes*. Disponível em:
<http://lattes.cnpq.br/4076981549961926>. Acesso em: 10 nov. 2009, 11:24:37 e em: 16 mar. 2011, 11:55:10.

NOGUEIRA, B. C. d'A. O dialogo de Lery. *Ensaio de Sciencia*, Rio de Janeiro, Brown & Evaristo, v. 2, p. 1-132, jul. 1876 [5. ed. francesa].

PRIMEIRAS Letras: Cantos de Anchieta, O Dialogo de João de Léry, Trovas indígenas. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1923.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Phonologie der Tupinambá-Sprache*. Hamburg: Universität Hamburg. Tese de Doutorado, 1959.

_____. *Estrutura do tupinambá*. Inédito, [1981].

RUIZ DE MONTOYA, Antonio. *Vocabulario y tesoro de la lengua guarani, ó mas bien tupi*. Nueva edicion: mas correcta y esmerada que la primera, y con las voces indias en tipo diferente. En dos partes: I. Vocabulario español-guaraní (ó tupí). [1640.] II. Tesoro guarani (ó tupi)-español. [1639.] Viena: Faesy y Frick, Paris: Maisonneuve. 1876 [1639-1640], [ed. Francisco Adolfo de Varnhagen.]

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5. ed. Introdução e notas do Prof. Frederico G. Edelweiss. São Paulo: Nacional, 1987 [1901].

_____. As cartas tupis dos Camarões. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, v. 12, n. 68, p. 281-305, jun. 1906.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. Comentários e notas de Varnhagen, Pirajá da Silva e Edelweiss. São Paulo: Revista dos Tribunais, [Brasília]: Ministério da Educação e Cultura, 1974 [1851].

SOUTO MAIOR, Pedro. Fastos pernambucanos. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 75, n. 1, p. 259-504, 1912.

TUFFANI, Eduardo. *Vitrúvio e a formação do arquiteto*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, 1991.

_____. *Estudos vitruvianos*. São Paulo: HVF Representações, 1993.

_____. Introdução ao tupi. *Confluência*, Assis, Universidade Estadual Paulista, v. 1, n. 2, p. 97-108, 1994.

_____. Revisão de um compêndio de tupi antigo. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, ano 15, n. 43, p. 168-174, jan./abr. 2009.

VOCABULARIO na lingua brasilica. Manuscrito português-tupí do século XVII, coordenado e prefaciado por Plínio Ayrosa. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.

VOCABULARIO na língua brasilica. 2. ed. rev. e confrontada com o Ms. fg., 3144 da Bibl. Nacional de Lisboa por Carlos Drumond. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1952-1953, 2 v.

**ENCONTROS COM ROLAND BARTHES 1:
VARIAÇÕES SOBRE A ESCRITA**

Regina Céli Alves da Silva (UniverCidade; UGF)
reginaceli2011@gmail.com



BARTHES, Roland. *O prazer do texto* precedido de *Variações sobre a escrita*. Lisboa: Edições 70, 2009.

Em nota ao volume, o editor do texto afirma reproduzir nessa edição uma “ideia que o próprio Roland Barthes acalentou, mas não pôde concluir em vida”, qual seja a de apresentar os ensaios *Variações sobre a Escrita* e *O Prazer do Texto* juntos, por entendê-los como partes constituintes de um conjunto de estudos.

De fato, ao lermos os dois seguidamente constatamos que o segundo conforma-se como uma espécie de continuação do anterior (*Variações sobre a Escrita*). Como nos explica Carlo Ossola, no Prefácio a *Variações sobre a Escrita*, os ensaios foram escritos a pedido de Pietro Campilli, presidente do Istituto Accademico di Roma, em carta enviada a Barthes, em 1971.

Assim, em 1973, publicou-se *O Prazer do Texto*, mas o original datilografado de *Variações sobre a Escrita* se perdeu, sendo encontrado por Éric Marty e publicado, postumamente, nas *Obras Completas* de Barthes (tomo 2), em 1994.

Feitos esses esclarecimentos, passemos ao texto. Dividido em quatro momentos, o estudo é apresentado em pequenos fragmentos/verbetes acolhidos em blocos organizados em torno dos títulos: “Ilusões”, “Sistema”, “Desafio” e “Prazer”. Precedendo tal divisão, Roland Barthes declara o que entende por escrita e faz uma brevíssima exposição, cronologicamente situada, do que seria uma história da escrita.

Afirma, portanto, que, para ele, nesse momento de desenvolvimento do estudo, por volta de 1972, escrita significa um gesto do corpo, “ato muscular de escrever, de desenhar letras” (2009, p. 33), sendo, historicamente, “uma atividade contraditória” (2009, p. 34), com dupla postulação. Por um lado, ligada ao poder, à segregação, por outro, “uma práti-

ca de fruição, ligada às mais profundas pulsões do corpo e às produções mais sutis e às mais felizes da arte” (2009, p. 34).

A seguir, na resumida cronologia histórica, aponta 21 momentos fundamentais do que seria uma evolução da escrita, iniciando com os grafismos do período Mousteriano, por volta de 35.000 anos antes da nossa era, passando pelo primeiro alfabeto (fenício e consonântico), cerca de 1400 anos a. C. até chegar à invenção da máquina de escrever, em 1714, aperfeiçoada e colocada em pleno uso por volta de 1875.

A partir de então, Roland Barthes apresenta o primeiro bloco, Ilusões, e, em doze fragmentos/verbetes, também intitulados, indica quais seriam essas ilusões. Na sequência de títulos dos verbetes, encontramos: esconder, classificação, comunicação, contratempo, funções, índice, mutações, oral/escrito, origem, sujeito, saberes, transcrições. Obviamente, não vamos nos deter em cada um deles, apenas apontaremos o que, em nossa visão, deve ser sublinhado.

Assim, sob o título “Esconder”, o autor assinala que a “verdade do sistema escritural” seria sua ilegibilidade, na medida em que mais oculta do que mostra. E as razões para tal teriam um fundo religioso (evitar o contato com o profano) e um fundo social (proteção de segredos de classe). Seria uma “verdade negra da escrita” (2009, p. 40), que, durante muito tempo, separou os iniciados (minoría) dos outros (maioría), estabelecendo uma “marca de propriedade” e de “distinção” (2009, p. 40).

Em “Classificação”, afirma ser a escrita pensada como tardia à linguagem oral, sendo, portanto, classificada, pelos eruditos, segundo três articulações, escrita da frase, escrita da palavra e escrita dos sons. De acordo com essa classificação, acredita-se num movimento em progresso dominado pela razão. Eis, segundo Barthes, o mito cientista de uma escrita linear, informativa. Pois: “o mito da escrita” (2009, p. 55), existente entre os linguistas, imobiliza, fixa a linguagem articulada, fugitiva em sua essência, que esconde a ruptura social que se dá entre a palavra e sua escrita.

No segundo bloco, “Sistema”, composto por doze fragmentos (alfabetos, ilegível, invenção, letras, maiúscula, *mapping*, memória, fita, sistemático, tmese, tipologia), Roland Barthes considera a subtração como caráter forte de qualquer sistematização. Daí, no primeiro verbe/fragmento, “Alfabeto”, apontar que, em relação ao nosso, o alfabeto grego, por exemplo, evidencia-se um etnocentrismo, um verdadeiro “alfabeto-centrismo” (2009, p. 58), que exclui outras conformações.

Convida-nos Barthes, ainda nesse bloco de reflexões, a pensar a ilegibilidade da escrita como uma de suas características, e não como um defeito, pois as “escritas ilegíveis dizem-nos (e apenas isso) que há signos, mas nenhum sentido” (2009, p. 59). Sob a nomeação “*Mapping*”, distingue na linguagem seu caráter divisor da realidade, pois a “consciência da palavra é muito variável segundo as línguas” (2009, p. 62). A função memorial da língua é observada em “*Memória*”. E, já quase ao final do bloco, em “*Tmese*”, afirma ser a escrita uma fenda, que sulca e torna descontínua uma matéria plana (um suporte) onde se firma. Sendo, por isso mesmo, a descontinuidade uma condição inerente à escrita, ao seu aparecimento. Isso faz com que não seja guiada pela razão, mas por “cortes bizarros” (2009, p. 67) da mão e do olho.

No terceiro e penúltimo bloco, “*Desafio*”, dez são os tópicos abordados: astronomia, economia, “escrita”, máquina de escrever, poder, preço, profissão, assinatura, socialidade, taquigrafia. Nessa parte do estudo, Barthes aponta várias relações estabelecidas entre a escrita e outras manifestações, conferindo-lhe aquele tom de desafio, como, por exemplo, na ligação escrita/astronomia. “O sistema de signos do zodíaco é como um sumário das possibilidades estruturais da escrita, misturando as formas figurativas e as formas geométricas” (2009, p. 69). A ligação com a economia fica bem clara, por exemplo, quando cita que, no século XII, com a “escassez do pergaminho, a escrita comprime-se para ocupar menos espaço” (2009, p. 70-1). Quanto ao poder, lembra os privilégios (a escrita como propriedade de classe) e o controle exercido pelo Estado, buscando medidas de legalização da escrita.

Por fim, em *Prazer*, dezoito apontamentos nos conectam a esse prazer da escrita e do texto. São eles: cópia, corpo, cor, cursividade, *ductus*, infinito, inscrição, leitura, ligações, mão, matéria, parede, protocolos, ritmo, semiografia, suporte, vecção, vogal. Inicia lembrando o exercício da cópia muitas vezes exigido como castigo, mas também registra o prazer silencioso que poderia advir desse ato, do “deslizar da pena” (2009, p. 80) sem qualquer compromisso com o sentido. Barthes não perde de vista, assinalando-a, a relação da escrita com o corpo, e a diferença dessa relação entre Ocidente e Oriente. Em “*Vogal*”, conclui o bloco, contrapondo a escrita consonântica de outros povos à nossa: “A marca de nossa civilização é ser vocálica” (2009, p. 99). Um corpo ósseo, ruidoso, em contraposição a um corpo “carnudo, mucoso, líquido, o corpo musical” (2009, p. 99) do Ocidente. Inscrição do prazer.

No estudo que precede *Variações sobre a Escrita*, Carlo Cassiola

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

adverte para o fato atual que se dá na prática da escrita desenvolvida no suporte tecnológico (computador). Essa prática, hoje, contrariamente ao que dissera Barthes sobre sua irreversibilidade, é reversível, apagável e escrever tornou-se *enviar*. Seja como for, nesse ensaio, Barthes, mais uma vez, como em tudo que escreveu, desperta em seus leitores um olhar que se sente compelido a observar e compreender os tópicos em discussão de forma peculiar, inusitada, lançando-se numa aventura na qual o prazer com certeza se inscreve.

INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Linguística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL.
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial;
3. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
 - 3.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
 - 3.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
 - 3.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
 - 3.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
 - 3.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
 - 3.6. Mínimo de 05 e máximo de 20 páginas;
 - 3.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
 - 3.8. As citações devem ser seguidas da indicação resumida da fonte, entre parênteses, como em (BECHARA, 2009, p. 387).
 - 3.9. Os artigos devem ser precedidos de um resumo de 100 a 250 palavras, com indicação de três palavras-chave, sem gráficos, sem figuras e sem caracteres especiais.
 - 3.10. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto.
 - 3.11. Em casos de dúvida, siga-se a NBR 6022 da ABNT.
4. Os artigos devem ser enviados por e-mail (ou cd-rom, **com cópia impressa**) até o primeiro mês do quadrimestre de sua pretendida publicação

À

REVISTA PHILOLOGUS

A/C de José Pereira da Silva

Boulevard 28 de Setembro, 397/603

Vila Isabel

20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico pereira@filologia.org.br, pelo telefone (21) 2569-0276, ou através do portal www.filologia.org.br/revista